



GOVERNO FEDERAL
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE E MUDANÇA DO CLIMA

148ª Reunião Ordinária do Plenário do Conama

Realizada em
Brasília/DF.
03 de dezembro de 2025.

(Transcrição ipsius verbis)
Empresa RDK Degravações e Eventos

Manhã:

O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima - MMA) – Bom dia, senhoras e senhores integrantes do CONAMA, informado pela Secretaria-Executiva aqui, que nós temos o quórum suficiente para iniciar. Qual é o quórum nosso, Marcela?

A SR^a. MARCELA OLIVEIRA SCOTTI DE MORAES (Diretora do Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA) – Temos 65 conselheiros.

O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima - MMA) – Muito bem, então, muito obrigado pela presença. Vamos a início à 148ª reunião ordinária do Conselho Nacional do Ambiente. Iniciando, rapidamente, a pedido da ministra, com um pequeno resumo das atividades que nós desenvolvemos esse ano. Queria cumprimentar aqui o nosso presidente do Ibama, Rodrigo Agostinho, cumprimentar o Mauro Pires, presidente do ICMBio, cumprimentar o Garo Batmanian, diretor-presidente do Serviço Florestal Brasileiro, a Luísa Nunes, secretário de Mudança do Clima, não estou vendo mais, Adalberto Maluf, secretário de Meio Ambiente Urbano, Qualidade Ambiental e Recursos Hídricos. Bom, sintam-se todos cumprimentados, nosso consultor jurídico, Ricardo Cavalcanti, e a nossa sempre atuante prestativa e líder do processo, Marcela Moraes, aqui do Conama, que junto com a Júlia e toda a equipe tem feito um trabalho muito importante aqui. Queria felicitar todos, acho que é uma felicitação conjunta de todos nós, pelo empenho do Conama ao longo do ano 2025, seguindo já um trabalho intenso em 2024, iniciado em 2023, enquanto nós retomamos o Conama, o Conama foi literalmente desmontado na gestão anterior, tanto do ponto de vista de participação, que reduziu drasticamente a participação, não só da sociedade civil, mas de todos os setores no Conama, assim como teve uma atuação pífia do ponto de vista da sua função institucional, e que, então, foi uma retomada, sempre gosto de lembrar que a recomposição do Conama foi um despacho assinado pelo presidente no primeiro dia de governo, dos 10 decretos que o presidente Lula assinou quando tomou posse, 5 eram do área ambiental, e, além dos 5 decretos, um despacho específico determinando a recomposição do Conama e a retomada dos trabalhos. Então, o Conama está no centro do governo desde o primeiro

31 dia do mandato. Nós tivemos uma atividade intensa esse ano, tivemos 3 resoluções
32 aprovadas, mas temos um volume muito grande de matérias que tramitaram. Conama
33 tem uma tradição que eu considero extremamente positiva e exemplar de tratamento das
34 propostas nas câmaras técnicas, que debatem de forma intensa, do ponto de vista
35 técnico, do ponto de vista da construção de entendimentos entre os diferentes setores
36 que compõem esse plenário. Portanto, é uma atividade muito intensa e que exige muito
37 esforço, muita dedicação de todos, o que eu agradeço. Foram 87 reuniões, incluindo
38 câmaras técnicas, grupos de trabalho e grupos assessores, ou seja, foi algo bastante,
39 muito intenso, de reuniões que vocês realizaram ao longo deste ano, que eu agradeço a
40 energia e o empenho, que já resultaram este ano na aprovação de 3 resoluções, temos
41 3 resoluções na pauta de hoje e temos 20 matérias tramitando. Portanto, para um
42 conselho que ficou paralisado durante um bom tempo e foi retomado recentemente, eu
43 considero um trabalho extremamente bem-sucedido e resultado de um esforço coletivo
44 que eu queria parabenizar a todos. Nós estamos realizando essa reunião na sequência
45 de dois eventos ocorridos de grande relevância, tanto do ponto de vista positivo quanto
46 do ponto de vista negativo. Tivemos realizada a COP 30, em Belém, uma reunião que
47 contrariou todos os prognósticos pessimistas do ponto de vista de capacidade de
48 realização de uma conferência, todos os prognósticos negativos sobre participação na
49 conferência das partes, tanto quanto os prognósticos negativos sobre o vigor da
50 conferência. Havia muita circulação de informações, de posicionamentos absolutamente
51 negativos em relação à COP 30, primeiro em relação à cidade de Belém, que se afirmava
52 ser impossível receber uma conferência como essa, assim como uma ameaça
53 permanente de que ela seria esvaziada de participação. Bom, o que nós verificamos foi
54 o oposto disso, nós tivemos uma conferência que reuniu praticamente todas as partes da
55 convenção, teve um quórum altíssimo, 194 países participaram da COP 30. Tivemos uma
56 atividade na participação de todos os setores, atores e stakeholders envolvidos no tema
57 absolutamente impressionante. Eu já participei de um número bastante significativo de
58 conferências das partes, não vou dizer quantas para não revelar a minha idade, mas
59 foram várias, e eu confesso que eu nunca vi uma conferência das partes com tanta
60 participação, seja na Zona Azul, nos pavilhões, nos debates, nos encontros, seja na Zona
61 Verde. A Zona Verde, quem não teve a oportunidade de ir a Belém, infelizmente não teve

62 também a oportunidade de ver o impressionante vigor de participação da sociedade, dos
63 acadêmicos, dos povos indígenas, dos extrativistas, dos ambientalistas, das empresas,
64 dos governos subnacionais, dos governos federais, ou seja, do conjunto enorme de
65 atores nacionais e internacionais que participaram da Zona Verde. Foi algo realmente
66 impressionante a participação. Eu sempre brinco que, em Dubai, Rodrigo, nós tivemos,
67 na 28ª Conferência das Partes, em uma infraestrutura impressionante, realmente
68 incomparável com qualquer outro lugar. Mas eu tive, teve um dia lá que eu falei, não, eu
69 vou na Zona Verde, porque eu não fui na Zona Verde ainda. Aí eu andei, acho que uns
70 10 quilômetros, mais ou menos, para chegar na Zona Verde, nem me lembro o quanto,
71 e, quando eu cheguei na Zona Verde, se tivesse lá umas 100 pessoas circulando naquela
72 coisa enorme de infraestrutura, talvez fosse muito. Não havia nenhuma atividade,
73 nenhuma presença. A Zona Verde, em Belém, foi o oposto disso, uma coisa
74 absolutamente efervescente, com um monte de atividades e eventos sendo realizados
75 simultaneamente. Realmente foi impressionante mesmo. E a Zona Azul também, nos
76 pavilhões dos países, muitos países fizeram pavilhões. Se dizia no início de que nenhum
77 país ia fazer pavilhão na Zona Azul da COP 30, porque a infraestrutura não servia para
78 nada, o fato é o contrário disso, nós tivemos lá pavilhões incríveis, tivemos até, foi tão
79 quente o debate que até chegou a pegar fogo, está certo? E foi incrível, quando nós
80 estávamos em uma reunião de trabalho, em uma negociação de um texto da pauta,
81 quando pegou fogo, e na hora eu entrei em depressão profunda. A ministra até falou, pô,
82 o que você tem? Eu falei, pô, acabou, acabou a COP, porque eu fiquei imaginando toda
83 a estrutura da COP, fora alguns prédios que existem ali, o resto todo, para quem não
84 esteve lá, foram construídos com esses sistemas de tendas, tendas absolutamente
85 enormes, com vãos impressionantes. E tudo isso era forrado com tecido, todo o teto era
86 forrado com tecido ondulado para dar um ambiente mais acolhedor. Eu imaginava, na
87 minha ignorância, que aquilo ali era que nem na boate Kiss, sabe, aquele lamentável
88 evento de que aquilo pegando fogo ninguém segurava mais. Mas aí eu aprendi ali que
89 todo o material utilizado na COP30 era material certificado contra incêndio, portanto, o
90 fogo foi super localizado e não se espalhou, porque o material era a prova de incêndio,
91 de fogo, e com isso, em seis minutos, foi totalmente apagado e o fogo foi controlado.
92 Claro que isso gerou um impacto, porque o corpo de bombeiros, todo o sistema de defesa

93 civil e tal, evacuou tudo e manteve fechado todo o espaço até verificar que, de fato, não
94 havia nenhum risco, não havia nenhum dano maior, não teria havido nenhum dano maior
95 e não haveria nenhum risco. Mas o fato real é que, do ponto de vista de capacidade de
96 receptivo, Belém superou todas as expectativas, impressionou muito, e esse era o final
97 da conferência, fora aquele primeiro-ministro alemão, que não gosta de nada, não é só
98 de Belém, ele não gosta de nada, todo lugar que ele vai ele acha horrível, depois ele falou
99 de outros países também, mas fora o primeiro-ministro alemão, nós tivemos um
100 reconhecimento muito grande sobre Belém e toda a infraestrutura realizada. Do ponto de
101 vista de resultado também, nós tivemos aí um embate muito vigoroso. Há muito tempo
102 eu não vi um embate tão intenso em uma conferência das partes, que o presidente Lula
103 chamou de COP da verdade e, de fato, foi muito impressionante, porque o Brasil,
104 inicialmente o Brasil, depois ao Brasil se juntaram 81 outros países, liderou o debate de
105 que nós tínhamos que iniciar a construção do mapa do caminho para o fim da
106 dependência de combustíveis fósseis. 87%, varia ano a ano, mas acima de 80% há
107 alguns anos é a contribuição dos combustíveis fósseis, portanto, não haverá solução para
108 a questão do clima se nós não conseguimos superar a dependência de combustíveis
109 fósseis, cujo consumo vem aumentando, inclusive, apesar de todos os indicativos de
110 necessidade de afastamento, ele vem aumentando ano a ano. Então, isso foi posto na
111 pauta, a ideia era que nós tivéssemos nos documentos essa decisão incluída, isso não
112 foi possível, em função da oposição de parte dos países, liderados por países que
113 produzem petróleo, vocês sabem que a Convenção, ela só aprova por unanimidade,
114 temos 197 partes, se uma parte não concordar, um país não concordar, não importa qual
115 país, o assunto não é aprovado. Então, é um processo de negociação muito intenso para
116 que não haja, como nós trabalhamos aqui no Conama, também é um processo muito
117 intenso para que não haja nenhuma interrupção de processo de decisão. E lá nós
118 tivemos, então, esse ponto. Não entrou, no entanto, foi criado a presidência da COP,
119 assumiu o compromisso de elaborar esse processo, esses 82 países, incluindo o Brasil,
120 iniciaram o processo de elaboração de uma proposta, já com reunião marcada na
121 Colômbia, no início do próximo ano, uma série de atividades, para que a gente possa, na
122 COP 31, que será na Turquia, já ter um esboço e voltar esse assunto até que a gente
123 consiga o consenso para que todos os países façam, conforme o Brasil propôs, os seus

124 mapas do caminho. A ideia é que, assim como a Conferência de Paris aprovou algo
125 fundamental, que são as NDCs, que são os compromissos de cada país para a redução
126 de emissões de gás de efeito estufa, que é renovada a cada cinco anos, a ideia é que os
127 países também façam, cada um com as suas características, as suas condições, com as
128 suas trajetórias, façam os seus mapas do caminho, para que a gente possa chegar à
129 eliminação do uso de combustíveis fósseis para geração de energia e transporte.
130 Evidentemente que o petróleo continuará sendo uma matéria-prima importantíssima para
131 N produtos que se utilizam pela atividade humana na indústria, mas para, como fonte de
132 energia e combustível, a ideia é que se elimine completamente isso no menor prazo
133 possível, cada país agindo dentro da sua possibilidade. Agora, isso não foi aprovado,
134 porém, nós conseguimos concluir toda a negociação dos indicadores de adaptação, que
135 era uma batalha histórica da Convenção, principalmente dos países mais vulneráveis,
136 como o Brasil, e os países mais suscetíveis aos impactos das mudanças do clima, países
137 mais pobres, países mais vulneráveis, isso foi aprovado. Nós conseguimos aprovar o
138 compromisso de triplicar o investimento em adaptação, que também era uma briga
139 enorme, os países desenvolvidos não querendo aumentar os seus compromissos, mas,
140 ao final, isso foi aprovado. Também aprovamos todo o trabalho envolvendo a transição
141 justa, que, aliás, tem a ver com a nossa reunião de hoje, com a nossa resolução de hoje,
142 para que os países avancem na justiça climática e na transição justa, também foi
143 aprovado. Ou seja, foi um conjunto grande de avanços obtidos e, realmente, a
144 conferência surpreendeu, no sentido não apenas de avançar na agenda que estava
145 posta, mas também de iniciar uma nova onda para que a gente possa, de fato, e o Brasil
146 conseguiu isso, junto com os outros países, evidentemente, colocar na pauta,
147 definitivamente, a questão dos combustíveis fósseis como o maior desafio que nós temos
148 que enfrentar nos próximos anos. Então, foram muitos ganhos e acho que o Brasil fez
149 bonito nessa história e marcou um tanto importante nas negociações internacionais, uma
150 grande contribuição para a convenção do clima. Também queria dizer que, como eu
151 disse, nós tivemos fatos positivos e fatos negativos. Esse foi o fato positivo. O fato
152 negativo foi a reunião do Congresso Nacional, logo em seguida a COP, não esperou nem
153 uma semana praticamente, já derrubou os vetos da Lei de Licenciamento Ambiental,
154 vetos esses que eram essenciais para vários aspectos, foram derrubados esses vetos do

155 Presidente Lula, e ontem, não satisfeito em derrubar os vetos, aprovaram a medida
156 provisória que instituiu a LAE, a Licença Ambiental Especial, incluindo algo
157 absolutamente, não vou usar uma palavra aqui, como eu estou diante de um plenário tão
158 qualificado, às vezes a gente tem que pensar bem nas palavras que usa, mas realmente
159 foi incrível e lamentável verificar que o Congresso Nacional se sujeita a aprovar um caso
160 fortuito, uma emenda que tem nome, endereço, telefone, RG, CPF e tudo mais, para
161 atender a um interesse específico, isso incluindo uma lei, que é a lei que incluiu
162 reconstrução ou repavimentação de estradas pré-existentes, no regime como se fosse
163 uma obra obrigatoriamente caracterizada como de interesse nacional, com rito sumário
164 de aprovação, inclusive na inexistência dos estudos necessários, os estudos que o
165 IBAMA vai ter que analisar vão ser a partir de dados secundários disponíveis na literatura.
166 Então vai ser interessante o IBAMA ter que avaliar o impacto ambiental de uma obra com
167 dados de Ivan Martin ou de algum botânico que circulou em alguma região do Brasil,
168 porque a lei está dizendo que ele tem que analisar com base nisso. Bom, ainda bem que
169 a lei não disse que ele tem que aprovar com base nisso, está certo? Ele disse que tem
170 que analisar, mas simplesmente foi mais um dia triste de um Congresso Nacional, que
171 neste caso especificamente do licenciamento, realmente não foi capaz de ouvir, debater
172 e realizar as audiências, porque essa emenda foi incluída nos últimos minutos da
173 tramitação, então não teve discussão, não teve audiência pública, não teve nenhum
174 debate sobre isso, mas foi aprovado ontem dessa forma. Então, é isso. Temos muitos
175 fatos a celebrar, inclusive a atividade do Conama, temos muitos fatos a celebrar em
176 relação aos resultados da COP, mas temos aí que enfrentar esse desafio de uma
177 mudança na legislação, que certamente e infelizmente vai gerar um conflito judiciais
178 enorme. Já há muitas ações sendo preparadas, muitas organizações vão dar entrada em
179 ações no Supremo, que infelizmente deve tumultuar muito o processo de licenciamento,
180 que já é complexo. Nós já temos as dificuldades naturais do processo de licenciamento
181 ambiental e agora serão mais ainda, se tornarão mais complexos com a judicialização.
182 Muito bem, isso posto, queria pedir à Marcela que apresentasse, por favor, os novos
183 conselheiros que passam a integrar esse plenário.

184 **A SR^a. MARCELA OLIVEIRA SCOTTI DE MORAES (Diretora do Conselho Nacional**
185 **do Meio Ambiente - CONAMA)** – Vamos lá. Aqui, portaria, assim que a gente vai passar

186 a figurar com as seguintes alterações. Artigo 1º, inciso 9º. Titular, Jane Braga Pinto
187 Pedroso e inciso 13º, Nayara Andreoli Bittencourt. 18º, suplente, Gabriela Mareto
188 Figueiredo.

189 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**
190 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – Nós não sabemos de que setores são,
191 normalmente vem o setor informado, eu não sei o que aconteceu.

192 **A SRª. MARCELA OLIVEIRA SCOTTI DE MORAES (Diretora do Conselho Nacional**
193 **do Meio Ambiente - CONAMA)** – Aqui não, exatamente, aqui não consta.

194 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**
195 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – Você não tem os setores aí, só para informar
196 os setores? A não ser que todo mundo tenha decorado o decreto e saiba exatamente
197 qual é o inciso, acho que todo mundo aqui sabe, né? Qual é o inciso 18 do artigo 1º.
198 Todos sabem, né? Mas então vamos ler só o nome dos conselheiros que chegam?

199 **A SRª. MARCELA OLIVEIRA SCOTTI DE MORAES (Diretora do Conselho Nacional**
200 **do Meio Ambiente - CONAMA)** – Então, titular, Júlia Cortez da Cunha Cruz e titular,
201 Luciene Mignani, suplente, Sandra Silveira de Souza.

202 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**
203 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – Silvestre.

204 **A SRª. MARCELA OLIVEIRA SCOTTI DE MORAES (Diretora do Conselho Nacional**
205 **do Meio Ambiente - CONAMA)** – Silvestre de Souza, desculpe, é isso mesmo. Titular,
206 Rian de Souza Oliveira, suplente, Antônio Gonçalves Júnior, suplente, Eduardo Farias
207 Topázio, suplente, Tomaz Miyazaki de Toledo. Artigo 5º, suplente, Edmundo Dantes
208 Costa Neto, Mulheres em Ação no Pantanal Mupã.

209 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**
210 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – Muito bem. Então, bem-vindos, novos
211 conselheiros e conselheiras. E vamos submeter à aprovação da ata da 30ª, 47ª Reunião
212 Ordinária do Plenário. Todos receberam a transcrição *ipsis verbis*, dessa ata. Pergunto

213 se há alguma objeção, algum ajuste na ata. Bom, então, não havendo nenhuma
214 manifestação, declaramos aprovada a ata da 100ª, 4ª e da 7ª Reunião Ordinária do
215 Plenário. E passamos de imediato, então, para a nossa famosa, como a ministra chama,
216 pinga-fogo. Cujo não oficial da Tribuna Livre. Temos aqui, pelos municípios, o Marçal
217 Cavalcante Wellington Silveira, pela Soledade Civil temos Romas Pereira do Ecoporé,
218 Carolina Maciel do Instituto Alana, César Vita do Espírito Santo, também da Funatura, e
219 pelos Estados temos Eduardo Taveira. Então iniciando com o nosso patrono Marçal
220 Cavalcante.

221 **O SR. MARÇAL FORTES SILVEIRA CAVALCANTI – TITULAR (Associação Nacional**
222 **de Municípios e Meio Ambiente - ANAMMA) –** Bom dia a todos, ministro Capobianco,
223 Rodrigo Agostinho, Marcela, doutor Fernando, nós estamos aqui hoje para dizer várias
224 coisas, ministro. É que nós nos reunimos ontem com a tripartite, já mais uma vez, o
225 sucesso absoluto da tripartite onde conseguimos com os estados, os municípios e a
226 sociedade civil dar encaminhamento ao estudo do IPEA, onde nós vamos começar a ter
227 um grupo de trabalho buscando algumas ações de efetivação do Sistema Nacional de
228 Meio Ambiente. Então quero parabenizar mais uma vez o Dsisnama por isso, porque nós
229 temos tido uma parceria imensa com essa estrutura do Ministério, a Marcela e a Mônica
230 têm incansavelmente trabalhado nisso, quero agradecer a todos os nossos companheiros
231 dos municípios que têm estado presentes, não só na tripartite, como no Conama, como
232 nas câmaras técnicas, como em toda a ação que nós temos buscado para isso. E, mais
233 um outro ponto, é que nós fizemos uma primeira ação conjunta entre ABEMA, Sociedade
234 Civil e ANAMMA, encaminhamos um ofício à Ministra Marina para que a gente possa
235 trabalhar a paridade deste Conselho que está há muito tempo atrasada, a luta política no
236 momento de retrocesso do que nós estamos vivendo, o embate será muito grande, mas
237 essas três figuras do Dsisnama em conjunto, nós chegaremos e vamos reivindicar isso,
238 porque está uma questão de lei que não está sendo cumprida.

239

240 A outra ação nossa é que a ANAMMA vai ser uma das entidades juntamente com o
241 Conselho e com o Partido da Rede de Sustentabilidade, no pedido da
242 inconstitucionalidade desse retrocesso que esse Congresso tem proposto. A lei teria

243 grandes avanços, mas nós estamos com a ação pronta e quem quiser caminhar conosco
244 também vai estar aberto para receber estruturação de todos, da Sociedade Civil, para
245 que a gente faça um mutirão e o Supremo Tribunal possa dar um basta nisso, porque
246 nós não aguentamos mais. E a outra ação, ministro, foi que a COP para nós, dos
247 municípios, foi um evento de uma magnitude impressionante, onde a Sociedade Civil, os
248 municípios, os Estados puderam ser ouvidos, como sempre nós temos aqui nesta Casa.
249 Depois do retrocesso, o diálogo tem agido. Nós temos divergências, mas nós temos que
250 ver o que é que converge e nós temos feito muita política de convergência dentro das
251 possibilidades. Então aqui quero desejar a todos, como é o último com a NAMA, um Feliz
252 Natal, um Próspero Ano Novo, espero ver vocês o ano que vem aqui, dentro dessa ação
253 de parceria, de bom debate e buscando e incentivando onde tem andado as coisas.
254 Então, Taveira, Andréa e Mauri, que é quem a gente tem mais contato, nós tivemos bons
255 embates, mas é um prazer imenso sempre estar com vocês, porque é disso que nós
256 teremos as convergências. Fiquem todos com Deus. Obrigado.

257 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**
258 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA) –** Obrigado, Marçal. O Wellington.

259 **O SR. WELLINGTON –** Bom dia, bom dia a todos. Bom dia, Capobianco, Presidente
260 Agostinho. Bom dia a cada um aqui presente. Eu faço pouco uso da tribuna, mas venho
261 aqui primeiro celebrar o resultado do ministro da COP, sobretudo a participação,
262 Presidente Marçal, dos municípios, intensa e do espaço que foi ocupado, que foi acendido
263 aos municípios nessa COP, a oportunidade de poder apresentar os seus trabalhos,
264 apresentar as ações e a oportunidade que tivemos de firmar parcerias e acordos.
265 Celebrar as ações, principalmente do Ministério do Meio Ambiente, celebrar os resultados
266 dessa COP, que, sem sombra de dúvidas, vai deixar um grande legado para as próximas
267 gerações. Mas eu venho aqui à tribuna falar sobre um assunto que talvez todos tenham
268 tomado conhecimento, ou a maioria, a respeito de uma fatalidade que aconteceu no
269 nosso parque isobotânico, a rua da Câmara da Bica, em que um jovem adentrou ao
270 recinto, com mais de seis metros de altura, e infelizmente viu a fatalidade por um ataque
271 da nossa leoa, Leona.

272

273 Primeiro, solidarizar a vítima, Gerson, que sofreu esse ataque, que sofria de transtornos
274 mentais, e é um ponto a ser discutido, dica uma questão de saúde pública, mas a
275 importância dos espaços zoológicos para a sociedade brasileira. Os zoológicos não são
276 jaulas, os zoológicos não são recintos de enclausura, os zoológicos não são espaços de
277 castigo para animais. Os zoológicos, pelo contrário, são espaços de reabilitação, são
278 espaços de cuidado intenso aos animais que não têm mais opções de voltar a hábitos de
279 vida livre e aos seus recintos. A minha fala é no sentido de que possamos rediscutir,
280 estive com o presidente Agostinho há pouco, falando sobre essa necessidade,
281 presidente, de rediscutir e aprimorar as normas dos zoológicos, mas também de
282 aprimorar o sistema tripartite, Marçal, o sistema de apoio do governo federal, do apoio
283 estadual, secretária Rafaela, aos entes federativos, aos poderes públicos que
284 administram esses espaços, sejam espaços públicos ou privados. Não podemos ser cada
285 um por si, não podemos cada um viver às custas meramente de taxas ambientais, de
286 taxas de visita, ou mesmo de recursos arrecadados pelos fundos de meio ambiente.
287 Precisamos, sim, de uma política de financiamento clara, transparente, objetiva, que
288 possamos aprimorar essa política de conservação da nossa biodiversidade. Que os
289 zoológicos possam, nessa oportunidade, ser colocados realmente em discussão e não é
290 porque a imprensa mundial está colocando esse assunto em vitrine para discutir tragédia
291 ou para buscar culpados, mas que possamos aproveitar essa oportunidade para refletir
292 sobre o nosso papel como gestores públicos, o nosso papel como ativistas ambientais, o
293 nosso papel enquanto sociedade da importância desses espaços. Então, aqui nesse
294 Conselho, nós temos uma instrução normativa do IBAMA, de 2015, que regulamenta o
295 funcionamento, não só dos zoológicos, mas de centros de reabilitação e vários outros
296 equipamentos que têm esse sentido. E não é querendo colocar, transferir a leoa para
297 santuários ecológicos e vai se causar a solução. Infelizmente, hoje fomos surpreendidos
298 com a ação civil pública de uma entidade ambientalista, que buscou uma indenização por
299 danos morais, buscando a reparação de um milhão de reais para transferir a leoa para
300 um santuário ecológico, como se essa fosse a solução. A solução, ela está aqui. A
301 solução está dentro da participação da sociedade civil, a participação das entidades
302 ambientalistas, a participação dos governos municipal, estadual e federal, para que
303 possamos aprimorar esses equipamentos. Então, eu queria pedir que possamos discutir

304 esse ponto, seja na comissão tripartite ou seja aqui mesmo, nesse Conselho, da
305 importância do funcionamento e da manutenção dos bons zoológicos, presidente
306 Agostinho. É importante ressaltar isso. Não importa a quantidade, mas a qualidade
307 desses centros de conservação da biodiversidade é o resultado da falta. Obrigado.

308 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**
309 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – Obrigado, Wellington. Vamos então agora
310 para o Romas Pereira, do Ecoporé, por favor. Na sequência, a Carolina Maciel e depois
311 o César Vito. Ah, vão juntos.

312 **O SR. ROMAS** – Bom dia a todas e a todos. Cumprimento a mesa em nome do secretário.
313 Eu sou o Romas, faço parte do Ecoporé, sou de Rondônia.

314 **A SRª CAROLINA MACIEL** – Carolina Maciel, Instituto Alana, Bancada da Sociedade
315 Civil. Senhoras e senhores conselheiros e conselheiros, autoridades presentes, muito
316 bom dia. Falamos hoje em nome das bancadas da sociedade civil e é com misto de
317 esperança e profunda preocupação que nos dirigimos a esse plenário. Nos últimos
318 tempos, a sociedade brasileira tem testemunhado um paradoxo. Enquanto buscamos
319 avanços, enfrentamos fortes resistências e retrocessos que minam os alicerces da nossa
320 política ambiental. Começamos com um evento recente, que me emociona muito, e de
321 grande visibilidade, a COP 30, realizada aqui no Brasil, em Belém. Nós celebramos a
322 ampla e vibrante participação popular que demonstrou engajamento e a sede por
323 soluções ambientais de milhões de brasileiros e brasileiras. No entanto, apesar da
324 riqueza dos debates sobre temas relevantes para a transição e sustentabilidade climática
325 promovidos no decorrer de todo evento, nós devemos fazer uma menção crítica à
326 ausência de encaminhamentos propositivos concretos que correspondam à urgência
327 climática. A falta de avanços significativos, especialmente na tão necessária redução do
328 uso de combustíveis fósseis, bem como na redução do desmatamento causado
329 principalmente pela produção de commodities agrícolas nos documentos oficiais das
330 negociações, nos alerta para a necessidade de uma ação doméstica muito mais corajosa
331 e coerente. E é justamente no âmbito interno que enfrentamos graves retrocessos. Nós
332 assistimos perplexos ao desmonte da política ambiental brasileira, com que
333 consideramos o PL da devastação à Lei Geral do Licenciamento Ambiental, que teve

334 seus vetos presidenciais derrubados e que representa o mais grave ataque ao arcabouço
335 ambiental de todos os tempos. Essa legislação, ao lado da medida provisória que trata
336 da licença ambiental especial, que tramita no Congresso, compromete severamente a
337 legislação ambiental brasileira. Esses textos não apenas contém inconstitucionalidades
338 e geram insegurança jurídica, mas também aprofundam a fragilização do Sistema
339 Nacional de Meio Ambiente, o SISNAMA. Nós reiteramos que o licenciamento ambiental
340 brasileiro está no centro da defesa do meio ambiente, da biodiversidade, do patrimônio
341 natural, bem como da qualidade de vida, saúde, emprego e renda de milhões de
342 brasileiros e brasileiras, e por isso deve ser resguardado. Dada a gravidade do colapso
343 climático e ecológico em curso, a bancada da Sociedade Civil do Conama reitera o apoio
344 à judicialização como forma de resguardar o sistema de licenciamento e proteger os mais
345 altos interesses da sociedade brasileira.

346 **O SR. ROMAS** – Nesse contexto de desmonte legislativo e ameaças, é urgente a
347 aprovação por este Conselho da resolução que define princípios e diretrizes para a
348 garantia de justiça climática e combate ao racismo ambiental. Por outro lado, é crucial
349 olharmos para a transversalidade da pauta ambiental. Isso significa que as políticas
350 econômicas devem sempre dialogar com a sustentabilidade. A bancada da Sociedade
351 Civil destaca, por exemplo, a isenção do imposto de renda como aprovação com o
352 provável aumento do poder aquisitivo da população. Este movimento tem potencial de
353 impactar positivamente a qualidade de vida e a saúde da população, promovendo o bem-
354 estar social e a integração e o acesso ao meio ambiente de forma conjunta e estratégica.
355 Não podemos deixar de registrar nossa profunda solidariedade aos servidores ambientais
356 de Minas Gerais que estão em greve há cerca de 90 dias. A luta deles por condições de
357 trabalho é, sim, a nossa luta pela efetividade das políticas de proteção ambiental em todo
358 o país. O trabalho desses profissionais é essencial para a fiscalização e a manutenção
359 de leis que tanto defendemos. É fundamental reforçar a pauta da criação das novas
360 unidades de conservação. Reconhecemos a importância da recente homologação de
361 quatro terras indígenas e a assinatura de 10 portarias declaratórias. Este é um ato de
362 justiça e de reparação histórica, e representa uma das formas mais eficazes e
363 comprovadas de conservação da biodiversidade que conhecemos. Paralelamente,
364 manifestamos o nosso apoio irrestrito à criação do Parque Nacional do Quiriri, Araçatuba,

365 e do Parque Nacional de Albardão, processos que estão em curso e que são vitais para
366 a proteção de ecossistemas únicos e a garantia de serviços ambientais essenciais.
367 Também reforçamos a importância pela aprovação do Acordo Escazú pelo Senado
368 Federal e a ratificação pelo presidente ainda este ano. Para concluir, estamos entre a
369 decepção com os resultados limitados da COP 30 e a ameaça imediata de retrocessos
370 legais brasileiros. Este Conselho não pode se calar diante de tais desafios. A escolha do
371 caminho que faremos, se de destruição ou de proteção, definirá sem dúvidas o nosso
372 futuro. Muito obrigado.

373 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**
374 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA) – César Victor, por favor.**

375 **O SR. CESAR VICTOR DO ESPÍRITO SANTO – SUPLENTE (REPRESENTANTE DA**
376 **FUNDAÇÃO PRÓ NATUREZA - FUNATURA) –** Obrigado, ministro Capobianco. Bom,
377 eu queria fazer aqui uma breve homenagem. Essa semana retrasada faleceu Braulino
378 Caetano dos Santos, no dia 23 de novembro, aos 79 anos. Braulino era um geraizeiro,
379 agricultor familiar, sindicalista e ambientalista. Seu jeito simples, sua capacidade de
380 diálogo, sua liderança fez com que ele se tornasse uma referência na luta em defesa do
381 Cerrado e de seus povos tradicionais. Braulino foi coordenador-geral da Rede Cerrado e
382 presidente da Comissão Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais. Foi fundador
383 do Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas, uma das mais importantes ONGs
384 que atuam no Cerrado, e também um dos fundadores da cooperativa Grande Sertão, que
385 é uma das principais cooperativas da agricultura familiar que atuam com produtos do
386 Cerrado. Braulino teve, entre seus principais pontos de luta, o reconhecimento dos
387 territórios onde vivem as comunidades tradicionais do Cerrado, inclusive na criação da
388 Reserva de Desenvolvimento Sustentável Nascentes Geraizeiras, localizada no Norte de
389 Minas. Por tudo isso, Braulino foi reconhecido como doutor honoris causa pela
390 Universidade de Montes Claros, Unimontes. Nós todos ficamos muito consternados com
391 a morte de Braulino, mas ele, com a sua forma de agir, sempre será um modelo de
392 atuação pela defesa dos povos e das comunidades do Cerrado. Braulino, presente.
393 Obrigado.

O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima - MMA) – Finalmente agora, encerrando a nossa tribuna livre, o Eduardo Taveira, representante dos Estados Abema.

O SR. EDUARDO COSTA TAVEIRA – TITULAR (Secretário de Estado do Meio Ambiente e Presidente da ABEMA) – Bom dia a todas e todos. Bom dia, ministro Capobianco, a todos que estão na mesa. Eu quero primeiro parabenizar o governo federal por todo o esforço envolvido na condução da COP em Belém, como amazônida, foi com muita satisfação e da nossa parte não havia dúvidas do que Belém poderia fazer para receber uma COP que, como foi muito falado, de fato aterrissou as negociações para a vida real. Eu lembro que em Katowice, pegando uma fila de inscrição de quase 2 graus negativos, e alguém comentou que 2 graus negativos, se aumentasse um grau e meio a temperatura da terra, não estava bom. Então é bom ir para a vida real, pegar o calor de Belém, entender que os impactos das mudanças climáticas devem ser discutidas aonde as urgências e as emergências se fazem presentes. Então quero parabenizar não só a coragem e a definição de eleger um Estado e uma capital no norte do país para sediar um dos eventos mais importantes da agenda ambiental, falar que a Abema esteve presente com uma agenda, nas duas semanas de COP, com uma Casa da Biodiversidade e do Clima, onde nós traçamos um mapa para a unificação das agendas da COP e da biodiversidade, e também das agendas do clima, entendendo que são questões que não podem ser dissociadas na condução do processo de negociação. E também falamos de agendas que são muito caras aos Estados, em especial como secretários de meio ambiente, como diretores e presidentes de órgãos, que também a pressão, como é em órgãos como Ibama, muitas ações, demandas reverberam judicialmente nos nossos CPFs. Então há também um risco muito grande da atuação de cada um de nós, de cada um dos nossos servidores, em uma agenda que é cada vez mais complexa e cada vez mais... Não uso aqui o complexo como difícil, mas que tem várias relações, vários inputs, várias entradas, que muitas vezes elas fogem ao controle meramente do fazer técnico. Então a segurança também das definições e das atuações, elas são extremamente importantes. Eu quero destacar, no conjunto também do Governo Federal, no âmbito do BNDES, do Fundo Amazônia, a participação durante a COP, das agendas de apoio, em especial a agenda conduzida pelo MMA, de fortalecimento dos

425 municípios prioritários no combate ao desmatamento e das queimadas. Um dos eventos
426 talvez até mais importantes, do ponto de vista de concretude, de uma ação de
427 fortalecimento do SISNAMA, não só no âmbito dos Estados, mas em especial no âmbito
428 dos municípios, como o Marçal tem falado, dessas discussões. E também, aproveitando
429 que o Garo está aqui, o Serviço Florestal Brasileiro, que talvez tenha feito a maior
430 contribuição, e eu gostaria de destacar, conduzida pelo Governo Federal, que é o Fundo
431 de Florestas para Sempre, o TFFF, que liderou uma iniciativa e uma negociação que
432 trouxe para a pauta também mecanismos que possam fazer a compensação de floresta
433 em pé. Para Estados como Amazonas, Estados como a maioria dos Estados da região
434 norte, são fundamentais para o financiamento de uma agenda que possa prever e prover
435 recursos financeiros para aumentar o combate ao desmatamento, às queimadas, e
436 também a mudança de matriz de geração econômica para uma economia que seja,
437 obviamente, competitiva, que lide com os problemas de superação da pobreza, que são
438 latentes nas nossas regiões, mas que possa produzir essa economia respeitando as
439 vocações, as atividades da natureza, respeitando as vocações e as atividades das
440 culturas tradicionais da região, e, ao mesmo tempo, fazer isso com baixas emissões. Não
441 é um desafio fácil, é um paradigma de economia que nenhum outro país tentou e está na
442 nossa responsabilidade de uma política pública e de um fundo como esse, dessa
443 dimensão, prover essas iniciativas. Então, quero aproveitar o Garo aqui e parabenizar ao
444 esforço do Governo Federal nessa iniciativa altamente inovadora e que eu não tenho
445 dúvida que terá efetividade nessa condução, nessa transição. Os Estados, a ABEMA,
446 também gostariam de se colocar à disposição do Governo Federal e das demais
447 membros aqui do CONAMA para a discussão dos pontos relacionados à derrubada dos
448 vetos da Lei Geral do Licenciamento. Eu quero destacar que em julho, dia 15 de julho
449 desse ano, nós nos reunimos na tripartite liderado pelo secretário André Lima, onde
450 Estados, municípios e Governo Federal se posicionaram por um documento da tripartite
451 a respeito em relação aos vetos. A ABEMA trouxe defesa de quatro vetos que
452 comprometeriam a dinâmica de licenciamento e autonomia dos Estados e se colocou
453 favorável também a alguns vetos que são comuns na agenda do Governo Federal, dos
454 municípios e a gente mantém a nossa posição de cooperação e de discussão no
455 ambiente democrático em relação ao fortalecimento não só do SISNAMA, mas na agenda

do licenciamento ambiental. Desde o início, nós estamos abertos aos diálogos e toda vez que fomos convocados e parabenizar aqui aproveitando o trabalho da Marcela na condução da agenda do SISNAMA para que a gente possa deixar claro e alinhado o posicionamento, as responsabilidades, mas também defender, que é o caso da ABEMA, a autonomia dos Estados em relação à agenda ambiental, considerando que mesmo na ausência de uma lei geral do licenciamento, 90% do licenciamento compete aos Estados, não há guerra ambiental nesses 40 anos, uma vez que os biomas se impõem em relação às restrições relacionadas aos impactos e as tipologias, os Estados estão bem estruturados na sua maioria, apesar de demonstrar a necessidade de fortalecimento dessa agenda, em especial também nos âmbitos dos municípios, para que o SISNAMA seja fortalecido nas suas várias instâncias, em especial na demanda do licenciamento ambiental. Só isso, ministro, estamos à disposição a qualquer momento que formos chamados via tripartite para consolidar essa defesa democrática e dar discussão a respeito da lei geral do licenciamento ambiental. Obrigado, bom dia a todas e todos.

O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima - MMA) – Muito obrigado, Taveira. Realmente foi muito significativo aqui todas as falas, eu queria ressaltar que a orientação desde o primeiro momento da nossa gestão foi de valorizar, promover, estimular o processo da comissão tripartite, que a Marcela vem conduzindo de forma muito exitosa, de fato recuperar a capacidade de diálogo e não se faz política ambiental sem a integração federativa, isso é impossível, o Brasil é um país continental, a responsabilidade do ambiente em qualquer área, incluindo o licenciamento, ela é compartilhada, como define a própria legislação, e mais do que isso, ela deve ser trabalhada de forma integrada, cooperativa. Então, não há nenhuma dúvida de que os avanços na tripartite são essenciais, assim como o fortalecimento do SISNAMA. Acho que isso é um desafio enorme, é uma dívida, acho que é uma dívida do Brasil, com uma proposta trazida pelo nosso querido doutor Paulo Nogra Neto lá atrás, que uma visão antecipatória do futuro concebeu o modelo do SISNAMA, e nós temos feito um esforço grande para que o SISNAMA, de fato, se torne realidade, com processos bem estruturados, permanentes, cumulativos. Esse é o resultado desse esforço que foi aqui reconhecido pelo Marçal, que é esse trabalho envolvendo esse estudo de como a gente pode criar novas possibilidades, novos

487 instrumentos, novas ferramentas para tornar o SISNAMA algo mais consistente, de fato,
488 capaz de enfrentar e atuar de forma condizente com a diversidade dos problemas, mas
489 também com a diversidade das oportunidades que nós temos no país, que é uma
490 potência ambiental como o Brasil. Essa questão da paridade do CONAMA, eu só queria
491 informar que ela está encaminhada ao centro de governo, nós encaminhamos o relatório
492 que foi elaborado pela comissão aqui, pelo grupo de trabalho aqui do CONAMA, e isso é
493 um debate agora que, como eu disse, já dentro do nosso espaço de CONAMA, Ministério
494 do Ambiente, isso já foi encaminhado. Agora é um processo que deve ocorrer junto ao
495 Palácio, inclusive todos vocês têm legitimidade absoluta para interagir com o Palácio,
496 notadamente com a Secretaria, como é que chama lá do Ministério? Ministro Boulos, que
497 é a Secretaria Geral da Presidência e que cuida da participação social. Então, recomendo
498 que vocês procurem o Ministério da Secretaria Geral da Presidência para tratar desse
499 assunto, porque é um assunto que depende agora de discussões que envolvem
500 diretamente a Presidência da República. O Marçal, eu queria reforçar uma frase que ele
501 citou, que eu acho muito feliz, que é a política de convergência. Acho que esse é o esforço
502 que nós temos feito aqui. De fato, desenvolver, estimular, exercitar uma política de
503 convergência para que a gente possa, de fato, endereçar os problemas todos que nós
504 temos pela frente. E queria encerrar só um comentário rápido, bem lembrado aqui pelo
505 Taveira, sobre o TFFF, o Fundo Florestas Tropicais para Sempre, uma ideia inicialmente
506 do Brasil, que teve o Garo como um dos estruturadores dela junto com todos nós, assim
507 como juntamente com o André Aquino, da Secretaria, da Assessoria de Assuntos
508 Econômicos do Ministério. E que, embora não fosse um tema da COP, porque o TFFF
509 não é algo de negociação, na Convenção do Clima, foi muito simbólico. Primeiro porque
510 o TFFF se baseia no princípio de que as florestas tropicais são essenciais para o
511 equilíbrio climático. Então, embora a negociação não envolva o TFFF, a conservação das
512 florestas tropicais é vital para a conservação, para a manutenção do equilíbrio climático.
513 Então, fazia todo sentido que isso fosse tratado em uma COP. E o mais interessante é
514 que, ao apresentar a proposta finalmente na COP, o que nós esperávamos para o TFFF
515 lá em Belém? Nós não esperávamos sair de lá com todos os recursos necessários, e
516 nem a aprovação do plenário. O que nós queríamos era a adesão de países, como uma
517 proposta que se iniciou com o Brasil, foi sendo ampliada gradativamente, e até chegar

518 agora com a adesão de 64 países. Então, nós temos 64 países tropicais e não tropicais,
519 países que têm floresta e que não têm floresta, que já fizeram a sua adesão ao TFFF, e
520 já um aporte que, com a entrada da Alemanha, chega a 6 bilhões e 800 milhões de
521 dólares para iniciar o processo. Então, foi muito relevante como uma proposta, repito,
522 originalmente pensada no Ministério do Ambiente, que depois foi abraçada pelo governo,
523 pelo Ministério da Fazenda, na sequência pelo Ministério de Relações Exteriores, uma
524 construção que foi se ampliando para outros países gradativamente, ganhando
525 consistência, sendo lapidada, sendo bem estruturada, ao ponto de chegar a esse
526 sucesso de imediato. Algumas pessoas comentaram, poxa, mas precisava de muito mais.
527 Aí eu lembro sempre do Fundo Amazônia. O Fundo Amazônia foi uma ideia que nós
528 concebemos em 2005, apresentamos ela em 2006, em 2007 ela foi abraçada por vários
529 países e em 2008 nós tivemos o anúncio de 1 bilhão de dólares para o Fundo Amazônia
530 pela Noruega e depois seguiu. O TFFF já começou com 6 bilhões e 800 milhões, está
531 certo? No primeiro dia ou nos primeiros dias de sua existência. Então, acredito que está
532 realmente bem encaminhado e vai ser um sucesso, realmente, que vai responder a uma
533 coisa que eu acho essencial, que eu acho que é uma novidade muito grande. Nós não
534 estamos falando de negociação de carbono, crédito, nada disso. Nós estamos falando o
535 seguinte, a floresta tropical tem um valor intrínseco. O fato dela existir, per si, gera
536 benefícios planetários. E, portanto, todos aqueles que garantem que essa floresta
537 continue existindo, precisam ser remunerados pelo serviço que prestam para a
538 humanidade. Esse é o princípio. Esse princípio colou, tem adesão e vai ser um marco
539 importantíssimo para o futuro, não só da Amazônia, mas de todas as... Cerrado, Mata
540 Atlântica, Caatinga, e todas as nossas formações florestais essenciais, assim como de
541 todos os demais 80 países que possuem florestas tropicais. Muito bom. E, suposto, queria
542 informar sobre os encaminhamentos de matérias submetidas ao SIPAM. O SIPAM
543 aprovou a tramitação da proposta de resolução sobre critérios e condições mínimas para
544 emissão de autorização por adesão e compromisso para a queima controlada com
545 finalidades agrossilvopastoris. Isso vai ser algo fundamental, sem o lamentado.
546 Atualmente, após a aprovação do COMIF e a criação pela Lei do Manejo Geral do Fogo.
547 Foi aprovada a proposta de resolução que viva a revisão da resolução sobre eólicas on-
548 shore, criando e estabelecendo salvaguardas socioambientais, que são essenciais. Hoje

549 nós sabemos dos conflitos que vêm sendo gerados pela expansão das eólicas, portanto
550 há que haver um regulamento mais adequado. Foi acolhida e aprovada também a
551 tramitação da proposta de resolução para estabelecer a possibilidade do enquadramento
552 de unidades de conservação compatíveis com o Sistema Nacional de Unidade de
553 Conservação, no Cadastro Nacional de Unidade de Conservação, o SINUC. A proposta
554 de resolução que dispõe sobre a criação do Cadastro Nacional de Informações
555 Ambientais sobre o domínio e posse de escavadeiras hidráulicas, isso é algo essencial,
556 porque nós precisamos de fato ter um controle sobre o uso desse equipamento com
557 potencial de destruição ambiental enorme, como todos temos visto. O Ibama tem feito
558 um esforço enorme de apreensão, até destruição desses equipamentos, quando não é
559 possível apreender. Mas, no entanto, a capacidade que o crime organizado possui de
560 repor esses equipamentos em uma velocidade muito superior à capacidade de controle
561 é impressionante. É necessário que haja regras mais claras, inclusive com
562 responsabilização daqueles que produzem e comercializam esse produto. Então, foram
563 resoluções que foram aprovadas pelo SIPAM na sua última reunião, que vão tramitar, já
564 estão tramitando no Conama. O Conama está debatendo, no momento, 16 propostas de
565 resolução, certo, Marcela? Então, realmente, como eu disse no início, na abertura, e
566 agradecendo o empenho de todos, é um esforço realmente impressionante que o
567 Conama vem dando, demonstrando energia e capacidade para avançar em agendas
568 centrais. Também foi aprovado o calendário de reuniões. Marcela, você poderia informar
569 o calendário de reuniões, por favor, para o ano que... para o ano vindouro de 2026?

570

571 **A SR^a. MARCELA OLIVEIRA SCOTTI DE MORAES (Diretora do Conselho Nacional**
572 **do Meio Ambiente - CONAMA)** – São quatro reuniões. A primeira seria em 11 de março
573 de 2026. A segunda seria em 10 de junho de 2026. A terceira em 2 de setembro de 2026.
574 E a quarta em 2 de dezembro.

575 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**
576 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – Então, por favor, anotem na agenda, já
577 reservem aí isso, para que a gente possa seguir aí com as quatro reuniões ordinárias do
578 próximo ano, já devidamente agendadas. Passa a palavra, então, ao Ricardo Cavalcante

579 Barroso, nosso chefe da CONJUR, para informar sobre... Ah, está bom. Sobre a rejeição
580 integral. Você vai explicar, você explica, por favor, Ricardo.

581 **O SR. RICARDO CAVALCANTE BARROSO – (Consultor Jurídico do MMA)** – Bom,
582 bom dia a todos, cumprimento o nosso ministro substituto, Capobianco, a todos os
583 presentes, conselheiros, presidente do IBAMA, Marcela. O assunto foi submetido à
584 Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos, em razão de uma condenação que a União, o
585 IBAMA e o IAT sofreram, determinando que o CONAMA, no que se refere à União,
586 proceda com a elaboração de uma resolução, contemplando a exigência do EIA/RIMA
587 para a queima da palha da cana. Isso tramitou dentro da Câmara Técnica, no CONAMA,
588 apontando a impertinência da superveniência legislativa da Lei da Política Nacional do
589 Manejo Integrado do Fogo. Isso representou uma mudança de paradigma, entendendo a
590 Câmara Técnica, que não seria pertinente à exigência do EIA/RIMA. Dado esse fato,
591 chegando na Câmara de Assuntos Jurídicos, nós analisamos o assunto sob a perspectiva
592 da sentença e do enfrentamento à superveniência legislativa pela Lei da Política Nacional
593 do Manejo Integrado do Fogo, entendendo que é preciso ter todo o cuidado, que estamos
594 tratando de uma decisão judicial, mas, de fato, amparado em pareceres jurídicos e na
595 posição externada na Câmara, não haveria descumprimento da decisão judicial na exata
596 medida em que a Política Nacional de Manejo Integrado do Fogo já endereça o assunto
597 e não contempla, a princípio, a exigência do EIA/RIMA. Então, nós aprovamos um
598 enunciado de rejeição integral da proposição da resolução do CONAMA que visaria o
599 cumprimento da decisão judicial, ressaltando a posição da Câmara Técnica de Controle
600 Ambiental e Gestão Territorial, ressaltando a superveniência da Lei nº 14.944, de 2024,
601 os instrumentos que nela se contém, mas aprovou-se também uma ressalva de que isso
602 não significa que os órgãos ambientais do SISNAMA possam eventualmente exigir
603 EIA/RIMA nas hipóteses que entenda caracterizado potencial significativa degradação
604 ambiental. Então, esse foi o encaminhamento aprovado na reunião da Câmara Técnica.
605 O próximo passo, ministro, é encaminhar o SIPAM, a Câmara Técnica, a resolução, dar
606 conhecimento aqui ao plenário que está sendo feito nesse momento, e encaminhar em
607 contramedida também a Procuradoria Regional da União para que atue perante o
608 processo judicial, para que não paire qualquer dúvida de que esse encaminhamento não

609 gera qualquer tipo de suspeita, de descumprimento de ordem judicial, ao contrário,
610 endereça o cumprimento a partir da nova legislação vigente.

611 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**
612 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA) –** Muito bem, excelente.

613 **A SRª. MARCELA OLIVEIRA SCOTTI DE MORAES (Diretora do Conselho Nacional**
614 **do Meio Ambiente - CONAMA) –** Ele queria falar sobre esse tema.

615 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**
616 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA) –** É muito longo a sua fala? Se o plenário não
617 se opõe, daria a palavra para uma segunda vez ao Marçal. Ele merece.

618 **O SR. MARÇAL FORTES SILVEIRA CAVALCANTI – TITULAR (Associação Nacional**
619 **de Municípios e Meio Ambiente - ANAMMA) –** Boa tarde, Marçal Cavalcante,
620 presidente da ANAMMA. Ministro, aqui é uma ação representando os pequenos
621 produtores rurais do Nordeste, os grandes produtores da cana de açúcar, o setor sucro
622 energético que tanto bem faz. Se essa resolução passasse, geraria um desconforto e um
623 desemprego imenso no Nordeste, essa questão da palha da cana. Nós estamos falando
624 a não aceitação da preservação de empregos diretos e indiretos de mais de um milhão
625 de empregos no setor sucro energético do Nordeste. Que vai o meu agradecimento ao
626 doutor Ricardo, a toda a Câmara Técnica, ao doutor Taldem Farias, ao doutor Alder
627 Flores, que trabalharam conjuntamente com a ANAMA no CIPAM, para que essa
628 resolução pudesse ter esse desfecho desse encaminhamento. Então, a todos vocês e a
629 ministra, meu muito obrigado.

630 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**
631 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA) –** Bem, Marçal, eu também acho muito
632 importante essa questão, esse avanço obtido aqui. Entretanto, acredito, Marçal, falando
633 como ambientalista, e não como ministro em substituto, mas como ambientalista, que o
634 desafio nosso é encerrar a queima de palha de cana. Alguns Estados já fizeram, já
635 superaram isso. São Paulo, por exemplo, proibiu e superou esse problema. Se o desafio
636 nosso agora, realmente, seria absurdo ter que exigir estudo de impacto ambiental para

637 cada queima de cana, seria um problema gravíssimo, até de licenciamento. Porém, o
638 desafio que eu acho que todos nós temos que militar em favor é para acabar com a
639 queima de cana, porque os danos são enormes para as populações, tanto para vida
640 silvestre, como para os seres humanos que são impactados pela queima. Muito bem,
641 mas, dito e suposto, passo então a informe da Marcela, por favor, o último informe aqui,
642 para iniciarmos a ordem do dia.

643 **A SRª. MARCELA OLIVEIRA SCOTTI DE MORAES (Diretora do Conselho Nacional**
644 **do Meio Ambiente - CONAMA)** – O informe é sobre a criação de um grupo de trabalho
645 para análise da proposta de resolução para estabelecer a possibilidade de
646 enquadramento de unidades de conservação compatíveis com o SNUC e com o Cadastro
647 Nacional de Unidade de Conservação. Então, dentro da CTBIO, foi criado um grupo de
648 trabalho para tratar dessa resolução.

649 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**
650 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – Então, essa foi a informação da criação do
651 grupo de trabalho e todos os interessados estão convidados a participar, então, desse
652 grupo de trabalho. Muito bem, e suposto, então, vamos para a hora do dia. Pois não?
653 Pois não, César?

654 **O SR. CESAR VICTOR DO ESPÍRITO SANTO – SUPLENTE (REPRESENTANTE DA**
655 **FUNDAÇÃO PRÓ NATUREZA - FUNATURA)** – É que eu sou, estou como vice-
656 presidente da...

657 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**
658 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – Só para fim de gravação, se apresenta, por
659 favor.

660 **O SR. CESAR VICTOR DO ESPÍRITO SANTO – SUPLENTE (REPRESENTANTE DA**
661 **FUNDAÇÃO PRÓ NATUREZA - FUNATURA)** – César Vitor, da Fundação Pró-Natureza,
662 é presidente da Sede Civil da região Centro-Oeste. Na condição de vice-presidente da
663 CTBIO, a nossa presidente não está aqui, então, a gente, na semana passada, teve uma
664 reunião da CTBIO, onde foi criado o SGT, que o Capobianco acabou de falar, e a gente

665 definiu já quatro integrantes desse grupo de trabalho e precisa indicar um quinto nome
666 que foi definido que seria alguém representante dos estados. Então, a presidente Rita
667 Mesquita pediu para mim vir aqui, fazer uso da palavra, para solicitar essa indicação por
668 parte dos representantes dos estados, para a gente poder trabalhar nessa questão da
669 reavaliação das unidades de conservação para compor o cadastro das unidades de
670 conservação. Obrigado.

671 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**
672 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – Bem lembrado, César. Eu queria fazer um
673 apelo para que você, como ABEMA, organizar isso, porque... Quem é que está
674 apresentando a ABEMA no momento? É o Taveira, está certo. Então, nesse sentido de
675 que participe, porque só para quem não está... A gente fala das coisas com sigla, não sei
676 se todos estão familiarizados do que se trata, mas é que nós temos o Sistema Nacional
677 de Unidade de Conservação, que estabeleceu os nomes das unidades, as tipologias e
678 os nomes das unidades. E o Cadastro Nacional de Unidade de Conservação reúne as
679 informações sobre essas unidades. O problema é que nós temos em estados e
680 municípios nomes de unidades, categorias de unidades que não são iguais, não são
681 similares, ou porque já existiam antes da Lei do SNUC, ou porque foram até depois
682 criadas por questões específicas. Lá um município, qualquer um estado, deu outro nome.
683 E aí você não tem a correlação direta para poder cadastrar. Então o esforço aqui é para,
684 como prevê a Lei do SNUC, que estabeleceu isso, você criar os critérios para identificar
685 a similaridade entre as tipologias e poder incluir no cadastro unidades de conservação
686 que não estão hoje porque têm nomes diferentes. Basicamente é isso. Mas tem as
687 mesmas funções. Então o objetivo é fazer essa compatibilização. E por que isso é
688 importante? Importante, primeiro, porque precisamos avaliar o real esforço de
689 conservação in situ no Brasil. E se nós temos um monte de unidades fora do cadastro, a
690 gente não consegue fazer essa avaliação. Segundo, a questão importante, essas
691 unidades, por mais que tenham nomes diferentes, são importantes. E por serem
692 importantes, deveriam também ter acesso a recursos da compensação ambiental. E hoje
693 elas não podem receber recursos de compensação ambiental porque elas não estão no
694 cadastro. Então, realmente, é fundamental que a gente faça esse esforço e os estados e
695 os municípios precisam participar disso para garantir que as suas unidades sejam

696 devidamente, da forma correta, evidentemente, respeitando as diretrizes da legislação,
697 serem adequadamente enquadradas e incluídas no SNUC. Então essa que é a questão,
698 acho que é uma agenda muito importante que a gente espera uma dedicação aí de vocês
699 para resolver no menor prazo possível. Muito bem, então temos agora a ordem do dia,
700 eu sei que já teve um pedido de inversão de pauta, mas nós temos o primeiro, seria a
701 resolução que dispõe sobre orientações técnicas e científicas a serem adotadas para o
702 resgate de colônias de abelhas nativas sem ferrão em áreas autorizadas para a
703 supressão de vegetação nativa. Temos um segundo item na pauta, que é a proposta de
704 resolução que define princípios e diretrizes para a incorporação da justiça climática e do
705 combate ao racismo ambiental nas políticas e ações ambientais e dar outras
706 providências. Temos uma terceira resolução que é a proposta que reestrutura o
707 Programa Nacional de Controle da Qualidade do Ar, o PRONAR. Além disso, temos
708 também na hora do dia, uma moção que trata sobre a relevância dos ecossistemas de
709 montanhas e a necessidade de articular e implementar diretrizes estratégicas de
710 conservação e gestão sustentável das áreas montanhosas do Brasil. A proposta recebida
711 aqui... Ah, foi retirado, então mantemos a ordem. Então, esta é a pauta do dia. Pergunto
712 se há alguma questão em relação à ordem. Se podemos aprovar e dar início às análises.
713 Desculpa. No momento oportuno. Primeiro, queria aprovar, estamos aprovando aqui no
714 momento, a ordem do dia. A ordem do dia sem prejuízo de qualquer encaminhamento,
715 inclusive de vista. Então, a hora do dia é esta. Há alguma questão em relação à ordem
716 do dia? Bom, aí não havendo nenhum questionamento, está aprovada, então, a hora do
717 dia da 148ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional do Meio Ambiente. Passamos de
718 imediato a tratar do primeiro item, aqui constante, sobre o resgate de colinas e abelhas
719 nativas sem ferrão, que será apresentada pelo conselheiro César Victor do Espírito
720 Santo. Por favor, conselheiro, com a palavra.

721 **O SR. CESAR VICTOR DO ESPÍRITO SANTO – SUPLENTE (REPRESENTANTE DA**
722 **FUNDAÇÃO PRÓ NATUREZA - FUNATURA) –** Bom dia, novamente, a todos e todos.
723 Pois é, a nossa Câmara Técnica de CTBIO, Biodiversidade, a gente trabalhou durante
724 um ano e meio nessa, eram muitas reuniões que fizemos. O empenho de todos os
725 membros da CTBIO, então, realmente, foi bastante, foi muito debate que teve, a gente
726 teve um momento lá que a gente até sonhava com abelha sem ferrão, porque a gente

727 não conseguia finalizar a análise. Finalmente, conseguimos, nos dois ou três meses
728 atrás, depois teve que ter também a análise da área jurídica, e tivemos uma outra reunião
729 envolvendo as duas câmaras técnicas, e finalmente chegamos a esse texto que foi
730 disponibilizado no site, que dispõe sobre as orientações técnicas e científicas a serem
731 adotadas para o resgate de colônias de abelha sem ferrão, em áreas autorizadas para a
732 supressão da vegetação nativa. É um texto relativamente longo, está disponível aí no
733 site, não sei se é o caso de ler algumas partes, mas eu acho que não, todos já devem ter
734 lido, e a gente gostaria de agora ver se a plenária concorda com o texto.

735 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**
736 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – O texto foi disponibilizado, nós temos então
737 aqui a disposição para escrever pontos, que porventura sejam indicados os interesses
738 dos conselheiros. Por favor, conselheiro. No microfone, por favor. Tem que ser no
739 microfone, para que todos possam ouvir. Nós não temos um microfone móvel nesses
740 casos. Seria mais, embora seja muito bom o caminhar, você sabe que para a saúde faz
741 bem caminhar, mas para o conforto dos conselheiros.

742 **O SR. LEONARDO DAVID QUINTANILHA DE OLIVEIRA – TITULAR (Procurador do**
743 **Estado do Rio De Janeiro do Instituto Estadual do Ambiente – INEA)** - Sim, pela
744 preguiça. Então, Capobianco, eu encaminhei uma proposição para a Marcela. Ah,
745 Leonardo Quintanilha, representando o Estado do Rio de Janeiro, então não sei qual
746 seria o momento oportuno para a apresentação da proposta, não sei se é agora.

747 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**
748 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – Você tem uma proposta o quê, de emenda?

749 **O SR. LEONARDO DAVID QUINTANILHA DE OLIVEIRA – TITULAR (Procurador do**
750 **Estado do Rio De Janeiro do Instituto Estadual do Ambiente – INEA)** - Exatamente.

751 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**
752 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – Vamos então, tem a proposta de emenda,
753 queria saber se mais algum conselheiro tem alguma questão, alguma proposta, algum
754 ponto. Pois não, conselheira?

755 **A SR^a. LAURA BRITO** – Bom dia, Laura Brito, representante do Ministério da Agricultura
756 e Pecuária, e o mapa, gostaria de pedir vistas a esse processo, só para a gente
757 aprofundar um pouco mais a análise dos textos e apresentar a análise dentro do prazo.

758 **A SR^a. MARCELA OLIVEIRA SCOTTI DE MORAES (Diretora do Conselho Nacional**
759 **do Meio Ambiente - CONAMA)** – Mas vocês fizeram parte da Câmara Técnica Ciente?

760 **A SR^a. LAURA BRITO** – Sim, a gente fez parte da Câmara Técnica, somos cientes, foi
761 discutido, mas o Ministério ainda tem algumas questões para analisar, inclusive envolver
762 a Embrapa nesse estudo, para poder trazer aqui para o plenário devidamente.

763 **O SR. CESAR VICTOR DO ESPÍRITO SANTO – SUPLENTE (REPRESENTANTE DA**
764 **FUNDAÇÃO PRÓ NATUREZA - FUNATURA)** – Tivemos realmente a participação do
765 Ministério esse tempo todo, não só do Ministério, mas também como representante de
766 outros setores do governo e também da setor empresarial, como a CNA, e depois de
767 muitos debates a gente chegou nesse consenso aí.

768 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**
769 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – Essa é uma questão direito de qualquer
770 conselheiro solicitar, isso não se discute, pedido de vista. Eu só lamento, porque na
771 reunião de governo, coordenado pela Casa Civil, o Ministério da Agricultura e Pecuária
772 deveria ter participado e informado isso no centro de governo. Então, eu lamento muito
773 que isso esteja ocorrendo, mas, infelizmente, então, o assunto... Gostaria de saber se
774 mais alguém gostaria de pedir de vista conjunto, por favor?

775 **O SR. CESAR VICTOR DO ESPÍRITO SANTO – SUPLENTE (REPRESENTANTE DA**
776 **FUNDAÇÃO PRÓ NATUREZA - FUNATURA)** – O Helder, a representante da Casa Civil,
777 gostaria de se pronunciar, por favor.

778 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**
779 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – Veja bem, pedido de vista é inquestionável.
780 Ah, é pedido de vista? Então... Ah, está bom. Helder, anota a sua nota, por favor. E a
781 ANAMMA, então, vista conjunta... Vista conjunta, obrigado. Então, vista conjunta,
782 Ministério da Agricultura e Pecuária, ANAMMA e...

783 **A SR^a. MARIA HELOISA DIAS – TITULAR (Instituto Amigos da Reserva da Biosfera**
784 **da Mata Atlântica) –** Gostaria de registrar...

785 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**
786 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA) –** Pois não? Onde está? Ah, sim.

787 **A SR^a. MARIA HELOISA DIAS – TITULAR (Instituto Amigos da Reserva da Biosfera**
788 **da Mata Atlântica) –** Gostaria de registrar a nossa decepção, com esse processo de, em
789 todas as vezes, a resolução está há um ano e mês sendo aguardada, já houve várias
790 reuniões, todos os setores participando, e esses pedidos de vista para aprofundamento,
791 sem nenhuma justificativa maior, aprofundar por quê, o que que não foi aprofundado na
792 Câmara Técnica, eu acho que é uma questão que a gente pode rever, até no regimento
793 interno. Porque sem aprofundamento, sem ter um motivo claro, sem saber por que que
794 quer pedir vista. Então, todo mundo vai ficar pedindo vista e a gente retardar no processo
795 de avançar nas resoluções e proposições do Conama. Então, com todo direito e respeito
796 ao pedido de vista, mas eu gostaria que, pelo menos, fundamentassem tecnicamente o
797 porquê de não estar aprovando um trabalho de um ano e mês, onde todos os setores e
798 segmentos tiveram oportunidade de estar à mesa, discutindo, debatendo. Aliás, foi até
799 criticado pela demora e a quantidade de reuniões para aprovação de uma resolução que
800 está sendo aguardada por vários produtores, vários setores da sociedade. Então, é só
801 um manifesto.

802 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**
803 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA) –** Conselheiro, entendo a sua frustração, acho
804 que a sua frustração não é só sua, acho que todos que estão nesse plenário, que
805 participaram ativamente desse processo, isso tem se tornado, de fato, uma prática muito
806 comum. De certa forma, é um direito inalienável do Conselheiro, porém, de fato, em um
807 processo onde há câmaras técnicas que se exaurem a questão durante um longo
808 processo, é surpreendente. E a Câmara Técnica, ela tem os seus membros natos, mas
809 ela pode ter a participação de qualquer conselheiro e deve poder receber contribuição de
810 qualquer conselheiro. Então, é uma pena de fato que a gente esteja repetindo *ad*
811 *nauseam* essa tendência. E também, lembrar os conselheiros que pedem vista, que é
812 obrigatório a entrega do relatório da forma correta. Nós tivemos casos aqui de

813 conselheiros que pediram vista e não entregaram relatório de vista. Então, pedindo,
814 portanto, que haja bastante empenho nisso. Existe uma proposta do Rio Grande do Sul
815 de ajuste nessa resolução, mas, como foi pedindo vista antes de você apresentar,
816 infelizmente?

817 **O SR. CESAR VICTOR DO ESPÍRITO SANTO – SUPLENTE (Representante da**
818 **Fundação Pró Natureza - FUNATURA) –** É do Rio de Janeiro.

819 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**
820 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA) –** Eu falei do Rio Grande do Sul? É porque foi
821 o Rio Grande do Sul que apresentou uma outra vista, outra ocasião. Mas me confundi,
822 desculpe. Então, o Rio de Janeiro fica prejudicado, porque nós não temos como discutir
823 o tema. Então, essa proposta foi encaminhada. Marcela, você precisa... Qual vai ser o
824 encaminhamento? Nós vamos voltar isso para o...

825 **A SR^a. MARCELA OLIVEIRA SCOTTI DE MORAES (Diretora do Conselho Nacional**
826 **do Meio Ambiente - CONAMA) –** A gente volta na próxima plenária, mas, entendendo
827 que houve essa proposta já do Rio de Janeiro, a gente pode compartilhar a proposta para
828 que todo mundo também possa ter conhecimento e debater na paralela com a Câmara
829 Técnica para ver se a gente chega a um acordo antes.

830 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**
831 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA) –** Está bem. Então, perfeito. Vamos fazer assim,
832 mas não vamos poder discutir aqui agora em função do prejuízo da... A matéria está
833 suspensa, não é? Qual é a sugestão? Você podia vir ao microfone, por favor? É que as
834 pessoas têm que ouvir os conselheiros aqui, então não pode falar sem microfone. O
835 correto é realmente o conselheiro se dispor via o púlpito para falar, porque senão as
836 pessoas não veem. Então fique de pé, pelo menos.

837 **INTERLOCUTOR NÃO IDENTIFICADO -** Não, é só uma questão, não é questão de
838 ordem, é só uma dúvida mesmo. A votação eletrônica e a presença vai funcionar?

839 **A SR^a. MARCELA OLIVEIRA SCOTTI DE MORAES (Diretora do Conselho Nacional**
840 **do Meio Ambiente - CONAMA) –** A gente vai ter um teste hoje com a moção.

841 **INTERLOCUTOR NÃO IDENTIFICADO** - Ah, então não é esse o momento.

842 **A SR^a. MARCELA OLIVEIRA SCOTTI DE MORAES (Diretora do Conselho Nacional**
843 **do Meio Ambiente - CONAMA)** – É, não. Como o sistema está sendo testado a primeira
844 vez, a gente vai utilizar na moção e aí todo mundo vai ter que estar conectado na rede
845 do CONAMA, que tem ali a internet, e a gente vai ter uma orientação de como proceder,
846 está bom? Vai ser um exercício coletivo.

847 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**
848 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – Bom, então isso posto, vai circular a proposta
849 do Rio de Janeiro em relação a essa resolução, pedido de vista com a obrigação de
850 apresentação do relatório para que possamos dar sequência na próxima reunião, que
851 como já foi informado aqui pela Marcela, será no dia 11 de março, quando voltaremos a
852 essa deliberação. Passamos então agora ao segundo item de pauta, que é a proposta
853 de resolução que define princípios e diretrizes para a incorporação da justiça climática e
854 do combate ao racismo ambiental nas politizações ambientais e das outras providências,
855 que será apresentado pelo nosso secretário de mudança do clima, do Ministério do
856 Ambiente e Mudança do Clima, Aluísio Lopes Pereira de Mello. Por favor, Aluísio, com a
857 palavra. Falei aqui que foi só o Rodrigo Agostinho sair que pediram vista do processo,
858 Rodrigo.

859 **O SR. ALOISIO LOPES PEREIRA DE MELO (Secretário Nacional do Ministério do**
860 **Meio Ambiente e Mudança do Clima – MMA)** – Muito bom dia a todas e todos
861 conselheiras, conselheiros, bom dia, ministro Capobianco, presidente Agostinho, nosso
862 consultor, chefe da consultoria jurídica Ricardo, e a diretora Marcela, que eu vou fazer
863 muito brevemente situar o trabalho feito e dar uma visão muito sintética do que é essa
864 proposta de resolução. Primeiro, é importante o conceito, justiça climática, ela está no
865 centro do debate nacional, mas debate internacional de mudança do clima, essa COP,
866 como foi comentado aqui pelo ministro Capobianco, também pelos representantes do
867 Instituto Alana, foi uma COP marcada pela participação e essa participação, presença
868 dos vários grupos colocam essa temática no centro do debate. E por que? Porque
869 mudança do clima tem a justiça e as desigualdades como um conjunto de questões
870 centrais. Os impactos dos eventos extremos da mudança do clima, eles se distribuem de

871 forma desigual na sociedade, nas sociedades, entre países, internamente em cada país,
872 isso ocorre basicamente porque nossas sociedades são marcadas por desigualdades
873 estruturais, históricas, que fazem com que algumas populações e grupos sejam mais
874 severamente afetados pelos eventos extremos. Mas tem outra dimensão também, a
875 própria ação climática ou ações ambientais de sustentabilidade, podem sim, agravar,
876 ampliar os efeitos dessa desigualdade. Então, a própria ação, atuação na agenda
877 climática, nas ações de sustentabilidade, tem que levar em conta, reconhecer esses
878 determinantes estruturais e as situações de desigualdade que colocam determinadas
879 populações e grupos em condição mais vulnerabilizada e levar isso em conta na hora de
880 formular e implementar ações. Então, um pouco, esse é o contexto no qual se insere todo
881 esse debate. Esse trabalho, lembrando, ele não se inicia agora, recentemente, o decreto
882 11.417 que o ministro Capobianco mencionou, lá de fevereiro de 2023, ao reestruturar o
883 CONAMA, criou uma Câmara Técnica de Justiça Climática em caráter permanente. Foi
884 um ato pioneiro para colocar isso no centro das discussões e integrar isso ao SISNAMA.
885 Decorrencia disso foi o trabalho iniciado, se puder colocar o próximo slide, de uma forma
886 bem breve, mas, em julho, foi instalada essa Câmara Técnica de Justiça Climática e deu
887 início, então, a esse trabalho. Na época, a secretária Ana Toni, secretária de Mudança
888 do Clima, foi quem começou a condução desse trabalho. Esse ano assumi, mais
889 recentemente, ele foi relatado pela conselheira Juliana Gatti, não sei se está... Ah, ela
890 está aqui. A gente agradece muito o trabalho da Juliana e agradece também, desde já,
891 aos conselheiros da sociedade civil, do setor privado, dos órgãos federais e estaduais
892 que participaram desse debate no âmbito da Câmara Técnica e muito, também, ao
893 departamento do CONAMA, que nos deu o suporte para conduzir esse processo aí. Essa
894 primeira reunião foi um momento de trazer, também, especialistas para colocar as suas
895 visões, as questões, nos ajudar a situar o tema da justiça climática. Duas, segunda e
896 terceira reunião, processando, elaborando uma proposta, que foi a consulta pública,
897 ainda, em março deste ano, depois dessas rodadas iniciais de elaboração. Ficou entre
898 março e... 3 de março e 22 de abril, em consulta pública, recebendo comentários insumos
899 sobre a abordagem inicialmente proposta ali. Teve uma seguinte reunião e, em setembro,
900 com base nesses comentários recebidos, a gente fez aqui um seminário que foi bastante
901 rico, que trouxe, também, especialistas, pesquisadores, representantes de organizações

902 sociais e, também, do Poder Público, formuladores de políticas públicas, que nos
903 ajudaram, também, a situar, conceituar e focar a abordagem a ser adotada nessa
904 resolução. Foi um seminário realizado em conjunto com uma reunião, a quinta, da
905 Câmara Técnica de Justiça Climática. Pois bem, feito esse debate, juntando com esses
906 vários elementos, em novembro, a Câmara Técnica, na sua sexta reunião, finalizou essa
907 proposta de texto, de redação, que, posteriormente, foi avaliada ainda em 18 de
908 novembro, a gente estava no meio lá da COP, pela Câmara Técnica de Assuntos
909 Jurídicos, que deu o ok, então, validou o texto que foi recebido e distribuído para os
910 conselheiros e conselheiras. Então, basicamente, é uma minuta de resolução, que ela é
911 bastante sintética, mas que traz, no primeiro artigo, três definições básicas no sentido de
912 padronizar, harmonizar abordagens sobre o que é justiça climática, racismo ambiental e
913 sobre o tema do letramento racial e de gênero. No artigo segundo, um conjunto de
914 princípios que devem ser observados na implementação de ações considerando justiça
915 climática e combate ao racismo ambiental. Um conjunto de diretrizes, no artigo terceiro,
916 como orientadoras dessas várias ações. No artigo quarto, estabelece que os entes,
917 então, do SISNAMA devem orientar suas ações, considerando esses princípios e
918 diretrizes para promover a justiça climática e combater o racismo ambiental. No artigo
919 quinto, em caráter não exaustivo, se propõe uma relação de quais são populações e
920 grupos considerados vulnerabilizados para os fins dessa resolução, então, sempre tendo
921 em mente que quando a gente fala de racismo ambiental, quando fala de justiça climática,
922 a gente está falando, sim, sobre populações e grupos em situações específicas e que
923 isso tem que ser claro, visível, identificável para todos os agentes. Por fim, o artigo sexto
924 lista um conjunto de instrumentos que devem ser mobilizados nas ações de promoção
925 da justiça climática e no sétimo reconhece-se que é um tema em andamento, em
926 elaboração, a ciência, primeiro, a mudança do clima, um processo que estamos vivendo
927 e que se mostra a cada vez com novas manifestações e que o próprio conhecimento
928 científico sobre a temática é também um conhecimento em elaboração, em permanente
929 atualização e por isso o artigo sétimo dá o comando de que sim a gente possivelmente
930 vai revisitar essa abordagem ao longo do tempo, à medida que as evidências avançam.
931 Então um pouco é esse o contexto, o escopo da elaboração e o escopo da proposta aqui
932 de resolução. Mais uma vez agradecendo ao esforço conjunto dos conselheiros e

933 conselheiras, das equipes que viabilizaram esse debate ao longo desses quase dois anos
934 e meio. Nossa equipe de governança está aqui, Marcela, Vana, que também nos
935 promoveram as oportunidades de diálogo e contando então com esse conselho para que
936 a gente possa dar esse passo e efetivamente integrar esse que é um tema central no
937 debate e na ação no enfrentamento da emergência climática trazer isso para dentro para
938 o escopo da atuação do SISNAMA. Então esse é o propósito, mais uma vez te agradeço
939 muito pela colaboração para a gente chegar a esse ponto.

940 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**
941 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – Obrigado, secretário Aloisio, pela
942 apresentação. Está em discussão. Por favor, conselheiros.

943 **A SRª. JULIANA GATTI (Instituto Árvores Vivas)** – Bom dia a todas e todos, Juliana
944 Gatti, Coalizão pelo Clima Crianças e Adolescentes. Agradeço muito a apresentação feita
945 pelo Aloisio, maravilhoso o contexto de todo o trabalho que foi desenvolvido, mas além
946 disso que foi apresentado, também gostaria de reforçar muito a participação da
947 sociedade civil de mais de 60 entidades que se envolveram bastante próximo desse
948 processo, que são entidades que tem trabalhado no nível nacional, local, internacional,
949 inclusive bastante ativamente na COP colocando a menção a respeito de justiça climática
950 e racismo ambiental dentro de contextos de documentos que norteiam os trabalhos
951 ambientais de todo o planeta, especialmente o Brasil e a gente também é importante
952 olhar que esse processo aconteceu paralelamente a Conferência Nacional de Meio
953 Ambiente, a retomada da conferência, que também trouxe dentro das suas propostas
954 prioritárias o eixo de justiça climática e três propostas dentro do eixo de justiça climática,
955 então isso mostra o quanto nós estamos aqui, enquanto Conama, trabalhando em
956 alinhamento com as políticas que estão sendo desenhadas pelo nosso próprio país ao
957 aprovarmos essa resolução e é muito importante também trazer aqui a presença de
958 equipes de algumas dessas entidades que estão aqui como a Mariana, de Geledés e
959 vários, o Rarrison e pessoas da área jurídica, socioambiental e de advocacy que estão
960 aí sempre atuando fortemente para que essa temática seja considerada em vários níveis
961 dos nossos direitos. Além da própria atividade da consulta pública, que trouxe realmente
962 um amadurecimento da proposta inicial, que foi ali em janeiro apreciada pelo CIPAM e

963 promoveu toda essa estrutura de resolução, que eu acredito que a gente vai ler
964 integralmente também para conhecimento de todos, apesar de vocês todos já terem
965 recebido, é importante que a gente tome conhecimento e olhe para essa resolução como
966 um caminho, uma espinha dorsal mesmo de tudo que a gente vai, já trabalha aqui no
967 Conama, mas vai vir a construir e desenvolver ao longo dos nossos próximos trabalhos
968 como um eixo, uma essência, um coração mesmo do trabalho vinculado ao Plano
969 Nacional de Mudança do Clima, que tem realmente a Justiça Climática como eixo. Eu
970 quero agradecer muito a participação de todos que colaboraram e contribuíram,
971 imensamente a equipe da Marcela, DSISNAMA e todo o Ministério. Obrigada.

972 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**
973 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – Obrigado, Juliana. Não, do ponto de vista de
974 procedimento, a resolução foi distribuída a todos, todos têm conhecimento, então não
975 será lida a não ser que haja alguma solicitação para que seja feita. Rubinho, por favor.
976 Rubens Born.

977 **O SR. RUBENS HARRY BORN – TITULAR (Fundação Grupo Esquel-Brasil)** – Bom
978 dia, Rubens Born, Conselheiro em nome do Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos
979 Sociais para Meio Ambiente e Desenvolvimento, por intermédio da Fundação Esquel. Eu
980 agradeço ao secretário Aluísio e cumprimento toda a equipe da sua secretaria, agradeço
981 ao ministro Capobianco e ao Conama pelo apoio dado, foi um longo processo, como foi
982 relatado aqui, quase dois anos e meio. Tivemos um, nesse caminho, não só a consulta
983 pública, um excelente seminário realizado aqui no dia 4 de setembro sobre Justiça
984 Climática e Racismo Ambiental. Não por coincidência, ou talvez por coincidência, a
985 abertura desse seminário contou com a presença do presidente do STJ, presença virtual,
986 Antônio Herman Benjamin, que também falou na retomada do Conama em 2023, dizendo
987 que nós, conselheiros e conselheiras, não podemos pecar por omissão em relação ao
988 nosso dever constitucional de proteger o meio ambiente para as futuras gerações. A crise
989 climática é séria, o Brasil sediou a COP. Essa resolução, ela ajuda o Brasil a normatizar
990 aquilo que está no seu artigo primeiro da Constituição, o princípio da dignidade da pessoa
991 humana. A Constituição Brasileira, também no artigo 3º, fala dos objetivos fundamentais
992 da República Brasileira, entre os quais promover o bem de todos sem preconceitos de

993 origem, raça, sexo, cor, idade e outras formas de discriminação. Esses dois dispositivos,
994 obviamente, foram regulamentados em diversos campos. Quando se reescreveu a
995 Constituição, não se falava em crise climática. Mas é o momento, agora, de a gente poder
996 avançar em normas de condutas, de procedimentos que busquem retratar esses dois
997 elementos pilares da Constituição frente à crise climática. E é o que faz essa resolução.
998 Lá na COP 30, para quem não esteve em Belém, houve um dia dedicado ao Dia da
999 Justiça, onde estiveram os presidentes das Supremas Cortes, ministro Edson Fachin,
1000 presidente do STF, ministro Antônio Herman Benjamin do STJ, a ministra Maria
1001 Elizabeth, do Superior Tribunal Militar, defensor público geral federal e outros eminentes
1002 magistrados e magistradas. Todos, sem exceção, tinham nas suas falas a expressão de
1003 justiça climática. Todos, sem exceção. E se comprometendo a fazer o poder judiciário
1004 reconhecer que a crise climática afeta aqueles mais vulnerabilizados e, portanto,
1005 promover justiça, igualdade com a abordagem da equidade. Entretanto, se nós não
1006 tivermos um conceito claro do que seja justiça climática, cada juiz, cada juíza tomará a
1007 sua decisão, o que é, obviamente, pertinente. O Plano Clima, segundo o estudo do
1008 Geledés aqui, das colegas do Geledés, citou só no setor de adaptação, nos 16 planos
1009 setoriais, citou a expressão justiça climática 255 vezes. A expressão racismo ambiental,
1010 em 63 ou 65 vezes. E nós, conselheiros e conselheiras, integrantes do SISNAMA, se nós
1011 não tivermos um padrão aplicável, um padrão conceitual aplicável a todo o Brasil, nós
1012 vamos criar insegurança jurídica para as nossas operações. Então, é muito importante
1013 que, para a segurança jurídica dos órgãos, da atuação dos órgãos municipais, estaduais,
1014 dos órgãos federais, do dever da sociedade para a proteção do ambiente, que a gente
1015 tenha elementos de referência conceituais sobre justiça climática, racismo ambiental,
1016 para garantir que a gente não tenha que recorrer ao judiciário para definir o que é justiça
1017 climática. Cabe ao CONAMA, sim, sem dúvida, enfrentar essa situação, ainda mais em
1018 um momento de crise, ainda mais no contexto da presidência brasileira do processo
1019 multilateral da Convenção de Clima. Por isso que, talvez, a sua Excelência Presidente da
1020 República, na abertura do encontro de chefes de Estado lá em Belém, no dia 6 de
1021 novembro, citou em seu discurso o seguinte, abre aspas: “A justiça climática é aliada do
1022 combate à fome e à pobreza, da luta contra o racismo, da igualdade de gênero e da
1023 promoção de uma governança global mais representativa e inclusiva.” O defensor geral

1024 federal no dia da justiça, lá na COP30, disse o seguinte, o doutor Leonardo Magalhães:
1025 “A crise climática é, antes de tudo, abre aspas, a crise climática é, antes de tudo, um
1026 desafio democrático, já que os seus impactos da crise não se distribuem igualmente.” E
1027 aí ele cita, no seu discurso, indígenas, quilombolas, comunidades periféricas, como
1028 aquele segmento da população que mais sofrem com a crise climática e, portanto, mais
1029 injustiçados. Nesse sentido, o defensor geral concluiu a sua fala dizendo que a justiça
1030 climática começa pelo olhar aos mais vulneráveis. Essa resolução busca fazer isso.
1031 Vamos olhar os mais vulneráveis, vamos criar condições de segurança jurídica para
1032 nossa atuação dentro do SISNAMA, lembrando que, na reunião anterior, esse plenário
1033 aprovou de forma unânime uma recomendação que todos os órgãos incorporem na
1034 medida das suas atribuições, o Plano Clima, que cita 255 vezes a expressão justiça
1035 climática. Então, está mais do que lógico que nós precisamos aprovar essa resolução,
1036 espero que de forma unânime, para criar segurança jurídica e permitir que enfrentemos
1037 esse desafio que é enorme, que é da humanidade, mas é do Brasil também. Muito
1038 obrigado.

1039 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**
1040 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – Muito obrigado, Rubinho. A única questão é
1041 que, excelente, não quis interromper, excelente fala do conselheiro, uma fala profunda,
1042 de fato muito bem estruturada, mas eu queria pedir aos próximos que fossem um pouco
1043 mais econômicos para que a gente possa manter a dinâmica da reunião.

1044 **A SR^a. MARCELA OLIVEIRA SCOTTI DE MORAES (Diretora do Conselho Nacional**
1045 **do Meio Ambiente - CONAMA)** – Por favor. Dá licença. Eu só queria colocar que a gente
1046 recebeu por escrito propostas de emenda de alguns ministérios que vão fazer essa
1047 apresentação. Eu acho que facilita, inclusive, a projeção, mas primeiro eu acho que a
1048 Maria Ceicilene, não é? O Ministério de Minas e Energia.

1049 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**
1050 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – Deixa eu fazer uma questão. Vocês vão
1051 apresentar propostas de ajuste na redação? São emendas, é isso? Então, nós vamos
1052 separar aqui em duas questões. A questão de emendas, queria saber se mais alguém
1053 gostaria de fazer uma fala em relação ao processo como um todo, antes da gente entrar

1054 na discussão de emendas. Só um minutinho, por favor. Então, se alguém gostaria de
1055 fazer uma fala geral sobre o texto, antes de discutir emendas, por favor, repetindo que
1056 eu quero que façam, solicito, se for possível, quero solicitar que se for possível seja uma
1057 fala mais breve, mais objetiva, na medida de que a gente possa evoluir nessa discussão
1058 com a maior celeridade possível.

1059 **O SR. EDUARDO ARMOND (Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria**
1060 **- CNTI) -** Eduardo Armando, representante da CNTI, dos Trabalhadores Urbanos, aqui
1061 no Conselho. Nós e a CONTAG apresentamos uma proposta de complemento a essa
1062 resolução, que foi tratada dentro da discussão, e a declaração na prática, a partir de tudo
1063 que os companheiros já manifestaram aqui, o Aloisio e os demais companheiros
1064 colocaram na questão, a gente está aderindo a essa posição, no sentido de que tem mais
1065 foco e objetivo tratar a questão do ponto de vista da questão climática e da questão
1066 ambiental do que da, especificamente, da questão trabalhista. Então nós estamos
1067 aderindo ao processo e pedindo a votação a favor. Obrigado.

1068 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**
1069 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA) –** Obrigado. Eu gostaria de consultar, quantos
1070 conselheiros têm propostas de ajuste, de emenda ao texto? Por favor, quantos
1071 conselheiros? Só para levantar a mão, quem tem proposta de ajuste? Então, como nós
1072 temos uma parcela relativamente pequena, independente da quantidade de ajustes, eu
1073 queria fazer uma proposta de encaminhamento, submeter ao plenário se concorda, em
1074 fazer como nós temos feito. A gente já aprova o texto base sem prejuízo das emendas,
1075 para que a gente possa evoluir. Então nós, se todos concordarem, nós poríamos, nesse
1076 momento, em votação o texto base, e na sequência, daremos palavra a todos aqueles
1077 que têm emendas, para apresentar as emendas, e analisamos emenda a emenda, e
1078 vamos ajustando o texto. Podemos conduzir dessa maneira? Bom, em não havendo
1079 nenhuma manifestação contrária, colocamos em votação a aprovação do texto base da
1080 proposta de resolução que define princípios e diretrizes para a incorporação da justiça
1081 climática e do combate ao racismo ambiental nas políticas e ações ambientais da outras
1082 providências, sem prejuízo da análise que será feita na sequência das emendas. Aqueles
1083 que forem contrários à aprovação da resolução, por favor, se manifestem. Então temos...

1084 Contagem de votos contrários, por favor. Sete votos contrários. Quem se abstém, por
1085 favor, se manifeste. Uma, duas, três, três abstenções, quatro abstenções, cinco. Correto?
1086 Cinco abstenções? Seis. Seis abstenções. Votos a favor? Bom, está aprovado o texto
1087 base, sem necessidade de contagem, por contraste. Então, uma vez aprovado o texto
1088 base da resolução, por favor, com a palavra a primeira, ou as primeiras emendas que
1089 serão apresentadas por...

1090 **A SRª. MARIA CEICILENE ARAGÃO MARTINS – TITULAR (Ministério de Minas e**
1091 **Energia)** – Bom dia a todos. Ceicilene Martins, do Ministério de Minas e Energia. Primeiro
1092 quero parabenizar o trabalho realizado e a nossa proposta aqui, a gente começa logo no
1093 artigo primeiro, que a gente considera que não há perda de mérito, assim mais com
1094 relação a técnica, tendo em vista que a itemização, a exemplificação que é posta no artigo
1095 primeiro, ela é tratada no artigo quinto. Então, o texto ficaria corrido, excluindo as
1096 explicações que vai ser tratada no artigo quinto.

1097 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**
1098 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – Então, estou entendendo que, na verdade,
1099 aqui é um ajuste de redação, que esse mesmo, esse detalhamento já consta de um outro
1100 artigo, estão propondo um ajuste de redação, nesse caso, é isso? Confere? Perfeito.
1101 Então, vamos apresentar o conjunto de emendas, depois nós fazemos a votação, por
1102 favor. Pode apresentar a próxima emenda? MIDR

1103 **A SRª. ELIANEIVA DE QUEIROZ VIANA ODÍSIO – SUPLENTE (Ministério da**
1104 **Integração e Desenvolvimento Regional - MIDR)** - Bom dia a todos. Estou muito
1105 satisfeita pela aprovação da resolução. Eu também, eu sou Elianeiva Odísio, do
1106 Ministério da Integração Nacional e Desenvolvimento Regional. A nossa proposta é
1107 também ajuste de redação, tirando todos os itens que tinham garantia, colocava só
1108 participação social, consulta pública, ou consulta prévia, combate e direitos humanos. E
1109 na parte lá também, da população e grupos vulnerabilizados, dos grupos prioritários a
1110 gente tiraria e colocaria por meio de realização de consultas públicas. É questão só de
1111 texto.

1112 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**
1113 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – Ou seja, só para entender, então, na realidade
1114 é uma questão de, se a resolução prever que a participação, a consulta e o combate seja,
1115 e o direito humano seja preservado, seria só a garantia de uma questão de ajuste de
1116 texto. Perfeito. Próxima emenda?

1117 **A SR^a. RAFAELA GOMES DE SOUZA E SILVA – SUPLENTE (Ministério de Portos e**
1118 **Aeroportos - MPor)** - Bom dia a todos. Eu sou Rafaela Gomes, do Ministério de Portos
1119 e Aeroportos. Queria parabenizar todos pelo trabalho e congratular também pela
1120 aprovação. A nossa proposta é de retirada de dois itens do artigo 5º. A gente pretende
1121 que fique a redação: São considerados populações e grupos prioritários quando em
1122 situação de vulnerabilidade nos termos dessa resolução, a gente entende que deveria
1123 ser retirado o item 2, que é afetados por grandes empreendimentos e projetos de
1124 infraestrutura. Porque a gente pode estar falando, por exemplo, de uma ferrovia que corta
1125 um latifúndio produtor de soja. A área próxima a um porto pode ser uma grande indústria
1126 química. Se a gente for construir um aeródromo perto de Alphaville, a população de
1127 Alphaville vai ser considerada vulnerabilizada. Então a gente acha que isso enviesa um
1128 pouco. E também no item 9, para habitantes de zonas costeiras. A gente está falando
1129 geralmente de mansões, de condomínios de luxo, de hotéis de alto padrão. Então a gente
1130 não queria dar esse viés. Então a gente acredita que seria melhor retirar. Mas aí a gente
1131 ficaria também com o problema de que existem sim populações vulnerabilizadas nessas
1132 situações. Então para solucionar, a gente propõe que crie-se um parágrafo único falando
1133 que os procedimentos de licenciamento ambiental irão considerar aspectos de justiça
1134 climática. Uma vez que todos esses processos têm que ser licenciados, o órgão
1135 licenciador faria essa avaliação de mérito de quem seria a população vulnerabilizada ou
1136 não. Então a gente só queria mesmo retirar a possibilidade de dar viés nesse artigo.
1137 Nossa proposta é essa. Obrigada.

1138 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**
1139 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – Obrigado. Próxima emenda. A gente tem que
1140 descer o texto aí, por favor. Ou subir.

1141 **A SR^a. MARIA CEICILENE ARAGÃO MARTINS – TITULAR (Ministério de Minas e**
1142 **Energia) –** Ceicilene Martins, Ministério de Minas e Energia. A nossa proposta aqui no
1143 artigo 6º é retirar conselhos de acompanhamento, porque nós ficamos na dúvida quais
1144 conselhos seriam, em que instância de governança ela teria. E nós entendemos também
1145 que o mecanismo de participação social, em uma certa medida, já incorpora acredito eu,
1146 essa questão dos conselhos de acompanhamento. Ele ficou um pouco perdido ali no
1147 texto.

1148 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**
1149 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA) –** Perfeito. Mais alguma? Bom, foram
1150 apresentadas as emendas. Gostaria de verificar se há alguma discordância, algum
1151 pedido de esclarecimento em relação a alguma emenda por parte de algum conselheiro
1152 aqui presente. Bom, e não havendo nenhuma manifestação ou questionamento,
1153 colocamos em votação... Ah, Garo, por favor. Com a palavra, Garo Batmanian, diretor,
1154 presidente do Serviço Florestal Brasileiro, o homem do TFFF.

1155 **O SR. GARO BATMANIAN (Diretor Geral do Serviço Florestal Brasileiro) –** Bom dia,
1156 Garo Batmanian, diretor-geral do Serviço Florestal Brasileiro. É que a definição de grupo
1157 prioritário confunde com grupo vulnerabilizado. Inclusive, em um outro artigo, uma das
1158 propostas feitas é acabar com grupo prioritário e substituir por grupo vulnerável.

1159 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**
1160 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA) –** E onde seria então? Em qual emenda, Garo?

1161 **O SR. GARO BATMANIAN (Diretor Geral do Serviço Florestal Brasileiro) –** Nessa aí.
1162 São consideradas populações e grupos prioritários. Mas no anterior, nós retiramos o
1163 grupo. Está sendo proposto vai na proposta anterior. Nessa aí, está se retirando o grupo
1164 prioritário e colocando grupos vulnerabilizados. O que faz sentido porque existe uma
1165 definição de vulnerabilizados no artigo 1. Entendeu? E não tem uma definição do que é
1166 um grupo prioritário. Então, fica meio... Me pareceu capenga que em alguns lugares a
1167 gente está tratando grupos vulnerabilizados e outros lugares está tratando grupo
1168 prioritário. Minha sugestão é ficar só no vulnerabilizado.

1169 **A SR^a. MARCELA OLIVEIRA SCOTTI DE MORAES (Diretora do Conselho Nacional**
1170 **do Meio Ambiente - CONAMA)** – Eu acho que eu tenho só um esclarecimento porque
1171 eu acompanhei um pouco da discussão da Câmara Técnica e não sei se faz sentido, tá?
1172 Mas, o artigo 5. ele fala justamente em grupos prioritários. E define quais são esses
1173 grupos prioritários quando esses grupos estiverem em situação de vulnerabilidade. Ou
1174 seja, forem vulnerabilizados. Então, o artigo 5. fala em definição de grupos prioritários.

1175 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**
1176 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – Eu acho que aqui, Garo, eu tenho uma
1177 questão que é o seguinte. Na realidade, você tem os grupos vulneráveis, está certo?
1178 Você tem os grupos prioritários que devem ser observados. Mas esses grupos prioritários
1179 que são elencados nem sempre estão em situação de vulnerabilidade. Eu acho que é por
1180 isso que foi feita aqui uma emenda sobre a questão de grandes empreendimentos de
1181 infraestrutura. Porque não necessariamente um grande empreendimento está afetando
1182 grupos prioritários. Está vulnerabilizando. Eu acho que essa que é a interpretação. E no
1183 caso, inclusive, de grandes empreendimentos é contraditório. Porque, às vezes, um
1184 pequeno empreendimento ou um médio empreendimento afeta grupos prioritários, torna
1185 grupos prioritários vulneráveis. Então, eu acho que a emenda que foi feita aqui foi correta
1186 nesse sentido.

1187 **O SR. GARO BATMANIAN (Diretor Geral do Serviço Florestal Brasileiro)** – Isso tem
1188 a ver com o primeiro artigo. Porque o vulnerabilizado estava definindo como sendo povos
1189 indígenas, etc. Ali estava bem claro. Então, o pessoal da Alphaville não ia ser considerado
1190 vulnerabilizado. Ele não é um grupo vulnerável. Eu entendi que a justiça climática era
1191 para aqueles grupos. Não é o morador de Alphaville.

1192 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**
1193 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – Podia colocar o artigo 5º? É o 5º ou o 1º que
1194 trata? O artigo 1º. Podia projetar o artigo 1º? Artigo 1º, por favor. Vamos ver. Artigo 1º,
1195 para fins de resolução, entende-se por... Vamos lá, no próximo. Aqui, olha. Grupos
1196 vulnerabilizados tais como... Está certo. É uma questão de harmonização de redação.
1197 Então, substituiria por grupos vulnerabilizados. Correto? É isso?

1198 **O SR. GARO BATMANIAN (Diretor Geral do Serviço Florestal Brasileiro)** – Se
1199 mantiver esse, para mim, o exemplo que foi dado aqui não caberia, porque eles não se
1200 encaixam nessa definição.

1201 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**
1202 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – Perfeito. Então, voltando agora na emenda.
1203 Voltando na emenda, por favor, na projeção. Então, aí seria grupos... São consideradas
1204 as populações de grupos vulnerabilizados. É isso, Garo? Proposta é trocar prioritário por
1205 vulnerabilizados. Correto? É isso aqui? É isso? Está bom. Então, a proposta do Garo
1206 coloca aí, por favor, entre parênteses aí. Mais alguma questão? Pois não, Conselheiro.

1207 **O SR. LEONARDO DAVID QUINTANILHA DE OLIVEIRA – TITULAR (Procurador do**
1208 **Estado do Rio de Janeiro do Instituto Estadual do Ambiente – INEA)** - Leonardo
1209 Quintanilha, representando o Estado do Rio de Janeiro. Capobianco, é sobre a proposta
1210 do artigo 5º, parágrafo 1º.

1211 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**
1212 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – A proposta de emenda ou o texto original?

1213 **O SR. LEONARDO DAVID QUINTANILHA DE OLIVEIRA – TITULAR (Procurador do**
1214 **Estado do Rio de Janeiro do Instituto Estadual do Ambiente – INEA)** - A proposta de
1215 emenda.

1216 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**
1217 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – Então, publica. Pode mostrar, por favor.

1218 **O SR. LEONARDO DAVID QUINTANILHA DE OLIVEIRA – TITULAR (Procurador do**
1219 **Estado do Rio de Janeiro do Instituto Estadual do Ambiente – INEA)** - É do MPor.

1220 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**
1221 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – Está aí.

1222 **O SR. LEONARDO DAVID QUINTANILHA DE OLIVEIRA – TITULAR (Procurador do**
1223 **Estado do Rio de Janeiro do Instituto Estadual do Ambiente – INEA)** - Então, aí a
1224 proposta é os processos de licenciamento considerarão aspectos de justiça climática. Eu

1225 entendo que isso pode gerar uma razão para anulação de processos administrativos em
1226 juízo. Eu só proporia a troca da redação. Pensei em algo como as autoridades
1227 licenciadoras envidarão esforços para considerar aspectos de justiça climática. Porque
1228 no processo de licenciamento eventualmente não vai ser considerado algum aspecto, por
1229 exemplo, sobre raça em um licenciamento que não é pertinente. Mas aí é uma razão para
1230 uma anulação em juízo. Enfim, se procurar lá um motivo. Não considerou aspectos de
1231 justiça climática. E aí o texto ficou forte porque está no imperativo. Os processos de
1232 licenciamento considerarão. E isso depende de uma evolução do processo de
1233 licenciamento. Mudaria a sua redação.

1234 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**
1235 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – Então seriam duas redações diferentes?
1236 Poderia incorporar as duas redações para a gente analisar depois e tomar decisão? Você
1237 anotou aí? Só um minutinho, por favor. Então seria emenda do governo do estado do Rio
1238 de Janeiro. Teria que fazer separado. Nós vamos ter que... Põe abaixo, vamos ter que
1239 colocar uma contra a outra na sequência, por favor. É o parágrafo único. Coloca uma
1240 alternativa parágrafo único, por favor. Mais alguém? Mais alguma questão, por favor?

1241 **O SR. LEONARDO DAVID QUINTANILHA DE OLIVEIRA – TITULAR (Procurador do**
1242 **Estado do Rio de Janeiro do Instituto Estadual do Ambiente – INEA)** - Tem outra
1243 questão. Mas é só sobre essa redação. Seria as autoridades licenciadoras envidarão
1244 esforços para considerar no licenciamento ambiental aspectos de justiça climática. O
1245 restante da redação fica igual à proposta. Então, vai lá. Não, é para colocar aí embaixo.
1246 Ah, pronto. Não está certo, está certo.

1247 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**
1248 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – Correto, é isso mesmo. Pode pôr.

1249 **O SR. LEONARDO DAVID QUINTANILHA DE OLIVEIRA – TITULAR (Procurador do**
1250 **Estado do Rio de Janeiro do Instituto Estadual do Ambiente – INEA)** - As autoridades
1251 licenciadoras...

1252 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**
1253 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA) –** Um minuto.

1254 **O SR. LEONARDO DAVID QUINTANILHA DE OLIVEIRA – TITULAR (Procurador do**
1255 **Estado do Rio de Janeiro do Instituto Estadual do Ambiente – INEA) -** Envidarão
1256 esforços para considerar nos processos de licenciamento ambiental... Aí tia o
1257 “considerarão”, nos processos de licenciamento ambiental. Tira o “considerarão.” Pronto.
1258 As autoridades envidarão esforços para considerar nos processos de licenciamento
1259 ambiental aspectos de justiça climática. Aí está certo.

1260 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**
1261 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA) –** Ok, só pões entre vírgulas nos processos de
1262 licenciamento ambiental. Próximo.

1263 **O SR. LEONARDO DAVID QUINTANILHA DE OLIVEIRA – TITULAR (Procurador do**
1264 **Estado do Rio de Janeiro do Instituto Estadual do Ambiente – INEA) -** Tem outra
1265 proposta do MDir sobre participação social e aí o texto da proposta especifica como se
1266 dá a participação social. Fala de consulta pública.

1267 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**
1268 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA) –** Só um minutinho que ele... Vamos então no
1269 texto. Qual é o texto? Qual é a emenda?

1270 **O SR. LEONARDO DAVID QUINTANILHA DE OLIVEIRA – TITULAR (Procurador do**
1271 **Estado do Rio de Janeiro do Instituto Estadual do Ambiente – INEA) -** MDir. A
1272 proposta do MDir.

1273 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**
1274 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA) –** Mldr, aí, qual é a tua questão?

1275 **O SR. LEONARDO DAVID QUINTANILHA DE OLIVEIRA – TITULAR (Procurador do**
1276 **Estado do Rio de Janeiro do Instituto Estadual do Ambiente – INEA) -** Consulta
1277 prévia... O inciso VI. Participação social ampla e efetiva da população especial dos grupos
1278 vulnerabilizados por meio de realização de consultas públicas. Eu retiraria por meio de

1279 realização de consultas públicas porque a participação social pode se dar de outras
1280 formas. Por exemplo, através de audiência pública. Então fica muito específico isso. Eu
1281 só retiraria então por meio de realização de consulta pública.

1282 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**
1283 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA) –** Perfeito. Mais algum ponto? Desculpa, sem
1284 debates paralelos. A plenária que vai discutir isso. Pronto?

1285 **O SR. LEONARDO DAVID QUINTANILHA DE OLIVEIRA – TITULAR (Procurador do**
1286 **Estado do Rio de Janeiro do Instituto Estadual do Ambiente – INEA) -** Pronto.

1287 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**
1288 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA) –** Mais alguma questão? É emenda, ajuste de
1289 emenda? Por favor.

1290 **A SR^a. JULIANA GATTI (Instituto Árvores Vivas) –** Juliana, Coalizão Clima Crianças e
1291 Adolescentes. Eu queria, nesse mesmo item da questão da consulta pública, na verdade,
1292 ao invés de suprimir, ampliar. Então a ideia seria e outros instrumentos de participação
1293 incluir no final da frase. Apesar de que já está lá em cima, mas enfim, a ideia seria não
1294 restringir.

1295 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**
1296 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA) –** Mais alguma questão?

1297 **A SR^a. JULIANA GATTI (Instituto Árvores Vivas) –** Eu acho que a gente também
1298 gostaria de pedir uma manifestação do Rárisson, eu não sei onde ele está. Está aqui o
1299 Rárisson?

1300 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**
1301 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA) –** Mas é emenda?

1302 **A SR^a. JULIANA GATTI (Instituto Árvores Vivas) –** Não sei. Eu vou consultar melhor.

1303 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**
1304 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA) –** Não, se for emenda, não estamos fazendo

1305 discussão genérica aqui. É emenda, ajuste de emenda. Mais alguma questão envolvendo
1306 emendas? Senhores conselheiros, do burburinho, mais alguma questão de emenda?
1307 Venha aqui falar o texto para ele. Juliana, explique o texto para ele aqui. Juliana, explique
1308 o texto para ele, por favor. Pois não, conselheira?

1309 **A SRª. ANDRÉA VULCANIS – TITULAR (Representante do Estado de Goiás - GO) -**
1310 Andréa Vulcanis, Estado de Goiás. Eu queria fazer um comentário sobre essa emenda
1311 do artigo 5º do Ministério dos Portos. Veja só, o artigo 5º ele diz o seguinte, são
1312 consideradas populações e grupos vulnerabilizados prioritários. Então esse parágrafo
1313 fala de licenciamento ambiental, não tem nada a ver com o caput, com a temática do
1314 artigo. Se for para falar eventualmente de licenciamento ambiental, seria no artigo 6º que
1315 fala o seguinte, são considerados instrumentos estratégicos para a execução dessa
1316 resolução. Aí talvez lá no inciso V, que fala integração com políticas de desenvolvimento
1317 sustentável, gestão territorial, licenciamento ambiental, combate à pobreza, tudo bem.
1318 Não faz sentido esse parágrafo lá no artigo 5º, e se for para colocar licenciamento, ele
1319 tem que ser como instrumento estratégico para a implementação da resolução.

1320 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**
1321 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA) –** Bom, então eu estou vendo o seguinte, nós
1322 temos... Vou fazer uma proposta de encaminhamento diferente. Nós temos emendas que
1323 eu acho que já tem entendimento, tem essa emenda que vai exigir uma reuniãozinha
1324 para organizar essa emenda melhor, porque nós não vamos conseguir fazer isso aqui no
1325 plenário. Então eu vou... Tem mais alguma emenda? Alguma outra emenda? Algum
1326 comentário? Não, não, veja bem, aí nós temos um... Não entendi, um comentário jurídico
1327 sobre a emenda? Já que é a AGU...

1328 Desculpa Capobianco, não me expressei corretamente. Artigo 5º, parágrafo se puder
1329 colocar na tela.

1330 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**
1331 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA) –** Da emenda.

1332 **A SRª. TERESA VILLAC PINHEIRO - TITULAR (Advocacia Geral da União - AGU) -**
1333 Sim. Tereza Villac, Procuradoria Nacional de Defesa do Clima e do Meio Ambiente. Uma
1334 colocação jurídica na sugestão da proposta do envidarão esforços no sentido de que
1335 haveria então a contraposição entre envidar esforços e considerar consideração, um
1336 esclarecimento de cunho jurídico. O objetivo do parágrafo único, até o Ministério dos
1337 Portos, se quiser falar aqui, não significa que sempre vai considerar, significa inserir no
1338 fluxo de análise uma fase que é essa consideração e uma motivação administrativa, caso
1339 não tenha, o gestor faz uma motivação administrativa de que não incide a situação. Então
1340 eu entendo que não traz nenhum prejuízo, não fere isonomia, nem nada, e o envidarão
1341 esforços, então, de certo modo, não vou entrar no mérito, mas consideração significa
1342 inserir no fluxo, eu posso considerar e concluir como gestor, que naquela situação não
1343 se aplica, então eu queria defender juridicamente a proposta do parágrafo primeiro do
1344 Ministério do Portos, obrigada.

1345 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**
1346 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA) –** Conselheiro, o senhor mantém a sua proposta
1347 mesmo com esse esclarecimento absolutamente estratégico e profundo da AGU?

1348 **O SR. LEONARDO DAVID QUINTANILHA DE OLIVEIRA – TITULAR (Procurador do**
1349 **Estado do Rio de Janeiro do Instituto Estadual do Ambiente – INEA) -** Então, se
1350 colocar, se consideração no fluxo, alguma coisa do tipo, eu até retiraria a proposta, mas
1351 como o texto diz, consideração aspectos, um juiz quando deparado com uma alegação
1352 de nulidade do licenciamento ele vai dizer, olha, deveria ser considerado aspectos de
1353 justiça climática, não foi no caso porque não considerou aspectos, por exemplo racial,
1354 logo declarou nulo o licenciamento, então como está envidarão esforço, não gera esse
1355 risco de nulidade de licenças ambientais.

1356 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**
1357 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA) –** Então, se colocar no fluxo do processo de
1358 licenciamento isso atende a sua questão, correto?

1359 **O SR. LEONARDO DAVID QUINTANILHA DE OLIVEIRA – TITULAR (Procurador do**
1360 **Estado do Rio de Janeiro do Instituto Estadual do Ambiente – INEA) -** Poderia ser
1361 envidarão esforços...

1362 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**
1363 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA) –** Não, envidará esforços... A questão aqui
1364 colocada...

1365 **O SR. LEONARDO DAVID QUINTANILHA DE OLIVEIRA – TITULAR (Procurador do**
1366 **Estado do Rio de Janeiro do Instituto Estadual do Ambiente – INEA) -** Inserirão no
1367 fluxo...

1368 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**
1369 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA) –** A questão aqui é a seguinte, considerarão no
1370 fluxo da análise do licenciamento ambiental, aspectos, então. Porque é o que está sendo
1371 esclarecido, porque na realidade, se não há motivo para que uma questão envolvendo
1372 justiça climática seja considerada, será explicitado isso pelo licenciador. Então não
1373 haverá porquê, de fato. Agora se ele ignorar, existe um problema, ele ignorou esse
1374 esforço, aí ele vai dizer não, eu envidei todos os meus esforços, mas eu realmente não
1375 consegui, aí você entra em uma subjetividade, acho que o que foi esclarecido aqui para
1376 a nossa consultora jurídica é de que você tem que garantir no fluxo a análise, mas se ela
1377 não couber isso vai ser justificado que não cabe a análise daquele aspecto, porque não
1378 se coloca a questão de justiça climática naquele aspecto. Mas vamos avançar um pouco
1379 aqui. Eu estou entendendo o seguinte, voltando na primeira emenda, na primeira emenda
1380 nós não temos proposta alternativa de relação. Há alguém contrário a incorporação desta
1381 emenda no artigo primeiro proposto pelo Ministério de Minas e Energia? Que se
1382 manifeste, por favor. Contrário, um voto contrário. Dois votos contrários. Quem é a favor,
1383 por favor, que se manifeste. Muito bem, então está aprovada essa primeira emenda. Na
1384 segunda emenda nós temos proposta alternativa, vamos lá, por favor, segunda emenda.,
1385 Nós temos três propostas, é isso? Eu não estou conseguindo ler, está um pouco longe
1386 para mim aqui. Andréia, não foi nesta emenda que você se referiu, não é? Então aqui,
1387 quem fez a proposta... Eu não estou entendendo qual é a emenda aqui, me desculpe, eu
1388 estou um pouco confuso, pode me ajudar aqui, Marcela? Ah não, aqui foi a proposta do

1389 Garo, não é isso? Não, não foi. Ah, da consulta pública, ah sim, nós temos então uma
1390 emenda original do MIDR, depois nós tivemos uma proposta de tirar consulta pública e
1391 uma terceira proposta de manter consulta pública em outros instrumentos de
1392 participação. Eu havia entendido, na emenda do Conselho do Rio de Janeiro, que ele
1393 propôs retirar consulta pública e que há outros mecanismos de consulta, então se a
1394 terceira emenda mantém consulta pública, mas em outros instrumentos de participação
1395 atende a sua questão, Conselheiro? Microfone, por favor.

1396 **O SR. LEONARDO DAVID QUINTANILHA DE OLIVEIRA – TITULAR (Procurador do**
1397 **Estado do Rio de Janeiro do Instituto Estadual do Ambiente – INEA)** - Atende, só
1398 que eu faria uma contraproposta, ao invés de colocar e outros instrumentos eu colocaria
1399 ou outros instrumentos de participação existentes, porque não encerra a forma como vai
1400 se dar a participação social, pode ser por consulta pública, pode ser por audiência, enfim.

1401 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**
1402 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – Conselheira, que propôs quer se manifestar,
1403 por favor?

1404 **A SRª. JULIANA GATTI (Instituto Árvores Vivas)** – Infelizmente não aceitaria nesse
1405 momento porque, na verdade, a gente precisa ampliar os meios de consulta sempre eles
1406 serem abrangentes ao ponto de incluir populações, inclusive invisibilizadas e até, às
1407 vezes, distantes de processos digitais de consulta, então, quanto mais amplo, mais
1408 aberto e inclusivo, e somando vários processos, melhor.

1409 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**
1410 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – Mauren, por favor. Só um minutinho,
1411 Conselheiro.

1412 **A SRª. MAUREN LAZZARETTI – TITULAR (Governo Do Estado - Mato Grosso) –**
1413 Mauren Lazaretti, Estado de Mato Grosso. A questão é jurídica mesmo. Quando nós
1414 usamos o “e”, é uma somatória, teria que ser audiência, pública e outros. Quando a união
1415 é “ou”, é um ou outro, ou se for o caso, vários, acho que essa é a questão. Então, se nós
1416 vamos ter que decidir, quando eu coloco audiência pública e outros, é obrigatória

1417 audiência e opcional seria outros. Esse é o entendimento jurídico unânime da redação
1418 legislativa.

1419 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**
1420 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA) –** Me desculpa, Mauren, é o “e” ou o “ou”?

1421 **A SRª. MAUREN LAZZARETTI – TITULAR (Governo Do Estado - Mato Grosso) – A**
1422 defesa que o Rio de Janeiro fez é a utilização do “ou” porque a proposta para retirar
1423 audiência pública que não pode ser só audiência pública poderia ser outros e não
1424 exclusivamente audiência pública. O que a Conselheira aqui propôs dizendo é que ela
1425 quer audiência pública e mais outros, o que nós estamos dizendo é que podem ser vários,
1426 então usar o “e” deixa a situação ainda mais complexa, porque tem que ser audiência e
1427 outros. Sim, mas aqui está a consulta a consulta pública, e outros é uma somatória, ou
1428 então teria que ser e/ou, alguma coisa nesse sentido, mas uma questão mais jurídica.

1429 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**
1430 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA) –** Só um minutinho, você queria fazer um
1431 comentário?

1432 **O SR. LEONARDO DAVID QUINTANILHA DE OLIVEIRA – TITULAR (Procurador do**
1433 **Estado do Rio de Janeiro do Instituto Estadual do Ambiente – INEA) -** Então pronto,
1434 a proposta poderia ser igual a redação como está na proposta 2, só que com “ou” ao
1435 invés de “e”. E aí a forma de participação social pode ser não necessariamente consulta
1436 pública, pode ser uma consulta pública, pode ser uma audiência pública.

1437 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**
1438 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA) –** Está bom, deixa eu ouvir um comentário do
1439 nosso consultor jurídico, por favor só um minutinho, por favor, um minuto.

1440 **O SR. RICARDO CAVALCANTE BARROSO – (Consultor Jurídico do MMA) –** Isso, só
1441 uma observação sobre esse ponto que a Mauren traz aqui. É que eu queria chamar a
1442 atenção que o caput já é, primeiro, a proposta de resolução, ela trata de princípios e
1443 diretrizes, então não são normas procedimentais específicas. E quando no caput ela
1444 aborda esse assunto ela trata como diretriz, entre outras, já há um aspecto um pouco

1445 indeterminado e expansivo. Então eu só queria corroborar que nesse contexto, a
1446 referência “e” ela não teria uma restrição de sentido necessária. Seria compatível
1447 entender que consultas públicas e outros instrumentos estariam abrigados como um dos
1448 instrumentos dentro das diretrizes, entre outras, ou seja, haveria essa flexibilidade.

1449 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**
1450 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA) – Usando o “e”.**

1451 **O SR. RICARDO CAVALCANTE BARROSO – (Consultor Jurídico do MMA) –**
1452 **Mantendo o “e” não teria problema.**

1453 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**
1454 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA) – Com o microfone ligado, por favor. Rubens...**

1455 **O SR. RUBENS HARRY BORN – TITULAR (Fundação Grupo Esquel-Brasil)**
1456 **– Rubens Born, do Fórum Brasileiro [ininteligível]. Talvez a gente poder abreviar essa**
1457 **discussão sobre conjunções, se é “e” ou se é “ou”, mas tentando pegar o espírito, talvez**
1458 **a gente possa... Uma proposta conciliadora, onde está por meio de realização de**
1459 **consultas públicas vamos abandonar o “e” ou o “ou” e colocar por meio da realização de**
1460 **consultas públicas sem prejuízo de outros instrumentos de participação. Uma sugestão.**

1461 **A SR^a. LISIANE BECKER – TITULAR (Instituto MIRA-SERRA – Entidades**
1462 **Ambientais) – Eu ia fazer uma proposta... Lisiane, MIRA-SERRA. Eu ia fazer uma**
1463 **proposta semelhante, porque dentro do que foi colocado nós temos segmento da**
1464 **população que realmente precisa de uma consulta diferenciada, então talvez fosse,**
1465 **nessa mesma linha do Rubens, e outros... E de outros instrumentos de participação que**
1466 **se fizerem necessários, porque aí nós temos aquela consulta pública e temos aqueles**
1467 **que são necessários para ter [ininteligível] esses segmentos diferenciados.**

1468 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**
1469 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA) – Atende? E outros instrumentos que se fizerem**
1470 **necessários, está certo? Não, veja bem, a consulta pública já é um instrumento**
1471 **consagrado no processo de licenciamento estabelecido, regulamentado em legislação.**
1472 **O que está se discutindo aqui é que para populações vulnerabilizadas, muitas vezes a**

1473 consulta pública não é suficiente. Então, acho que a proposta da conselheira, ela resolve
1474 a questão, porque sem prejuízo do Rubens e dela, sem prejuízo de outros mecanismos
1475 de consulta que se fizerem necessários, ou seja, você não conseguiu atingir o objetivo
1476 na consulta pública que está regulamentada toda definida. Porque aquele grupo
1477 vulnerabilizado não teve, por questões que a gente conhece bem quem licencia,
1478 dificuldade de participação. Então, uma vez que haja uma dificuldade de participação em
1479 uma consulta pública, seria a possibilidade de outros mecanismos de participação que
1480 pudessem garantir que essas populações vulnerabilizadas foram devidamente ouvidas.
1481 Acho que isso resolve, porque não está obrigando porque a Mauren levantou uma
1482 questão e estaria obrigatório, digamos assim, nesse caso não, seria e outros que se
1483 fizerem necessários, acho que aí esclarece o problema, abre a possibilidade de você
1484 ampliar a consulta quando demanda, sem obrigar o órgão licenciador a buscar outros
1485 mecanismos.

1486 **O SR. LEONARDO DAVID QUINTANILHA DE OLIVEIRA – TITULAR (Procurador do**
1487 **Estado do Rio de Janeiro do Instituto Estadual do Ambiente – INEA) -** Mas ficaria
1488 como diretriz necessariamente a realização de consulta pública.

1489 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**
1490 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA) –** Sim, claro. A consulta pública já é um
1491 instrumento de participação consagrada, regulamentada. Só que repito, em alguns casos
1492 ela não é suficiente por especificidades de populações específicas. Podemos seguir
1493 assim? Acho que resolve o problema e não cria nenhum desconforto no processo. Então
1494 seria a quarta proposta que seria por meio de realização de consulta públicas e outros
1495 instrumentos de participação que se fizerem necessários, que se fizerem necessários no
1496 processo de licenciamento. Pois não, Taveira?

1497 **O SR. EDUARDO COSTA TAVEIRA – TITULAR (Secretário de Estado do Meio**
1498 **Ambiente e Presidente da ABEMA) -** Pelo entendimento, até falando aqui como
1499 Amazonas também, na complexidade de todos que envolvem as ações, as consultas
1500 públicas elas são efetivamente prioritárias, mas não tem só a consulta pública para ser
1501 realizada. Tem atuações que podem ser resolvidas em uma audiência, podem ser
1502 resolvidas em outros mecanismos. Preocupação dos Estados adicionalmente à consulta

1503 pública, esse “e” inserir ainda outros mecanismos de participação, o que pode gerar
1504 conflitos do ponto de vista do andamento dos licenciamentos que se seguirem. Então
1505 essa é a preocupação. E se você for analisar após o artigo, o item quinto, os parágrafos,
1506 eles já definem quais são os critérios também. Então é redundante. Você tem no item
1507 especificando quais são os mecanismos de consulta e ainda outros. E depois você ainda
1508 coloca nos parágrafos lá, se é LPI quando aplicável, todas as demandas. Então eu acho
1509 que não tem nenhum problema do ponto de vista da redação técnica colocar ou a
1510 proposta original que foi colocada pelo conselheiro do Rio de Janeiro ou simplesmente
1511 colocar dentro das consultas públicas e/ou, não impede, mas a gente sabe e lida todo dia
1512 com questões de judicialização que infelizmente qualquer demanda que tem
1513 adicionalidade, na cabeça do juiz interfere em todos os processos. Então é só para deixar
1514 o texto no espírito daquilo que se pretende, as atenções que há concordância do ponto
1515 de vista de todos os estados a respeito da importância e do conteúdo e do tema, tanto é
1516 que o texto foi aprovado, mas algumas questões que impactam diretamente no dia a dia
1517 operacional do licenciamento ambiental, precisam também ser consideradas, então eu
1518 não vejo nenhum impacto dentro daquilo do espírito que já está sendo colocado na
1519 resolução algo que dê conforto em relação ao e/ou.

1520 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**
1521 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – Está claro, mas eu fiz uma consulta com o
1522 nosso consultor jurídico sobre a possibilidade de incluir e/ou nos termos da resolução e
1523 parece que nós não podemos incluir. Você pode esclarecer por favor?

1524 **O SR. RICARDO CAVALCANTE BARROSO – (Consultor Jurídico do MMA)** – Isso. O
1525 nosso decreto 12.002 que trata de logística, ele expressamente afirma que a expressão
1526 e/ou não será usada em atos normativos, então não é recomendável que a gente avance
1527 nessa proposta.

1528 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**
1529 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – Então, olha, eu acho que... Taveira, eu
1530 entendo perfeitamente sua colocação, mas e/ou outros instrumentos que se fizerem
1531 necessários ele está exatamente nessa linha, você fez a audiência pública, está certo?
1532 Que já está regulamentada. E se for necessário algum ou outro prazo de consulta para

1533 populações vulnerabilizadas específicas, você pode fazer e você justifica no processo,
1534 senão nós não vamos retroagir em relação a esta questão. O licenciamento prevê a
1535 consulta pública. Então como é que nós vamos sair desse imbróglio aqui? Vocês querem
1536 tirar a consulta pública do documento? Então... Não, não, o que se fizer é necessário no
1537 processo. É o mesmo caso do que o conselheiro colocou sobre aquilo que foi esclarecido
1538 pela nossa representante da AGU, que é envidará esforços. Ora, o responsável pelo
1539 licenciamento, ele, uma vez que não seja, não se justifique contemplar um aspecto, por
1540 exemplo, de racismo ambiental pelos elementos objetivos do processo, ele vai dizer que
1541 não se justifica. Nós estamos buscando, aparentemente, parece que está se criando uma
1542 amarração, mas não é isso. Você faz a consulta pública e está encerrado o processo.
1543 Muitas vezes, a consulta não é suficiente. Nós estamos aí discutindo a BR-319. Nós não
1544 sabemos se a consulta pública não é suficiente. Se não houver a consulta aos povos
1545 indígenas, não vai resolver o problema. Então, tem que se fazer. Por quê? Porque se faz
1546 necessário naquele caso. Em outros casos, não se faz necessário. Então, nós não
1547 estamos obrigando o órgão licenciador a aprovar outros mecanismos. Ele está dizendo o
1548 seguinte, quando se fizer necessário, se o órgão licenciador justificar que não se fez
1549 necessário, não vai ser feito. Eu acho que nós estamos, talvez, tentando exaurir uma
1550 questão no limite que não cabe. Nós vamos ficar em um impasse. Porque ninguém vai
1551 abrir mão de consulta pública. E também ninguém vai abrir mão de outros instrumentos
1552 de consulta quando se fizer necessário. É uma questão de lógica do processo licenciador.
1553 É, ficamos... Talvez temos que ir para a votação, então. Oi? Como? Então, vamos fazer
1554 isso. Nós temos duas propostas de... Vou ter que votar. Eu acho que já exaurimos, está
1555 bem claro. Então, a primeira não se... Já vimos que ela não resolve, está certo? Então,
1556 nós temos duas propostas, uma contra a outra. Uma que termina em “consultas públicas
1557 ou outros instrumentos”. E uma segunda opção que é “e outros quando se fizer
1558 necessário”. Está certo? Então, por favor, vamos para a votação. Quem é favorável à
1559 primeira redação que trata “consultas públicas ou outros instrumentos de participação
1560 existentes” que se manifestem, por favor. Fazer a contagem? 22. Quem é favorável à
1561 alternativa “e outros instrumentos de participação que se fizerem necessários”? 35.
1562 Então, está aprovada a alternativa “e outros instrumentos de participação, vírgula, que se
1563 fizerem necessários.” Vamos agora à próxima, por favor. A emenda proposta pelo

1564 Ministério de Portos. É a próxima, não é isso? Tem anterior? Qual anterior? Ah, sim. A
1565 retirada de garantia de... É uma proposta de redação. Então, pode esclarecer qual é a
1566 mudança aqui? Nesse caso, é o inciso X. Não é isso? Não, está correto. É o inciso X.
1567 Pode descer. É o inciso X, que diz garantia da consulta prévia. Bom, então está se
1568 dizendo... A proposta foi retirar garantia de, na medida em que você está incorporando
1569 tanto a consulta prévia como o combate ao racismo, como a [ininteligível] Portanto, é
1570 apenas uma medida de redação. Mas tem uma alteração ali também que diz lá, consulta
1571 prévia livre e informada conforme estabelecer, correto, porque a Convenção estabelece
1572 já isso, quando aplicável. Então, quando for aplicável no processo, deve-se observar o
1573 que está estabelecido e retirou a especificação porque já está estabelecido na
1574 Convenção o que ela abrange. No sexto, no quarto, desculpa, no 14, combate ao racismo
1575 ambiental no licenciamento e planejamento ambiental. Bom, no licenciamento,
1576 obrigatoriamente, são nas diferentes etapas. Se for licenciamento em diferentes etapas,
1577 será considerado naturalmente. Se ela vai ser considerada no licenciamento, é uma
1578 redundância. Há algum ponto em relação a essa emenda para a gente poder votar ela?
1579 Tem alguma objeção, alguma observação? Então, em votação, quem é favorável a
1580 acolhimento das emendas apresentadas pelo Ministério de Portos em relação ao inciso
1581 X, inciso XIV e inciso XVIII do artigo... Qual o artigo? 3. 3, terceiro. Artigo 3º. Por favor,
1582 quem é favorável, que se manifeste, por favor. Por contraste, quem é contrário?
1583 Aprovado. Próxima emenda, Ministério de Portos. Qual é a questão aqui, no Ministério
1584 do Portos? Vamos lá. Tem uma proposta alternativa apresentada pelo Rio de Janeiro.
1585 Você podia esclarecer, por favor? Pois não. Microfone, por favor, só um minuto. Ah, sim.
1586 O primeiro ponto foi a proposta feita, desculpa, pelo diretor-presidente do Serviço
1587 Florestal Brasileiro, substituir prioritário por vulnerabilizados. Mas quanto a isso, alguém
1588 é contrário a isso? Acho que isso é um ajuste correto na redação. Ninguém é contrário.
1589 Vamos incorporar. O segundo aspecto diz respeito ao Parágrafo Único, correto? No
1590 Parágrafo Único, na proposta do Ministério de Portos, os processos de licenciamento
1591 ambiental considerarão aspectos de justiça climática para tratamento das populações
1592 afetadas por empreendimentos. E a proposta do representante do Rio de Janeiro seria
1593 as atividades licenciadoras envidarão... Ah, sim, é o que nós discutimos antes. É o
1594 envidarão esforços versus a manutenção do texto original. Isso que foi esclarecido pela

1595 nossa conselheira da AGU, no sentido de manter o texto original, porque... Ah, sim, houve
1596 uma terceira alternativa que seria no fluxo dos processos de licenciamento. Não é isso
1597 que foi a terceira proposta? Não é isso, conselheiro?

1598 **O SR. LEONARDO DAVID QUINTANILHA DE OLIVEIRA – TITULAR (Procurador do**
1599 **Estado do Rio De Janeiro do Instituto Estadual do Ambiente – INEA) -** Então, é só
1600 uma questão do encaminhamento. Eu acho que o Ministério de Portos fez alguma
1601 proposição em relação aos incisos. E aí não tem nada a ver com o Parágrafo Único.
1602 Então, são questões distintas. Não é ela, porque ela sugeriu a supressão do afetados por
1603 grandes empreendimentos e projetos de infraestrutura como vulneráveis.

1604 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**
1605 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA) –** Mas eu entendi que não teve questionamento
1606 em relação a essa ementa. Não teve questionamento.

1607 **O SR. LEONARDO DAVID QUINTANILHA DE OLIVEIRA – TITULAR (Procurador do**
1608 **Estado do Rio De Janeiro do Instituto Estadual do Ambiente – INEA) -** Ah, não, não
1609 teve. É só para separar a questão.

1610 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**
1611 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA) –** Eu só estou discutindo o que teve
1612 questionamento na emenda. Nós depois vamos votar em separado. Aqui, esse
1613 questionamento foi que você trouxe, está certo, de que você propõe envidarão esforços.
1614 Não é isso?

1615 **O SR. LEONARDO DAVID QUINTANILHA DE OLIVEIRA – TITULAR (Procurador do**
1616 **Estado do Rio De Janeiro do Instituto Estadual do Ambiente – INEA) -**Exatamente.
1617 Até porque, só um argumento, o licenciamento que a gente está falando pode ser de uma
1618 termoelétrica, de uma siderúrgica, mas não só. Tem licenciamento de postos de gasolina,
1619 avicultura, coisas menores. E aí, quando você coloca “considerarão aspectos de justiça
1620 climática”, você joga nesses licenciamentos um ano muito grande em uma coisa que não
1621 é pertinente, porque são empreendimentos menores. Por isso que eu acho que é
1622 perigoso, porque coloca em risco, por mais que se diga que é uma diretriz, a resolução

1623 não é [ininteligível]gente, só que, quando coloca em uma resolução do Conama o
1624 consideração, alguma coisa assim mais forte, é um argumento de um juiz para anular um
1625 processo que, às vezes, não tem nada a ver com justiça climática. É um empreendimento
1626 menor e esses aspectos são impertinentes.

1627 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**
1628 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – É que essa questão do ponto de vista objetivo,
1629 se você coloca em envidarão esforços, o juiz pode anular do mesmo jeito dizendo que o
1630 legislador não envidou esforços para considerar. É subjetivo. Mas o que a nossa
1631 conselheira da AGU esclareceu é que, uma vez no prazo de licenciamento, o licenciador
1632 tem que considerar, mas isso não quer dizer, no processo ele identifica, não há aspecto
1633 de racismo ambiental, não envolve esse aspecto, como você falou, em um
1634 empreendimento que não tem nenhuma relação com comunidade vulnerabilizada. Então,
1635 você vai dizer no processo, não há nenhuma relação. Se você for questionado, vai dizer,
1636 olha, não há nenhuma relação. É o mesmo processo. Agora, envidarão esforços, ainda
1637 é pior, porque a acusação vai ser de que você não envidou esforços para sequer
1638 considerar que poderia haver uma questão envolvendo uma comunidade vulnerabilizada.
1639 Eu acho que não vai resolver o problema que você está querendo endereçar, mesmo
1640 porque, na justiça, nós somos surpreendidos a todo dia com decisões sobre aspectos
1641 relativos a isso. Então, eu entendo que, pelo esclarecimento, vamos solicitar o plenário
1642 que se manifeste. Sim, eu vou passar a palavra já para você. Mas, no esclarecimento
1643 feito já pela nossa consultora jurídica, na verdade, é isso. No processo do licenciamento,
1644 você justifica que não havia aspectos envolvendo racismo ambiental, justiça climática
1645 naquele empreendimento. E você justifica isso. Pois não, conselheira? Conselheira? Pois
1646 não. Microfone, por favor.

1647 **A SRª. MAÍRA LUISA MILANI DE LIMA – TITULAR (Controladoria Geral da União -**
1648 **CGU)** - Bom dia, Maíra Lima, da CGU. Será que a gente pode ver como estava o artigo
1649 na versão antes da emenda? Porque talvez a gente possa aprová-lo sem a necessidade
1650 de ficar discutindo a proposta do Ministério de Portos, já que a gente entendeu que a
1651 questão da prioridade e da vulnerabilidade está descrita no artigo 1º. Talvez não seja
1652 necessário esse parágrafo único tratando de licenciamento ambiental nesse artigo.

1653 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**
1654 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – Então, vamos seguir a sugestão da
1655 Conselheira? Por favor, não adianta você ficar falando assim que não dá para ouvir daqui,
1656 Adalberto.

1657 **A SRª. ANDRÉA VULCANIS – TITULAR (Representante do Estado de Goiás - GO) -**
1658 Andréa Vulcanis, Estado de Goiás. A nossa proposta, junto com a CGU, foi CGU, não é?
1659 Foi não ter o parágrafo nesse artigo 5º. Esse parágrafo fala de licenciamento e não tem
1660 nada a ver com o caput, que está tratando de populações vulnerabilizadas. Ele lista, são
1661 populações essas aqui. Esse parágrafo não tem correlação com o tema do artigo. Aí fica
1662 o pedido aqui do Ministério dos Portos, tira o parágrafo daqui. Se for para colocar
1663 licenciamento, é no artigo seguinte que fala de instrumentos estratégicos, e aí não precisa
1664 de um parágrafo, pode colocar ali junto com, por exemplo, o inciso V.

1665 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**
1666 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – Você tem o texto da resolução aqui? Já

1667 **O SR. ADALBERTO MALUF – TITULAR (Ministério do Meio Ambiente e Mudança do**
1668 **Clima)** – Presidente Capobianco, esse parágrafo único é feito só porque houve a
1669 proposta de retirar o inciso II. Então, se o parágrafo único não faz sentido, porque não
1670 tem a ver com o Caput, coloque em votação primeiro, se tira ou não o inciso II. Porque,
1671 se não tirar o inciso II, afetado por grandes empreendimentos, não precisa desse
1672 parágrafo único.

1673 **A SRª. MARIA CEICILENE ARAGÃO MARTINS – TITULAR (Ministério de Minas e**
1674 **Energia)** – Ceicilene, do Ministério de Minas e Energia. Acho que, antes de acatar a
1675 proposta do Adalberto, a gente poderia verificar o que a Andrea da ABEMA sinalizou,
1676 como é que ficaria o artigo 6º. Aí a gente faria um rebate no 5º.

1677 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**
1678 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – Como é que ficaria, Andréa? São
1679 considerados instrumentos estratégicos para a execução dessa resolução? Você queria
1680 incluir aqui o licenciamento ambiental?

1681 **A SRª. ANDRÉA VULCANIS – TITULAR (Representante do Estado de Goiás - GO) -**
1682 Se for para colocar licenciamento no inciso V, eu acho que cabe. Integração com políticas
1683 de desenvolvimento sustentável, licenciamento ambiental, gestão territorial e combate.
1684 Aí sai dessa coisa de se é obrigatório ou se não é. O licenciamento é um instrumento
1685 importante e ele entra como instrumento estratégico, que é o que está no caput do artigo
1686 6º. Não é a minha proposta. Minha proposta é não ter esse parágrafo. Mas, se for para
1687 colocar, se for para consenso, aí ele tem correlação aqui, não lá.

1688 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**
1689 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA) –** Então, a sugestão da conselheira Andréa é
1690 colocar isso no licenciamento. Como é que ficaria?

1691 **A SRª. ANDRÉA VULCANIS – TITULAR (Representante do Estado de Goiás - GO) -**
1692 Tira o parágrafo.

1693 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**
1694 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA) –** Coloca a emenda lá. Coloca a emenda, por
1695 favor.

1696 **A SRª. ANDRÉA VULCANIS – TITULAR (Representante do Estado de Goiás - GO) -**
1697 Supressão do parágrafo único, ou seja, não acolhimento da emenda.

1698 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**
1699 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA) –** Perfeito, agora ficou claro. Então, estão
1700 entendendo aqui? A proposta da conselheira Andréa para buscar um consenso é de
1701 incluir a questão do licenciamento ambiental, que deverá considerar, que são
1702 instrumentos estratégicos para a execução dessa resolução. Portanto, são instrumentos
1703 que devem observar os princípios, critérios, definições da resolução. Quando o
1704 licenciamento ambiental está colocado no inciso, qual é o inciso?

1705 **A SRª. ANDRÉA VULCANIS – TITULAR (Representante do Estado de Goiás - GO) -**
1706 No quinto.

1707 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**
1708 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – Você está obrigando que o licenciamento
1709 ambiental, aqui citado, considere todos os aspectos definidos na resolução. Acho que
1710 isso resolve o problema, de fato. Estão de acordo aqui, pessoal? Está acompanhando?
1711 Está certo? Então, vamos lá para o artigo da resolução. Artigo 16 da resolução. Desculpa,
1712 6. Artigo 6, inciso V. São considerados instrumentos estratégicos para a execução desta
1713 resolução. Integração, cumprir desenvolvimento sustentável, gestão territorial,
1714 licenciamento ambiental e combate à pobreza em todas as suas formas. Ou seja, o
1715 licenciamento ambiental, portanto, ao vir para cá, ele obrigatoriamente observará todos
1716 os elementos, os critérios, princípios e regras da resolução, correto? Então, podemos
1717 acolher a proposta da sugestão? Infelizmente, o Rio de Janeiro discorda. Passe o
1718 microfone para o Rio de Janeiro.

1719 **O SR. LEONARDO DAVID QUINTANILHA DE OLIVEIRA – TITULAR (Procurador do**
1720 **Estado do Rio De Janeiro do Instituto Estadual do Ambiente – INEA)** - Eu vou retirar
1721 a minha proposta, aí eu vou concentrar o meu esforço na proposta da Andréa. Porque,
1722 se coloca no artigo 6, são instrumentos estratégicos para a execução. O licenciamento
1723 não diz que é obrigatório, mas diz que é um instrumento estratégico. E aí, pronto, retira
1724 o parágrafo único proposto no artigo 5.

1725 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**
1726 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – Então, você pegou o microfone para
1727 concordar.

1728 **O SR. LEONARDO DAVID QUINTANILHA DE OLIVEIRA – TITULAR (Procurador do**
1729 **Estado do Rio De Janeiro do Instituto Estadual do Ambiente – INEA)** - Concordar,
1730 exatamente.

1731 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**
1732 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – Então, há alguma objeção no plenário para
1733 retirar na emenda feita pelo Ministério dos Portos o licenciamento ambiental com o
1734 parágrafo único no artigo 5º e passar a incluir no inciso 5 do artigo 6, alguém contrário a
1735 isso? Em não havendo ninguém contrário, aprovado. Muito obrigado, Conselheira

1736 Andréa, pela construção do acordo. Vamos agora ao início. Não, ainda tem lá no artigo
1737 5, no artigo 5º nós temos, são consideradas populações e grupos vulnerabilizados, já
1738 concordamos com isso, está certo? Quando em situação de vulnerabilidade, está meio
1739 redundante, nós vamos ter que ajustar depois, a CONJUR vai ter que organizar isso, nós
1740 temos a resolução, dentre outros, retirou afetados por grandes empreendimentos e
1741 projetos de infraestrutura e também zona costeira. Mas por que? Cadê a parte que explica
1742 que, quando impactados, isso eu não entendi aqui na emenda do Ministério dos Portos,
1743 porque o que ela estava alegando, cadê a proposta do proponente do Ministério dos
1744 Portos? Então, quando você fez a proposta, você estava explicitando que a
1745 vulnerabilidade, independe de serem grandes empreendimentos, independe de serem na
1746 zona costeira, o que define o impacto sobre comunidades vulneráveis é qualquer
1747 empreendimento que afete comunidades vulneráveis, independe de ser grande,
1748 pequeno, médio, não é isso? Zona costeira ou não, não é isso?

1749 **A SRª. RAFAELA GOMES DE SOUZA E SILVA – SUPLENTE (Ministério de Portos e**
1750 **Aeroportos - MPor)** - O que a gente quer tirar, retirando esses dois incisos, é o viés. A
1751 gente está falando de populações vulnerabilizadas, a gente sabe exatamente quais
1752 populações a gente quer que sejam escutadas no processo de consulta pública e que
1753 sejam consideradas no licenciamento. O que acontece é que, para muitos projetos de
1754 infraestrutura, os grupos que serão afetados não são grupos vulneráveis. Uma ferrovia
1755 que liga em uma mineradora. Mineradora é vulnerável. Um porto que é construído para
1756 atender uma indústria química. A indústria química vai ser vulnerável. Então, a gente
1757 queria retirar esse viés. E aí, esse viés seria dado no licenciamento ambiental. O
1758 licenciamento ambiental iria avaliar e ver que essa ferrovia vai passar do lado de uma
1759 mineradora. Não se aplica. Essa ferrovia vai atingir uma população. Aí se aplica. Então
1760 por isso que a gente jogou para o licenciamento. Mas a proposta do artigo 6º já resolve
1761 a nossa proposta de artigo único porque coloca o licenciamento como instrumento
1762 estratégico para fazer essa avaliação de valor. Então, nossa proposta foi essa. Porque,
1763 senão, fica muito enviesado. Eu sempre vou ter, eventualmente, alguém... Um habitante
1764 de zona costeira, um hotel de luxo. Ele vai ter que ser considerado uma população
1765 vulnerabilizada uma vez que ele já está listado aí. Então, a gente quis só afastar essa
1766 possibilidade.

1767 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**
1768 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA) –** Então, mas aí... Pessoal, só que, olhando...
1769 Você pode projetar o artigo 5º da resolução, por favor? De fato, queria chamar a atenção
1770 para um ponto que o Ministério de Portos coloca, que é o seguinte: Ele já estabelece no
1771 artigo 5º. São consideradas populações e grupos vulnerabilizados prioritários nos termos
1772 dessa resolução, incluindo, entre outros. Ele lista, a partir do inciso III, ele lista quais são.
1773 Portanto, o licenciador, ele vai ter esse rol aqui, que ele deve considerar se está sendo
1774 impactado ou não. E, de fato, quando você coloca afetados por grandes
1775 empreendimentos e projetos de infraestrutura, isso não é uma população ou grupo
1776 vulnerabilizado. Na realidade, é o grupo vulnerável que está afetado. E não... De fato, há
1777 uma redundância aqui. Portanto, a proposta de retirada do inciso II me parece
1778 absolutamente coerente. Porque o que importa é saber se aquela comunidade que está
1779 listada aqui, aquelas... Estão sendo impactadas ou não. E, se elas estiverem sendo
1780 impactadas, evidentemente que elas terão o atendimento. O mesmo se coloca habitantes
1781 de zona costeira, ilha e zona de risco ambiental, que é o nono que a conselheira levantou.
1782 Por quê? Porque um habitante de zona costeira, de uma ilha ou de uma zona de... Ou de
1783 uma ilha, ele pode ou não ser uma comunidade vulnerável. Ele pode não ser uma
1784 comunidade vulnerável. E só pelo fato de ele habitar uma zona costeira, ele vai passar a
1785 ser considerado vulnerável? Esse é o argumento que ela levanta. Eu concordo
1786 plenamente com ela. Porque nós temos situações de pessoas ocupando ilegalmente
1787 zonas costeiras e ilhas que não são nem um pouco vulneráveis. E agora, pela resolução,
1788 vão ser vulneráveis. Eu vou ter que considerá-lo, entendeu? Então, eu proponho que, de
1789 fato, a gente acolha a emenda do Ministério de Portos, retirando o parágrafo único que
1790 já retiramos, colocamos no artigo 6º, e retiramos esses dois incisos, conforme proposto,
1791 mantendo zonas de risco ambiental. Aí, sim, zona de risco ambiental obrigatoriamente
1792 tem que ser observado. Podemos seguir assim? Alguém é contrário a essa mudança?
1793 Em não haver nenhuma manifestação, está aprovado. Vamos para a próxima. Estão
1794 terminando, não é isso? Próxima emenda. Aqui nós já avançamos também, não é isso?
1795 Ah, sim. A proposta do Ministério de Minas e Energia, que questiona, são considerados
1796 instrumentos estratégicos para a execução dessa resolução, que é o artigo 6º, que nós
1797 já incluímos lá o licenciamento ambiental, está certo? E esse conselho de

1798 acompanhamento. O que são conselhos de acompanhamento? Alguém sabe o que são
1799 conselhos de acompanhamento? Então, realmente, não faz sentido mesmo. Acho que
1800 nós podemos acolher a proposta de retirar conselhos de acompanhamento, já que já
1801 garantimos que haverá, vamos respeitar os mecanismos de participação social, correto?
1802 Alguém é contrário a que se retire esses desconhecidos conselhos de participação?
1803 Então, aprovado. E com isso, encerramos? Encerramos, então. Aprovada a resolução,
1804 com as emendas aqui também aprovadas. Parabéns a todos. Temos? Pois não, Rodrigo?

1805 **O SR. RODRIGO ANTÔNIO DE AGOSTINHO MENDONÇA - TITULAR (Presidente do**
1806 **Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis -**
1807 **IBAMA) –** Eu queria só fazer um comentário, eu não fiz para não atrapalhar durante a...

1808 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**
1809 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA) –** Ele está propondo uma revisão da resolução.

1810 **O SR. RODRIGO ANTÔNIO DE AGOSTINHO MENDONÇA - TITULAR (Presidente do**
1811 **Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis -**
1812 **IBAMA) –** Não, não. Mas eu acho que é importante, até porque a gente tem falado muito
1813 de licenciamento ambiental, e hoje, novamente, discutindo licenciamento ambiental. E o
1814 licenciamento ambiental que a gente está buscando aqui no Ibama, que é o
1815 Licenciamento Ambiental Federal, e que é praticado, obviamente, em muitos estados,
1816 pelos municípios, enfim, é um licenciamento ambiental onde a gente busca a eficiência,
1817 e, nessa busca de eficiência, os aspectos do meio biótico são considerados e os aspectos
1818 socioeconômicos também são considerados. E, no diagnóstico socioeconômico dos
1819 licenciamentos ambientais, esses aspectos já devem ser considerados. Obviamente que
1820 a resolução traz para nós um reforço todo especial, uma sinalização de priorização, uma
1821 sinalização de olhar. Mas o licenciamento ambiental, quando ele é bem feito, quando ele
1822 é feito com qualidade técnica, quando os aspectos previstos na legislação são
1823 considerados, essas comunidades elas obrigatoriamente precisam estar presentes
1824 dentro do diagnóstico. A gente tem recusado estudos que simplesmente inviabilizam
1825 comunidades que estão presentes na área de influência direta ou indireta do
1826 empreendimento. Então, só para fazer essa consideração, porque, de fato, a gente não
1827 tem licenças que não há licença ambiental. A gente não tem uma licença social, a gente

1828 não tem uma licença ética, a gente não tem uma licença arqueológica. Então, são vários
1829 aspectos que acabam sendo trazidos para dentro do processo de licenciamento
1830 ambiental. E eu acho que é importante a gente fazer a defesa do licenciamento ambiental
1831 como um instrumento. A gente está vendo o licenciamento ambiental ser atacado o tempo
1832 todo e é o instrumento mais importante que a gente tem. Ele precisa ser feito com
1833 qualidade. Esse que é o grande risco de você ter, obviamente, licenças autodeclaratórias
1834 sem um olhar técnico aprofundado sobre esses aspectos que estão ali presentes. Só
1835 isso, só um comentário.

1836 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**
1837 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – Não, super oportuno, Rodrigo. Concordo
1838 plenamente. O licenciamento é um instrumento vital para o desenvolvimento sustentável,
1839 socialmente justo, inclusive, do país. E ele tem sofrido um ataque permanente, como se
1840 fosse um entrave ao desenvolvimento, que é um equívoco. Claro que nós temos que
1841 melhorar, agilizar, ser mais eficientes, evidentemente, inclusive fortalecendo o SISNAMA
1842 para ter mais capacidade, mais recurso, mais integração. Mas é um instrumento
1843 fundamental. Acho muito importante que você reforce esse ponto. Passamos, então, na
1844 sequência. Essa aqui eu queria fazer uma observação, uma consulta. Nós temos mais
1845 uma resolução, uma moção, e temos relatórios. A pergunta que eu faço ao plenário é se
1846 nós podemos seguir. São 12h34. Se nós seguimos no esforço concentrado na pauta, ou
1847 se vocês querem fazer a interrupção para o almoço, consulto aqueles que são favoráveis,
1848 que façam esforço concentrado e sigam aqui no processo. Por favor, que se manifestem,
1849 quem é favorável seguir. Bom, agora, quem é favorável a interromper para o almoço e
1850 voltar na sequência? Tem um monte de abstenção aqui. Esse que é o problema. A
1851 maioria, tanto faz. Almoçar ou ficar. Isso que eu entendi. Oi? Nós temos que ter o
1852 compromisso do retorno. Vamos seguir mais um pouco? Vamos seguir mais um pouco
1853 na agenda? Vamos ver como é que caminha? E a gente volta a fazer essa consulta,
1854 porque eu não senti firmeza nenhuma, confesso. Se tivesse tido uma erupção de cartões
1855 que querem interromper, a gente interromperia, mas foi um negócio meio quase que
1856 empatado, gente com fome e gente sem fome. O Pedro Ivo, que vive com fome, foi o
1857 primeiro a levantar o cartão que tinha que interromper. O Rubinho, que é magrinho, ficou
1858 na dúvida se levantava ou não levantava. Então, vamos avançar mais um pouco. E vamos

1859 seguir, então, para a próxima proposta de resolução que reestrutura o Programa Nacional
1860 de Controle da Qualidade do Ar, PRONAR. Por favor, antes de você subir ao púlpito,
1861 Adalberto, ter o prazer de subir ao púlpito para defender a proposta, a nossa conselheira
1862 Andréa Vulcanis, por favor, suba ao púlpito. Mas suba ao púlpito. Não, não, não. Suba
1863 lá, por favor. Você quer vir conduzir a reunião? Não, você pode vir conduzir, eu sento,
1864 quer vim? Não tem problema nenhum. Você está plenamente qualificado para isso.

1865 **A SR^a. ANDRÉA VULCANIS – TITULAR (Governo do Estado – Goiás)** – Bom, gente,
1866 rapidinho aqui. Abema, ontem nós tivemos reunião da Abema e nós decidimos, sim,
1867 solicitar vistas dessa resolução. Eu vou explicar os motivos. Apesar dessa resolução ter
1868 sido longamente discutida, a gente respeitar todo esse processo, o programa, da forma
1869 como ele está constituído, inclusive eu quero parabenizar, porque está muito bem escrito,
1870 muito bem estruturada toda a proposta. Entretanto, acho que tem um ponto desta
1871 resolução que a gente precisa refletir melhor. O programa prevê uma série de ações,
1872 desde inventário, plano, a rede de monitoramento da qualidade do ar, e isso implica em
1873 recursos muito expressivos, sobretudo por parte dos Estados. As obrigações
1874 estabelecidas para os Estados são grandiosas, de vulto, bilionários, se a gente for
1875 considerar o que está proposto ali. A gente entende absolutamente necessário, nós não
1876 temos nenhum comentário a fazer sobre as obrigações que estão estabelecidas, nós
1877 temos que fazer isso mesmo. Entretanto, Capobianco, o que tem acontecido? Quando a
1878 resolução é aprovada, imediatamente nós, gestores titulares dos Estados, sejam
1879 secretários ou presidentes de órgãos, recebemos logo em seguida do Ministério Público
1880 uma ação judicial, multas no nosso CPF, para que a gente possa cumprir as obrigações
1881 que estão determinadas. Então, a gente tentou fazer uma proposta de emenda
1882 considerando como nós vamos envolver o financiamento para atender esse programa.
1883 Essa é uma resolução que já não funcionou nos últimos 30 anos, nós estamos
1884 atualizando ela. E o problema significativo é financiamento. Então, começa a contagem
1885 de prazos e a maioria dos Estados, fora São Paulo e Rio de Janeiro, que já têm
1886 programas bem estabelecidos, os demais terão dificuldades imensas em implementar
1887 esse programa. Como nós faremos isso? Nós precisamos refletir, trazer uma proposta
1888 mais consolidada, porque, da forma como está, embora tenha sido longamente discutida,
1889 a gente respeita isso, a Abema participou longamente do processo de construção, mas a

1890 nossa preocupação fundamental é com o financiamento desse programa, porque ele é
1891 realmente bilionário. Então, como vamos estabelecer? A gente quer retirar, para pensar
1892 melhor, inclusive junto com o Adalberto, uma estrutura que a gente possa nos assegurar
1893 de implementar efetivamente o programa. Eu acho que atrasar um pouquinho agora e
1894 trazer uma proposta dentro da resolução que possa ser mais efetiva. E só para fazer um
1895 comentário, por exemplo, a rede hidrológica do país foi fundamentalmente implementada
1896 pela Agência Nacional de Águas, para que a gente entenda que uma rede que envolve
1897 equipamentos que são caros, manutenção, pessoas para colocar isso tudo dentro do
1898 sistema, sistematizar os dados, tudo isso, nós, Estados, e ontem o relatório que o próprio
1899 IPEA realizou, mostra de forma muito clara, os Estados têm dificuldade de financiamento
1900 e de pessoal, então isso precisa ser melhor pensado. É essa a justificativa que a gente
1901 está, em nome aqui de vários estados da Abema, pedindo vistas desse processo.

1902 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**
1903 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – Está claro, conselheira. Veja bem, eu entendo
1904 perfeitamente, está no seu direito absoluto e já está concedido vistas, evidentemente,
1905 vou abrir na sequência para saber se há interesse de outros conselheiros participarem
1906 do pedido, mas você só queria destacar um ponto que eu considero para a nossa
1907 reflexão, como você muito bem apresentou. O que estabelece essa obrigatoriedade não
1908 é a resolução CONAMA, é a legislação. Então existe essa obrigatoriedade. E me parece,
1909 aí tem dois pontos, nós não podemos incluir em uma resolução CONAMA qualquer
1910 questão que envolva recursos, ou financiamento, isso não cabe ao CONAMA, muito
1911 menos uma resolução do CONAMA, teria vício de origem, seria impossível fazer isso,
1912 nós não podemos determinar quem vai pagar a conta de uma resolução do CONAMA,
1913 nem definir valor, esse é um ponto. Segundo ponto, é que me parece muito difícil que no
1914 período do pedido de vistas, que são três meses, a gente vá achar uma solução financeira
1915 para isso. O que você traz é uma questão econômica, você diz, olha, a resolução está
1916 bem-feita, nós participamos, nós concordamos, nossa preocupação é como implementar,
1917 no fundo é isso que você está trazendo, nós queremos fazer, mas não temos como
1918 implementar, nós vamos aprovar algo que vai nos obrigar a fazer algo que nós não temos
1919 condição de fazer, digamos, em outras palavras. Mas o problema é que essa é uma
1920 determinação legal, a resolução está apenas operacionalizando a determinação legal.

1921 Então, me parece que o pedido de vistas, entendo perfeitamente que está concedido,
1922 não seria a ferramenta mais apropriada, porque a ferramenta mais apropriada seria nós
1923 nos envolvermos em um trabalho forte, um compromisso mútuo, de buscar viabilizar,
1924 buscar apoiar os estados para viabilizar, que é o trabalho, basicamente, que a Marcela
1925 tem conduzido, junto com o IPEA, os estudos todos, como você até citou aqui, como é
1926 que a gente tira o SISNAMA e dá força para o SISNAMA. Então, na realidade é isso, você
1927 pediu vistas, quando se pede vistas é para a questão de texto, de esclarecimento, de
1928 dúvida no texto, mas você está pedindo vistas por algo que não está no texto e não estará
1929 no texto. Então, nesse sentido, você está apenas adiando uma decisão que não poderá
1930 ser resolvida no período de vistas. Talvez o procedimento, nesse sentido, o período de
1931 vistas não seria o mais adequado para esse procedimento, embora, repito, o seu direito
1932 é absoluto para isso.

1933 **A SRª. ANDRÉA VULCANIS – TITULAR (Governo do Estado – Goiás)** – Na verdade,
1934 eu acho que nós precisamos ter um pouco de criatividade nessa resolução. A gente tinha
1935 feito uma proposta inicial de emenda, a gente mandou para a equipe do Ministério, no
1936 sentido de que o início dos prazos tivesse vinculado à viabilização de alguma forma de
1937 financiamento. Não foi aceito. Então, nós vamos ter que pensar criativamente daqui até
1938 lá que texto poderá estar nessa resolução que, ao mesmo tempo, garanta a
1939 implementação da proposta e nós temos total concordância com isso, mas de forma que
1940 o processo de responsabilização dos Estados fique determinado início de prazo, nós
1941 temos que, de fato, ser criativos para pensar como isso vai fazer. Eu acho que nós temos
1942 que sentar e refletir um pouco, de forma criativa, sobre isso, Capô, porque, assim, todos
1943 os secretários com quem a gente conversou ontem, todos nós, inclusive eu, estamos
1944 respondendo ações judiciais no CPF, com multa no nosso CPF, por não implementar a
1945 resolução do Conama. Então, isso é grave na perspectiva de que como a gente faz se
1946 não... E, neste caso, o custo é altíssimo. Quando ele já está dentro da estrutura, a gente
1947 não questiona. Então, nós vamos ter que pensar um pouquinho para ter um texto dentro
1948 da resolução que permita que essa situação seja contornada.

1949 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**
1950 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – Está certo. Adalberto, você havia assumido a

1951 presidência interinamente, dizendo que... Mas, realmente, neste caso, como a
1952 conselheira pediu vistas antes da apresentação, a apresentação está prejudicada. Todos
1953 receberam a resolução, todos tiveram acesso à resolução. Então, nós vamos ter o prazer
1954 enorme de assistir a sua defesa da resolução, que será brilhante, eu tenho certeza, na
1955 próxima reunião do Conama. Muito obrigado. Espero que você não se fure, porque ele
1956 se preparou, ele fez que nem o Aloísio, preparou a apresentação. O cara trabalhou nisso.
1957 É um assunto que eu queria até fazer um elogio público ao Adalberto pelo esforço que
1958 ele tem feito com relação a reeditar, atualizar as resoluções do Conama. Ele tem sido
1959 feito... Essa é uma questão central na secretaria dele. Então, parabéns pelo trabalho.
1960 Fico feliz que esse trabalho tenha sido feito e tenha sido reconhecido, aqui pela Andréa,
1961 pela Abema, como um trabalho muito bem feito. Parabéns. E lamento que você não possa
1962 brilhar hoje, mas vai brilhar na próxima, está certo? E muitas outras, porque sua atividade
1963 é muito intensa. Eu não... Não está em discussão o pedido de vista. Então, não sei... Ah,
1964 vista conjunta. Então, apenas se manifesta, por favor. Você podia anotar aqui, vista
1965 conjunta. Obrigado. Fala seu nome e só registra.

1966 **O SR. EDUARDO ARMOND (Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria**
1967 **- CNTI)** - Eduardo Armando, da CNTI. Nós estamos discutindo esse tema já tem um
1968 tempo. Essa questão, ela não abrange só as questões urbanas das grandes cidades. Ela
1969 aplica também nas áreas de mineração, etc. Essa questão da qualidade do ar. E nós
1970 queremos acompanhar esse processo direto.

1971 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**
1972 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – Excelente. Bem-vindo. A ANAMMA também,
1973 muito bem-vinda. Mais alguém quer participar de vista? Então, temos três pedidos de
1974 vista conjunta. E aí, para trabalhar, não se esqueçam de...

1975 **A SR^a. MARCELA OLIVEIRA SCOTTI DE MORAES (Diretora do Conselho Nacional**
1976 **do Meio Ambiente - CONAMA)** – Eu só quero esclarecer que o prazo para o relatório é
1977 45 dias, não são três meses.

1978 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**
1979 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – É verdade. Eu fui generoso demais. Então,

1980 lembrando que quem pede vista tem que apresentar o relatório. Viu, doutor Eduardo
1981 Armond? Tem que apresentar o relatório. Viu, doutor Marçal Cavalcante? Tem que
1982 apresentar o relatório. Está bom? Muito bem. Então, prejudicado esse item, nós
1983 passamos agora para a moção. Não, vamos na moção do... Proposto pelo... Olha, eu
1984 vou... Eu vou chamar a segurança, hein? Do Instituto Amigos da Biosfera da Mata
1985 Atlântica, a proposta de moção sobre a relevância dos ecossistemas de montanhas e a
1986 necessidade de articular e de implementar diretrizes estratégicas de conservação e
1987 gestão sustentável das áreas montanhosas do Brasil. Mas, dada a importância dessa
1988 moção, e o espírito vibrante desse plenário, nós vamos testar, fazer um teste, primeiro
1989 teste do nosso sistema de quórum e votação eletrônica. Então, eu peço que todos os
1990 conselheiros, por favor, se inscrevam na reunião com seus celulares, acredito que todos
1991 já fizeram, alguém ainda que não fez, por favor, vá ali no QR Code para se registrar, por
1992 favor, para verificarmos... Então...

1993 **A SR^a. MARIA HELOISA DIAS – TITULAR (Instituto Amigos da Reserva da Biosfera**
1994 **da Mata Atlântica) –** Não pode ser na apresentação do relatório?

1995 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**
1996 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA) –** Só um minutinho, por favor. E todos terão a
1997 oportunidade de assistir à apresentação, debater, e, ao final, a votação será online.
1998 Então, aí, temos 114... Não é possível, 114? Com direito a voto... Você podia falar no
1999 microfone, por favor, Júlia, porque, realmente, agora eu fiquei confuso.

2000 **A SR^a. JÚLIA LOPES MARTINS (Coordenadora-Geral do CONAMA) -** Capobianco,
2001 nós temos 114 conselheiros no total, então, o quórum é 58. Nesta plenária, nós temos
2002 cinco entidades que estão suspensas porque fizeram falta em duas plenárias seguidas,
2003 mas nós combinamos de conceder a eles a oportunidade de fazer o teste nesse processo
2004 da moção. Então, eles também estão sendo contabilizados no processo. Os conselheiros
2005 já estão tendo acesso ao sistema, estão fazendo a votação, o registro. Está vendo ali
2006 embaixo? Já temos 17 conselheiros que fizeram seu registro de presença. Quando atingir
2007 o quórum, a gente pode passar para a votação, mas, antes, o pessoal da Sociedade Civil
2008 vai fazer a apresentação.

2009 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**
 2010 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – Então, pelo que eu entendi, nós temos 58
 2011 conselheiros presentes.

2012 **A SR^a. JÚLIA LOPES MARTINS (Coordenadora-Geral do CONAMA)** – Não, por
 2013 enquanto, temos 19 que já registraram presença. Aqui embaixo vai aparecendo, 22.

2014 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**
 2015 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – Ah, vai subindo ali.

2016 **A SR^a. JÚLIA LOPES MARTINS (Coordenadora-Geral do CONAMA)** – 58 é o quórum
 2017 mínimo para essa plenária.

2018 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**
 2019 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – Ah, perfeito. Então, quando atingir o 58...
 2020 Enquanto isso, peço, então, que seja feita a apresentação da proposta de moção. E os
 2021 senhores conselheiros, por favor, se inscrevam aí no... Não, deixa na tela para a gente
 2022 ver. Ah, não, vai ter que... Não pode, vai ter que... Opa, a questão de ordem precede. A
 2023 questão de pedido de vista precede tudo. E, depois, a questão de ordem precede
 2024 também.

2025 **O SR. CESAR VICTOR DO ESPÍRITO SANTO – SUPLENTE (Representante da**
 2026 **Fundação Pró Natureza - FUNATURA)** – Gente, mas é que deu um problema aqui com
 2027 o meu Gov.br e eu não consegui. Então, como é que fica? Poderia votar também.

2028 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**
 2029 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – O problema é o seguinte, você precisa trocar
 2030 o celular.

2031 **O SR. CESAR VICTOR DO ESPÍRITO SANTO – SUPLENTE (Representante da**
 2032 **Fundação Pró Natureza - FUNATURA)** – É, mas ele é novo. Não, foi um problema,
 2033 entrei no Gov, entrei e saí. Enfim, deu problema, não estou conseguindo mais, vou ter
 2034 que mudar.

2035 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**
2036 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – Então, por isso que a gente quis fazer esse
2037 teste, realmente, para verificar como é que está o andamento...

2038 **A SRª. JÚLIA LOPES MARTINS (Coordenadora-Geral do CONAMA)** – O grupo da
2039 CGTI está ali, está auxiliando todo mundo, está ali no fundo.

2040 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**
2041 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – Ah, então, vai lá, pegue uma consultoria.

2042 **A SRª. JÚLIA LOPES MARTINS (Coordenadora-Geral do CONAMA)** – Quem precisar,
2043 quem não estiver conseguindo acessar.

2044 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**
2045 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – Pessoal, já que você não pediu uma
2046 consultoria do seu filho, peça da CGTI ali. Vamos lá, por favor, vamos apresentar a
2047 moção. Pessoal, vamos prestar atenção na moção também, por favor. Vamos lá, então,
2048 por favor. Dei uma pequena tumultuada, não é? Pessoal, se puderem se registrar de
2049 forma menos barulhenta, eu agradeceria, por favor. Vamos lá, João, por favor.

2050 **O SR. JOÃO DE DEUS MEDEIROS – SUPLENTE (Instituto Amigos da Reserva da**
2051 **Biosfera da Mata Atlântica)** – Bom, bom dia, senhoras e senhores. É uma moção de
2052 recomendação com o título: Sobre relevância dos ecossistemas de montanha e a
2053 necessidade de articular e implementar diretrizes estratégias de conservação e gestão
2054 sustentável das áreas de montanhas do Brasil. Para ser mais rápido aqui, o primeiro é
2055 essa coisa de praxe, não é? Mas os considerandos, nós ressaltamos aqui a importância
2056 das montanhas para o equilíbrio do planeta e os desafios que esses ambientes e seus
2057 ecossistemas estão enfrentando atualmente em função das mudanças climáticas e
2058 outras transformações globais, com impactos diretos na disponibilidade hídrica, na
2059 estabilidade dos solos, inclusive em áreas povoadas. Considerando as iniciativas e
2060 tendências globais previstas na Agenda 21, Convenção da Biodiversidade, Declaração
2061 do Rio Mais 20, World Humanitarian Summit 2016 e os Objetivos de Desenvolvimento
2062 Sustentável da Organização das Nações Unidas para 2030, considerando ainda que 22%

do território mundial e cerca de 17% do território brasileiro comportam o ambiente de montanha que detém grande parte dos fragmentos remanescentes de vegetação nativa, unidades de conservação, fontes hídricas e outros recursos que asseguram a prestação de diversos serviços ecossistêmicos, essenciais para o bem-estar humano, a manutenção da biodiversidade e a produção rural e estabilidade climática, considerando que a legislação brasileira agrega as montanhas em diplomas dispersos que demandam articulação, como a Resolução Conama 1294, 303 de 2002, 400, 4123 de 2010 e a Lei 11.428, Lei da Mata Atlântica e 12.651, Lei de Proteção da Vegetação Nativa, considerando que os ecossistemas de montanha estão presentes em distintos biomas brasileiros, Cerrado, Catinga, Amazônia e Mata Atlântica, este último concentrando acentuada densidade populacional e intensa atividade econômica que impactam os recursos naturais dessas áreas, aumentando a vulnerabilidade tanto das populações residentes como as que deles dependem e considerando os termos da Carta de Nova Friburgo, redigida pelos participantes do Fórum Mountain 2018, realizado em Nova Friburgo, Rio de Janeiro, durante o período de 10 a 14 de dezembro de 2018, com a participação de cientistas, organizações nacionais e internacionais, como a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação, FAO, e a Aliança para as Montanhas, o Plenário do Conselho Nacional de Meio Ambiente, em sua 148ª reunião ordinária, aprova a moção de recomendação que o Conselho Nacional de Meio Ambiente, CONAMA, declare o reconhecimento e a relevância ambiental dos ecossistemas de montanha, buscando articular e implementar diretrizes e estratégias de conservação e gestão sustentável de montanhas, aprimorando mecanismos de gestão de riscos naturais e o enfrentamento de eventos extremos com justiça climática. E só finalizando aqui a apresentação, a apresentação dessa proposta, nesse momento também, ministro, é uma forma da gente poder comemorar o Dia Internacional das Montanhas, que é celebrado agora no dia 11 de dezembro.

O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima - MMA) – Muito bem, muito obrigado.

A SRª. MARIA HELOISA DIAS – TITULAR (Instituto Amigos da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica) – Capô?

2093 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**
2094 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA) –** Pois não.

2095 **A SR^a. MARIA HELOISA DIAS – TITULAR (Instituto Amigos da Reserva da Biosfera**
2096 **da Mata Atlântica) –** A gente queria só finalizar ali, tem um slide do dia mundial, dia 11
2097 de dezembro é dia mundial, Dia Internacional das Montanhas. E a gente gostaria de que
2098 todos ficassem atentos e celebrassem a gente tem um grande conjunto de montanhas
2099 no Brasil. Vamos passar rápido, devido ao horário.

2100 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**
2101 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA) –** Vamos passando, por favor.

2102 **A SR^a. MARIA HELOISA DIAS – TITULAR (Instituto Amigos da Reserva da Biosfera**
2103 **da Mata Atlântica) –** Alguns slides. [Ininteligível] de Minas. Também em tantos biomas,
2104 em vários biomas. Então em dezembro, o mundo comemora o Dia das Montanhas,
2105 estabelecido pela ONU, em sinal de sua importância para a vida no planeta. No entanto,
2106 o Brasil ainda não conta com uma legislação de regulação específica para a conservação
2107 e desenvolvimento sustentável das montanhas. Por tudo isso, é urgente que elas sejam
2108 incluídas na agenda ambiental brasileira. Então, aí a gente vem, tem um convite a
2109 participarem dessa celebração, e aí o motivo de montanha para o reconhecimento desses
2110 importantes ecossistemas.

2111 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**
2112 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA) –** Muito obrigado. Parabéns Heloísa e João de
2113 Deus. Parabéns pela apresentação. Em discussão, antes, tem uma questão que eu
2114 gostaria de... Já vou passar a palavra. Pode subir aqui, mas eu queria só esclarecer um
2115 ponto, ou pedir um esclarecimento aos proponentes, que gerou uma certa dúvida, que é
2116 o seguinte. O Conselho Nacional do Meio Ambiente possui três tipos de decisões,
2117 digamos assim. Resolução, moção, e recomendação. Então, eu fiquei um pouco na
2118 dúvida, porque eles estão fazendo uma moção de recomendação. Então, eu não entendi
2119 bem. Eu queria pedir, talvez, para o nosso jurídico esclarecer esse ponto, Ricardo, porque
2120 eu fiquei confuso com uma moção de... Seria como se fazer uma moção de resolução.
2121 Só para entender um pouco.

2122 **O SR. RICARDO CAVALCANTE BARROSO – (Consultor Jurídico do MMA) –** É isso,
2123 secretário. Esse procedimento, ele não prevê a manifestação prévia da Constituição
2124 Jurídica, mas a gente detectou aqui na plenária que, de fato, há uma confusão de dois
2125 instrumentos que têm propósitos e objetivos distintos pelo Regimento Interno. Então, a
2126 sugestão é que se possa eventualmente preferir ao que parece estar muito mais próximo
2127 de uma moção pelo objetivo do regimento, mas se há o interesse de aprovar também
2128 uma recomendação, aí seria uma moção e recomendação, mas não moção-
2129 recomendação, porque isso pode gerar dúvida no instrumento que está sendo utilizado.

2130 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**
2131 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA) –** Só um minutinho para ele esclarecer e já
2132 passar a palavra, por favor, conselheiro.

2133 **O SR. JOÃO DE DEUS MEDEIROS – SUPLENTE (Instituto Amigos da Reserva da**
2134 **Biosfera da Mata Atlântica) –** Só um esclarecimento. O propósito foi realmente trazer
2135 uma proposta de moção. Se há esse conflito, a gente pode corrigir e submete como uma
2136 moção do Conama.

2137 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**
2138 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA) –** Ótimo, então é moção, perfeito. Pois não,
2139 conselheiro?

2140 **O SR. GABRIEL COUTINHO (ANAMMA – Minas Gerais) -** Boa tarde a todos e todas.
2141 Meu nome é Gabriel Coutinho, secretário de Meio Ambiente, Nova Lima, representando
2142 a ANAMMA, Minas. Quero fazer um convite ao meu colega Gil, que é o meu
2143 subsecretário. Gil, venha aqui acompanhar. Quero aproveitar Capobianco, demais
2144 conselheiros, o nosso apoio pleno a essa moção, porque em Minas Gerais, eu gosto de
2145 falar muito, nós somos o povo da montanha, nós somos o povo da serra. E, aproveitando
2146 esse incêndio do apoio a essa moção da criação do dia, das montanhas, das serras,
2147 comentar um grande avanço ambiental que nós fizemos recentemente em Nova Lima,
2148 nesse período agora, que foi junto com a secretaria de Estado de Meio Ambiente, nosso
2149 companheiro Leonardo, subsecretário aqui presente, junto com a Marília. Gil, venha fazer
2150 companhia a nós aqui, que você foi um grande incentivador também. Nós decretamos

2151 em plena COP 30, Capobianco, Rodrigo, meu amigo Marçal, o Monumento Natural
2152 Trilhas das Perdidas, uma área de 298 hectares no município de Nova Lima, na categoria
2153 Mona, depois de um longo estudo técnico, consulta pública, reunião pública com o apoio
2154 dos conselheiros, e, claro, marcando uma característica muito particular, a participação
2155 popular. Então, quero parabenizar aqui meus amigos também do Movimento Social de
2156 Nova Lima, a CH, o [ininteligível], o Projeto Trilhas, o Projeto Mountain Bike BH, que nos
2157 ajudaram um tanto a construir isso. Então, aproveitando esse momento dessa moção,
2158 falar também de uma nova área do município de Nova Lima, de Unidade de Conservação,
2159 que são 298 hectares de uma área de transição de Mata Atlântica e Cerrado na categoria
2160 Mona, fruto da reparação do TAC, do [ininteligível] de São Sebastião de Aguas Claras
2161 [ininteligível]. Então, o nosso apoio como conselheiro a essa moção. Então, muito
2162 obrigado a todos e boa tarde.

2163 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**
2164 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA) –** Parabéns, conselheiro. Muito bem. Pela
2165 iniciativa. Agora, você não precisaria dizer de onde, quem você representa, está? Porque
2166 na sua fala, está na cara aqui, sei lá, de: é trem bom, não é, sô? Eita, Minas Gerais. É o
2167 estado das montanhas. Mais alguém gostaria de fazer uma, por favor? É contrário à
2168 moção?

2169 **A SR^a. LISIANE BECKER – TITULAR (Instituto MIRA-SERRA – Entidades**
2170 **Ambientais) –** Lisiane, MIRA-SERRA. Eu estou totalmente favorável, principalmente
2171 por... Sou mais alta. Principalmente por ser do Rio Grande do Sul, muito afetado pelas
2172 enchentes, e que teve uma grande perda de Mata Atlântica, decorrente, não por causa
2173 da quantidade de chuva, isso influenciou, mas pela falta de proteção dessas montanhas,
2174 da vegetação que estava no topo de montanhas e nas encostas. Na outra reunião, eu até
2175 trouxe fotos de como estava antes da enchente, as encostas e os topos de morro e de
2176 montanhas. Então, é muito importante que a gente tenha atenção. Inclusive, o comitê da
2177 bacia hidrográfica do Rio Caí vai fazer uma incursão, uma revisita à nascente em uma
2178 montanha que é no Rio Santa Cruz. Ele contribui com 41 municípios dentro dessa bacia.
2179 Então, a importância das nascentes, das montanhas que abrigam essas nascentes, para
2180 toda uma biodiversidade.

2181 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**
2182 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – Muito obrigado, conselheira. Nós não
2183 conseguimos aqui... Não tem mais ninguém inscrito. Nós não conseguimos que todos
2184 efetivassem o seu registro. Então, nesse sentido, nós vamos seguir com a votação no
2185 método convencional para que a gente possa dar sequência na reunião, visto que ainda
2186 tem muita gente tentando se registrar e não está conseguindo. Por isso, nós queremos
2187 fazer o teste hoje.

2188 **Interlocutor não Identificado** - É um teste, não é uma votação. Ele faz a votação para
2189 o crachá, normal, e depois faz o teste de votação para ver se tem outros problemas,
2190 porque aí já elimina outros.

2191 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**
2192 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – Perfeito. Então, vamos lá. Vamos seguir a
2193 sugestão do conselheiro, mas, em votação, quem for contrário à aprovação da moção
2194 sobre os ecossistemas de montanha, agora apresentada, que se manifeste, por favor.
2195 Um voto contrário. Quem se abstém, que se manifeste, por favor. Sem abstenções.
2196 Aprovada a moção. Vamos, então, para... Vamos fazer uma votação agora simbólica.
2197 Quem vota a favor de considerar o Marçal o rapaz mais simpático do plenário, por favor,
2198 que se manifeste no voto eletrônico, por favor. Por favor. Quem acha que o Marçal é o
2199 mais simpático do plenário, por favor, que se manifeste. Por favor, vamos votar sério, só
2200 para testar o sistema. Vamos ver quantos votos nós vamos ter. Vamos ver. Em votação,
2201 por favor. Vamos ver lá. Atenção. Vamos lá iniciar a votação. Confirmar. Vamos ver. Opa!
2202 Está subindo o voto. Sim, oito. Era bom testar se votar quatro vezes entra, aí seria um
2203 problema. Sim, 21. Atenção. 22. Sim. 27. 28. Duas abstenções, o Marçal. Marçal, tem
2204 duas abstenções. O pessoal mais ciumento. Então, temos aqui. Podemos encerrar a
2205 votação. Como está? Vamos lá, pessoal. Por favor. Eu não vou ter que usar o voto de
2206 Minerva. Podemos terminar? Mais alguém está tentando votar ainda? Entendi. Mas
2207 conseguiu se registrar. Podemos encerrar, então? Vamos encerrar, então, a votação.
2208 Espera aí um minuto. Vixe, Maria. Pessoal, vou te falar. Nós estamos perdidos. Nossa,
2209 estou impressionado com o cartaz do Marçal. Estou impressionado. Pronto, votou? Bom,
2210 então, eu vou encerrar, dou-lhe uma, dou-lhe duas, dou-lhe três. Encerrada a votação,

2211 vamos apurar os votos. Por favor. Resultado. Ah, bom, foi aprovado, mas não tem a
2212 contagem, não aparece aqui a contagem? Muito bem. Isso não, o voto é secreto. Muito
2213 bem. Então, vejam bem, eu queria primeiro agradecer muito o trabalho da GTI, aqui todos
2214 os participantes, em nome aqui da Ana Beatriz, por favor, se levante, Ana Beatriz, uma
2215 salva de palmas para a Ana Beatriz. E a todos os integrantes, fizeram esforço, hoje foi
2216 um teste para a gente verificar como está funcionando, verificamos que há dificuldades,
2217 então nós vamos aprimorando esse processo, para que a gente possa ter ele plenamente
2218 sob domínio dos conselheiros, a gente possa passar a utilizar de forma permanente a
2219 partir de agora. Bom, nós temos mais...

2220 **A SRª. MARIA HELOISA DIAS – TITULAR (Instituto Amigos da Reserva da Biosfera**
2221 **da Mata Atlântica) – Capô.**

2222 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**
2223 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA) – Pois não.**

2224 **A SRª. MARIA HELOISA DIAS – TITULAR (Instituto Amigos da Reserva da Biosfera**
2225 **da Mata Atlântica) –** Deixa eu só fazer um agradecimento em relação à questão das
2226 montanhas, as duas pessoas que estiveram com a gente na bancada, além das
2227 organizações que compuseram, como MIRA-SERRA, o pessoal do IBJ e vários outros
2228 companheiros da bancada da Sociedade Civil, nós tivemos um trabalho muito, um apoio
2229 muito grande de Milton Diniz, da Confederação Brasileira de Montanhismo e Escalada, e
2230 de Luiz Felipe, da Crescente Fértil, que também é da Rede de ONGS da Mata Atlântica,
2231 que são dois montanhistas que muitos nos inspiram nessa luta de conservação dos
2232 ecossistemas de montanha. E parabenizar essa rede, que faz um trabalho maravilhoso
2233 e convidando aqui a todos, da sua maneira, celebrarem o dia 11, Dia Internacional das
2234 Montanhas. Quem sabe fazer uma trilha, subir para um monte, contemplar, meditar e a
2235 gente avançar nessa vida. Obrigada.

2236 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**
2237 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA) –** Bom, meus amigos, então agora nós temos o
2238 intervalo de almoço. Acho que podemos voltar às duas horas. Procede? Voltar às duas
2239 horas. E nós teremos a apresentação dos relatórios Geobrasil, Fundação Getúlio Vargas,

2240 os painéis de Vigilância em Saúde e Ambiente, a Estratégia Nacional Oceano Sem
2241 Plástico, dados de destinação adequada de [ininteligível], que cumpre uma resolução
2242 CONAMA 416, e o relatório anual de acompanhamento da qualidade do ar 2025. Peço o
2243 favor, encarecido, que retornem, pois será computada a falta de quem não retornar nos
2244 termos do regimento. Muito obrigado a todos e até duas horas retornamos.

2245 **A SRª. ANA BEATRIZ DE OLIVEIRA – SUBSECRETÁRIA (Subsecretaria de**
2246 **Planejamento, Orçamento e Administração - SPOA)** – Secretário, queria só uma
2247 pequena palavrinha a respeito do sistema, pode ser?

2248 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**
2249 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – Claro, por favor.

2250 **A SRª. ANA BEATRIZ DE OLIVEIRA – SUBSECRETÁRIA (Subsecretaria de**
2251 **Planejamento, Orçamento e Administração - SPOA)** – Então, só pedir atenção
2252 rapidamente dos conselheiros e conselheiras, o sistema ele foi idealizado para web, ou
2253 seja, ele não é um aplicativo de celular. Então, por isso que ele obviamente tem que ser
2254 o processo de compatibilização com celulares sempre vai depender do tipo de celular. A
2255 nossa equipe está trabalhando nessa agenda, a mesa pediu algumas alterações, o
2256 sistema já estava pronto, fizemos algumas alterações de ontem, nos últimos dois dias e,
2257 obviamente, elas acabaram impactando um pouco o sistema. Mas, de qualquer forma,
2258 entendemos que é um sistema seguro, é um sistema que segue os ritos estabelecidos
2259 para a arquitetura de um sistema público, ok? E pedimos desculpas, por hoje temos esses
2260 contratempos no ingresso. Acho que me parece que faz parte. Muito obrigada.

2261 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**
2262 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – Realmente faz parte, Ana Beatriz, estamos
2263 testando e agradecemos muito o resultado já. Já podemos até votar no Marçal como o
2264 rapaz mais simpático do plenário. Isso foi um grande avanço.

2265 **Tarde:**

2266 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**
2267 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – Boa tarde, senhoras e senhores. Desculpa o

2268 pequeno atraso ali, mas o pessoal não queria cobrar comando e demorou para cobrar.
2269 Vamos dar início, então, à sequência aqui da reunião, agradecendo a todos que já
2270 retornaram e iniciando com a apresentação do Relatório GEO Brasil 2025, que será feito
2271 pela Flávia Donadelli, da Fundação Getúlio Vargas. Por favor, Flávia.

2272 **A SRª. MARCELA OLIVEIRA SCOTTI DE MORAES (Diretora do Conselho Nacional**
2273 **do Meio Ambiente - CONAMA) –** Capo, tem um vídeo da Ministra que a gente gostaria
2274 de passar, acho que antes da apresentação.

2275 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**
2276 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA) –** Ótimo, perfeito. Vamos projetar o vídeo? Pode
2277 soltar o vídeo, por favor. Estamos sem som. Estamos sem som. Continua sem som.
2278 Então, agora sim, com a palavra, a Flávia Donadelli que já abre com o Ministro do Meio
2279 Ambiente, Marina Silva, ressaltando que todos nós agradecemos.

2280 **A SRª FLÁVIA DONADELLI (Fundação Getúlio Vargas – FGV) –** Obrigada, João Paulo.
2281 Obrigada a todos. Boa tarde. É um prazer estar aqui representando a equipe que
2282 elaborou o GEO Brasil. Eu sou a Flávia Donadelli, da FGV. Já pode passar. Foi um
2283 esforço conjunto, nos liderados pelo Ministério do Meio Ambiente. Aqui está um pouco
2284 da agenda, mas pode passar já. Nós fizemos um evento de pré-lançamento do GEO
2285 Brasil, na COP, com o representante, o Ministro João Paulo, o Martin Krauss, Diretor da
2286 Divisão de Mudanças Climáticas do Programa do PNUMA, o Carlos Nobre, que foi um
2287 dos autores de um dos capítulos do relatório. O GEO Brasil é um relatório que é uma
2288 ponte, ele busca ser uma ponte entre a academia e as políticas públicas. Ele traz
2289 evidências científicas para informar e amparar a elaboração de políticas públicas e os
2290 debates, as decisões políticas. Ele já está disponível online, ele foi um trabalho que a
2291 gente fez ao longo de todo esse ano, a nossa equipe. Quem quiser já ter acesso, ele já
2292 está no geobrasil2025.org, disponível para todos, também no repositório da FGV. A
2293 equipe, a Coordenação-Geral é do Ministério do Meio Ambiente e do PNUMA. A
2294 Coordenação-Técnica é do Ministério do Meio Ambiente, da FGV, do IPEA, do PNUMA.
2295 A Coordenação-Executiva foi da FGV, nós trabalhamos na organização no dia a dia.
2296 Diversos parceiros contribuíram, Sociedade Civil, os autores são da academia,
2297 prioritariamente da academia. Os autores dos capítulos. A equipe editorial, o Ariel Pares,
2298 do Ministério do Meio Ambiente, está aqui presente. A Bianca Oliveira, o Elias Benini, do

2299 Ministério do Meio Ambiente. A Adriana de Moura, do IPEA. O Júlio Cesar Roma, também
2300 aqui presente, um dos autores do relatório do capítulo de biodiversidade. O Francesco
2301 Gaetani, do PNUMA. O Javier Nemi, Beatriz Carneiro, do PNUMA. Eu e o professor José
2302 Antônio Pupim, da FGV. O que é o GEO? O GEO, na sigla Global Environmental Outlook,
2303 é um modelo de relatório feito ao redor do mundo, pela ONU. A ideia é apresentar uma
2304 avaliação do estado do meio ambiente, com evidências científicas. E também descrever
2305 possíveis tendências ambientais e respostas que já vêm sendo dadas aos desafios que
2306 ele identifica. No global, nós estamos já no 7º GEO. O GEO 7, global, está prestes a ser
2307 lançado. Já tem os eventos de pré-lançamento acontecendo. Mas o Brasil só tem dois.
2308 Esse é o segundo GEO brasileiro. O primeiro GEO brasileiro foi feito em 2002, há 23
2309 anos. É um marco, um relatório importantíssimo para a história do Brasil. No momento, o
2310 Brasil se adiando à COP. Alguns objetivos do GEO são analisar a situação da qualidade
2311 ambiental no Brasil, sobre diversas perspectivas temáticas. Eu vou apresentar os temas
2312 que são abordados no relatório. Refletir sobre os avanços, desafios e oportunidades de
2313 melhoria. Fortalecer a relação entre ciência e políticas públicas. Como eu disse, é fazer
2314 essa ponte entre os conhecimentos acadêmicos e as políticas públicas, interagindo com
2315 a Sociedade Civil. E fornecer ao Governo e à Sociedade Civil uma fonte confiável e
2316 imparcial de dados e informações sobre o estado do meio ambiente e suas tendências.
2317 Algumas perguntas. O que está acontecendo com o meio ambiente? Por quê? Quais são
2318 as consequências? O que estamos fazendo? Quão eficazes são essas medidas? Para
2319 onde estamos indo? E o que podemos fazer para garantir um futuro mais sustentável?
2320 Cada um dos autores, dentro da sua temática, procurou responder essas perguntas. O
2321 GEO é baseado, como o GEO Global, na metodologia DeepSeek. A Metodologia
2322 DeepSeek é da Agência Ambiental Europeia. Foi elaborada nos anos 1990, como
2323 consequência de uma metodologia um pouco mais simples, feita pelo CDE, nos anos
2324 1970 e 1980. E o DeepSeek foca em cinco grandes pontos. Ele pede aos autores que
2325 analisem as forças motrizes dos impactos ambientais. As forças motrizes são questões
2326 conjunturais. Por exemplo, aumento populacional, migrações, movimentos migratórios.
2327 Enfim, são forças estruturais conjunturais. Em seguida, quais são as pressões resultantes
2328 dessas forças motrizes? As pressões são atividades antrópicas. São, por exemplo, o
2329 desmatamento ou a alteração de uma vegetação específica. São atividades humanas.

2330 Depois, qual é o resultado, o estado do meio ambiente que resulta dessas pressões e
2331 forças motrizes? Quais são os impactos, ou seja, as consequências? É aumento da
2332 temperatura, crise climática, inundações. Enfim, quais são os impactos reais físicos
2333 ambientais? E quais são as respostas que estão sendo elaboradas e feitas? Ele também
2334 é um relatório que foca no futuro. Não é apenas um relatório de tragédia. Também é um
2335 relatório de esperança, de perspectivas transformadoras para o futuro. Pode passar, por
2336 favor? Esse é o GEO Brasil 2002, a forma como ele foi organizado. Existe uma liberdade
2337 na organização dos GEOs. Então, eles sugerem o modelo DeepSeek, que é essa
2338 metodologia. Mas, dentro desse modelo, existe uma liberdade de organização de
2339 capítulos. E o GEO Brasil 2002 baseou-se na apresentação do estado atual e
2340 perspectivas das questões ambientais, respostas de políticas, cenários para o futuro e
2341 recomendações. Que segue a mesma lógica, mas não foi organizado em temas como o
2342 nosso atual. Alguns exemplos de GEOs Nacionais. Vários países fazem GEOs. Pode
2343 passar, esse é só um exemplo. Também existem GEOs de cidades. Mais alguns
2344 exemplos de GEO cidades. GEO Cidades no Brasil. Nós temos Goiás, Manaus, Rio de
2345 Janeiro, São Paulo. Cada um... Saúde, São Paulo, Beberibe, Marabá, Piranhas, Ponta
2346 Porã. E aí é a estrutura do nosso geo. A introdução foi feita por nós, da FGV. A parte 1 é
2347 uma análise ambiental mais geral, de temas mais gerais, como mudanças climáticas,
2348 biodiversidade, recursos hídricos, qualidade ambiental. A parte 3 é uma análise temática
2349 mais específica. Eu vou mostrar todos os temas, mas entre agricultura, indústria e as
2350 conclusões. Pode passar, por favor. Como eu falei, essa é a parte 2. Os autores também.
2351 Pessoas todas muito conhecidas e respeitadas em suas especialidades, em seus meios.
2352 O professor Carlos Nobre. O Júlio Roma. A Júlia Alves Menezes, do INPE. O José Ferréz.
2353 As temáticas mais gerais. Mudanças climáticas, biodiversidade, qualidade ambiental e
2354 recursos hídricos. As temáticas mais específicas. Agricultura, cidade, energia, indústria e
2355 saúde. Pode passar. Eu trouxe alguns pontos importantes. O relatório está disponível.
2356 Isso é uma breve apresentação, só para vocês tomarem conhecimento da existência do
2357 GEO. Espero que vocês se apropriem do material. Entrem no site, leiam. Usem para dar
2358 subsídio e apoio às decisões políticas que vocês fazem todos os dias. Alguns exemplos
2359 que eu tirei de algumas conclusões, alguns achados importantes de alguns dos capítulos.
2360 Apesar dos avanços institucionais e legais, esse vem do primeiro capítulo. Como a

2361 criação da Política Nacional do Meio Ambiente, em 1981, e do Ministério do Meio
2362 Ambiente, em 1992, o Brasil ainda enfrenta dificuldades estruturais para implementar
2363 efetivamente políticas ambientais. Gastos ambientais representam, em média, apenas
2364 0,26% do orçamento federal. Alguns dados. Outros dados relativos ao capítulo de
2365 mudanças climáticas. As mudanças climáticas no Brasil têm causado um aquecimento
2366 generalizado em todos os biomas, com destaque para aumentos históricos no Pantanal,
2367 aproximadamente 3°C, no Cerrado, até 4°C, em máximas e mínimas sazonais, enquanto
2368 o Mato Atlântico, a Pampa, a Amazônia e a Caatinga também registraram elevações
2369 significativas de temperatura. Pressões antrópicas sobre a biodiversidade. O número de
2370 espécies da flora e da fauna brasileira que se encontram ameaçadas. A qualidade do ar
2371 no Brasil, no capítulo sobre qualidade ambiental, representa um risco crítico à saúde
2372 pública e à equidade ambiental. A poluição atmosférica é responsável por cerca de 51
2373 mil mortes prematuras anuais. Então, é só uma palhinha daquilo que tem no relatório.
2374 Espero que vocês tenham oportunidade de acessar e usar. E foi um grande prazer
2375 participar dessa iniciativa. Obrigada.

2376 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**
2377 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – Aberto a comentários, eu mesmo gostaria de
2378 parabenizar o esforço da equipe, a equipe, todos aí envolvidos, internamente, aqui em
2379 nome do Ariel, e a parabenizar esse esforço. Realmente isso é bastante interessante. Eu
2380 mesmo, assim que sobrar um tempo aqui, daqui a algum tempo, espero que sobre
2381 bastante tempo, eu vou fazer uma análise comparada do GEO 2002 com o GEO 2025,
2382 para a gente poder fazer. Inclusive, interessante citar o professor Pupim, mas eu tive o
2383 prazer de ir junto com o professor Pupim e a professora da FGV também, que não me
2384 fugiu aqui agora, que foi Secretária do Meio Ambiente, inclusive no... Não, esqueci, agora
2385 fugiu. Nós escrevemos um livro, na época em que era para avaliar os resultados da Rio
2386 92 para a Rio+10, que foi justamente essa ideia, verificar como os indicadores ambientais
2387 do Brasil tinham evoluído ou involuído nesse período. Então, é muito importante
2388 realmente a gente ter essa referência para avaliar se nós estamos, de fato, fazendo frente
2389 aos desafios que nós nos colocamos e como é que a situação da qualidade do meio
2390 ambiente está se... Como ela está se dando ao longo do tempo. Então, muito importante

2391 essa referência. Agradeço muito. Se tiver mais algum comentário, se não, passamos para
2392 o próximo ponto.

2393 **A SR^a. MARCELA OLIVEIRA SCOTTI DE MORAES (Diretora do Conselho Nacional**
2394 **do Meio Ambiente - CONAMA)** – Eu só queria colocar que a gente vai mandar para
2395 todos os Conselheiros o link do site, o relatório, tem o sumário executivo. Eu acho
2396 importante a gente agora também, coletivamente, dar ampla divulgação ao resultado do
2397 GEO, porque ele é bem importante para o campo ambiental. Excelente.

2398 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**
2399 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – Muito bem, Marcela. Então, agora convidamos
2400 a Eliane Ignotti, Coordenadora-Geral de Vigilância Ambiental e Saúde Trabalhador do
2401 Ministério da Saúde. Para apresentar os painéis de Vigilância em Saúde e Ambiente. São
2402 três painéis. Ah, sim. Maravilha. Vamos... Muito obrigado. Vamos tirar uma foto? Você
2403 entregando aqui. Vamos lá. Quem é que vai tirar? Cadê o nosso fotógrafo?

2404 **A SR^a ELIANE IGNOTTI - SUPLENTE (Ministério da Saúde - MS)** – Bom, boa tarde.
2405 Agora sim, por favor. Eu vou procurar ser breve. São três painéis, mas é uma fala bem
2406 rápida. O objetivo, então, dessa comunicação é informar os senhores, as senhoras
2407 Conselheiras, a respeito da riqueza dos dados que o SUS produz em relação à saúde
2408 ambiental. E aí... Bom, eu vou começar, então, pela vigilância de populações expostas a
2409 agrotóxicos. Essa é uma agenda muito importante no SUS, dado que nós estamos
2410 falando de substâncias que implicam em riscos tanto ao meio ambiente quanto à saúde
2411 humana. Esse painel, ele foi lançado no ano passado e ele pode ser usado por vocês.
2412 Eu trago aqui todos esses painéis porque eles facilitam a interlocução entre o setor
2413 ambiental e o setor de saúde. Essas pautas, elas não podem andar em separado. Então,
2414 no painel de vigilância de populações expostas a agrotóxicos, nós temos, desde a
2415 informação a respeito de cobertura de implantação dessa vigilância, que tem sido um
2416 desafio há anos, há mais de uma década no SUS. É uma vigilância complexa de ser
2417 implementada porque depende exatamente dessa articulação com o setor ambiental.
2418 Também trazemos uma aba com os dados de intoxicações exógenas por agrotóxicos,
2419 dados de mortalidade, internação, estimativas relacionadas ao consumo dessas
2420 substâncias, populações mais vulnerabilizadas, dados a respeito de vigilância popular,
2421 que eu já vou comentar, e também do monitoramento de agrotóxicos em água. Por favor,

2422 a próxima. Então, rapidamente, são abas, é um painel em que vocês podem filtrar por
2423 unidade da federação, região, municípios, e obter todas essas informações que nós
2424 estamos comentando, que vem de um modo geral do setor saúde do SUS, mas nós
2425 também trazemos nesse painel dados do IBAMA, por exemplo, dados que são
2426 provenientes do IBGE, e também vamos lançar uma aba com as informações relativas
2427 ao monitoramento feito pela Anvisa sobre agrotóxicos em alimentos. Então, são os dados
2428 do PARA. Próximo, por favor. Então, em termos de filtros, você pode ir selecionando por
2429 sexo, raça, raça-cor, faixa etária, agente tóxico. Também nós temos as informações
2430 relativas às intoxicações, se elas são acidentais ou autoprovocadas. Metade das
2431 intoxicações por agrotóxicos no Brasil são tentativas de suicídio com essa substância. E
2432 também temos informações quando elas são acidentais e relacionadas ao trabalho, que
2433 é um importante evento. Eu não vou poder detalhar esses filtros, naturalmente, pode ir
2434 passando, aqui são dados de internação, mas eu chamo a atenção para que vocês
2435 observem nas suas áreas, nos seus territórios, enfim, nos seus municípios, nós temos
2436 muitas intoxicações de crianças de 0 a 4 anos. Então, está para além de uma exposição
2437 relacionada ao trabalho. Bom, aqui nós temos os dados estimativas, e vocês podem
2438 filtrar, tem uma série de recursos para observar também o volume dessas substâncias
2439 utilizadas por município e de populações indígenas, enfim, populações trabalhadoras da
2440 agricultura. Próximo, por favor. Nós temos também uma aba que é inovadora, que nós
2441 chamamos de vigilância popular. Quando tem uma ação que vem do território, que é
2442 comunica às instâncias, ao Poder Público, demanda uma ação, tem o envolvimento de
2443 uma academia e tem um encaminhamento. Nós chamamos isso de vigilância popular,
2444 aquela que vem da base. Então, a gente aproveita essa iniciativa para divulgar essas
2445 iniciativas, que tiveram um acompanhamento, só que não é um espaço de ouvidoria do
2446 SUS, é um outro espaço, mas também de disseminar essas iniciativas que vêm do
2447 território. E, se vocês clicarem nessas bolinhas, aparece uma tabela com todo o
2448 detalhamento dessas iniciativas, inclusive o link vinculado à publicação científica
2449 relacionada à vigilância popular. Próximo, por favor. E, finalmente, nós temos também o
2450 monitoramento de agrotóxico em água. Água com qualidade nos domicílios é a presença
2451 do SUS nas casas de vocês. Então, para quem ainda acha que não usa o SUS, porque
2452 tem um plano de saúde privado, eu quero lembrar que o SUS também tem papel

2453 importantíssimo no monitoramento da qualidade da água para consumo humano. E aqui
2454 é o monitoramento de agrotóxicos em água tratada para consumo humano. Não dá para
2455 detalhar, eu peço que vocês observem. Para vocês terem uma ideia da relevância dessa
2456 pauta, somente o monitoramento, vou dar um exemplo, de uma substância, do
2457 carbossulfano, que estava em debate na última convenção de Roterdã, das mais de 160
2458 mil amostras feitas no Brasil em oito anos, 70% deram positivas para carbofurano, que é
2459 o metabólito do carbossulfano, em termos detectáveis, e cerca de 5% em termos
2460 quantificáveis. Então, esse tipo de informação dá maior robustez ao debate internacional
2461 relacionado a essas substâncias. Então, eu chamo a atenção para que vocês conheçam
2462 a riqueza e a importância desse trabalho que é feito no Brasil. Próximo, por favor. Então,
2463 na sequência, rapidamente, eu vou falar bem depressa do Painel Vigiar. Esse Painel
2464 Vigiar, próximo, ele traz os dados por município a respeito da qualidade do ar numa série
2465 temporal iniciada em 2010. E, mais que isso, nós trazemos os impactos da saúde humana
2466 em termos de mortalidade por uma série de desfechos. Então, diferente, não há
2467 contradição metodológica com o GEO que acabou de ser apresentado, é que depende
2468 do recorte. No Brasil, nós temos estimado, para o último triênio, cerca de 95 mil mortes
2469 prematuras anuais, no conjunto dos desfechos. É que depende do recorte que foi feito.
2470 Eu quero mencionar que não há contradição nenhuma com o GEO, até porque nós
2471 conhecemos os autores do GEO e eles são nossos parceiros, e a metodologia é a mesma
2472 para esse Painel Vigiar. Esse painel é tão importante que ele já foi apresentado aqui pelo
2473 Secretário Adalberto quando nós estávamos votando a resolução de parâmetros para a
2474 qualidade do ar. Então, vocês têm acesso online, é só digitar Painel Vigiar e aí a gente
2475 tem sempre os dados de qualidade do ar em termos de material particulado fino. Estamos
2476 avançando agora para outros parâmetros e também dos impactos em termos de
2477 mortalidade para cada um dos municípios brasileiros. Próximo. E por vários desfechos.
2478 Câncer de pulmão, doença pulmonar crônica obstrutiva, infecção respiratória, a de vias
2479 aéreas inferiores em crianças, e assim por diante. Esse painel, então, aqui pode passar.
2480 As cores da bolinha têm a ver com a magnitude do problema. E nós lançamos esse ano
2481 mais uma aba do Painel Vigiar para poluição indoor. Indoor é nas residências. Aqui, neste
2482 caso, nós estamos falando do uso de combustível sólido para cocção. Parece pouco
2483 relevante quando comparado à poluição outdoor, à poluição externa, mas cerca de 11

2484 milhões de brasileiros usam prioritariamente, especialmente lenha, mas lenha e carvão
2485 para cocção ou para aquecimento do domicílio no sul do Brasil. E são estimadas, em
2486 média, 10 mil mortes por ano por poluição indoor. Essa poluição está relacionada àquelas
2487 circunstâncias que eu tenho certeza que muitos de vocês já viram, que são mulheres,
2488 principalmente mulheres, crianças, mulheres que nunca foram fumantes e que têm o que
2489 nós chamamos de enfisema, é conhecido como enfisema, a doença pulmonar crônica
2490 obstrutiva, em razão dessa exposição crônica ao longo da vida. E também há aumento
2491 de risco, obviamente, de câncer de pulmão. Então, aqui no painel, nós trazemos o
2492 impacto em termos de mortalidade por esses desfechos. E para finalizar, quase perdendo
2493 o fôlego, tenho um minutinho, aqui o Painel Vigiagua, que eu mencionei no início da
2494 minha fala, que é a vigilância de qualidade da água para consumo humano, é
2495 responsabilidade do SUS, é feita pelo SUS nos municípios. Esse painel, ele procura
2496 trazer de um modo bastante simplificado para facilitar o entendimento da população, da
2497 sociedade, a respeito de padrões mínimos de qualidade para consumo humano, da água
2498 para consumo humano, e mostra o trabalho do controle, que são as empresas ou as
2499 agências responsáveis pelo abastecimento de água, e também do SUS, da vigilância
2500 SUS, que é essa contraprova, essa comparação com o controle. O próximo, o
2501 interessantíssimo desse painel, é observar que há regiões no Brasil, por exemplo, a
2502 região norte, em que cerca de, até menos de 40% da população da região norte não tem
2503 acesso à água, que atenda a padrões mínimos de qualidade quando a gente exclui os
2504 dados das capitais, e essa é uma pauta que só avança em parceria com os órgãos, com
2505 o setor ambiental. Então, é muito importante observarem isso. Além disso, a vigilância da
2506 qualidade para consumo humano, da qualidade da água para consumo humano, está
2507 vinculada ao plano de segurança da água. Para que plano de segurança da água? Para
2508 situações, por exemplo, de estiagem extrema, de inundações, de contaminação química,
2509 esse plano de segurança da água tem que ser feito nos territórios. Então, é importante
2510 que vocês conheçam esse painel, conheçam a realidade das regiões de vocês, dos
2511 municípios, para que a gente avance em conjunto nesse tema, nessa agenda. Também
2512 é possível fazer os filtros por região, por município, e aqui a gente observa, então, quanto
2513 mais escura essas bolinhas, menor a proporção de população que tem acesso à água
2514 com qualidade, atendendo a padrões mínimos de qualidade. Mas o painel vai para além

2515 disso. Próximo. Também nós apresentamos dados de monitoramento de substâncias
2516 químicas em água, que é aquela ligação com o painel de vigilância de agrotóxicos em
2517 água e também outras substâncias químicas, como metais, por exemplo. Bom, então,
2518 essa é a apresentação do painel rapidamente, do Painel Vigiaqua, essencial para a
2519 qualidade de vida. Então, é importante que vocês saibam que nós temos esses dados,
2520 monitoramos esses dados, a partir de uma persistência e responsabilidade de
2521 profissionais do SUS que atuam nos municípios brasileiros. Acho que é isso. Muito
2522 obrigada por essa oportunidade.

2523 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**
2524 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA) –** Excelente. Nós estamos vendo com o GEO,
2525 com esses painéis aqui apresentados e tantas outras informações que o Brasil produz
2526 por meio de várias de suas instituições, diretamente por parcerias, que nós temos uma...
2527 temos muita informação, que essa que é a questão mais relevante. Nós temos muita
2528 informação, informações cada vez mais qualificadas e é muito importante que os
2529 membros do Sisnama tenham oportunidade de conhecer essas ferramentas para
2530 incorporarem essas ferramentas na gestão no país e que a Sociedade Civil também tenha
2531 conhecimento para cobrar que o setor público incorpore essas ferramentas nas suas
2532 práticas, nas suas operações, nas suas políticas públicas. Então, esse é um motivo por
2533 que nós estamos sempre e que podendo, trazendo ao CONAMA a apresentação dessas
2534 ferramentas, desses relatórios, desses indicadores para que eles sirvam de parâmetro
2535 para a melhoria das políticas públicas. Então, eu queria parabenizar muito o Ministério
2536 da Saúde por esses painéis. Eu acho que você pediu a palavra, mas antes de dar a
2537 palavra, sim, só um minutinho, só vou depois pedir para o nosso querido Secretário
2538 Adalberto Maluf para que ele possa falar aqui de uma experiência recente que nós
2539 tivemos, uma articulação em relação ao carbofurano, que foi muito bem sucedida e que
2540 tem a ver com essas informações que nós obtivemos e que promoveu uma mudança na
2541 visão do próprio Governo federal, do próprio centro de Governo em relação a isso,
2542 inclusive na relação com o Ministério de Relações Exteriores. Depois eu vou pedir para
2543 o Adalberto falar muito rapidamente sobre isso para mostrar a importância de políticas
2544 públicas e a ação de Governo baseada em evidência. Mas vamos começar com o
2545 Eduardo aqui, por favor, Eduardo Taveira. Vamos aqui, vamos subir aqui, por favor. E,

2546 na sequência, você podia aguardar aqui para subir também, para falar aqui do púlpito
2547 para que todos possam vê-los, por favor. Obrigado.

2548 **O SR. EDUARDO COSTA TAVEIRA – TITULAR (Secretário de Estado do Meio**
2549 **Ambiente e Presidente da ABEMA)** – Bom, novamente, boa tarde. Primeiro, eu vou
2550 parabenizar...

2551 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**
2552 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – Só o nome para fim de gravação.

2553 **O SR. EDUARDO COSTA TAVEIRA – TITULAR (Secretário de Estado do Meio**
2554 **Ambiente e Presidente da ABEMA)** – Eduardo Taveira, Meio Ambiente – Amazonas.
2555 Doutora Eliane, parabéns pelo trabalho. Eu tenho uma dúvida, porque a maioria dos
2556 indicadores, quando tratam do Amazonas, eles acabam ficando muito abaixo da
2557 dimensão das outras, exceto a cobertura da água, que eu acho que é mais fácil monitorar.
2558 E a gente sabe, pelo contrato que tem com a Vigilância de Saúde no Amazonas, inclusive
2559 a gente está desenvolvendo um plano de mitigação e adaptação às mudanças climáticas
2560 do Estado. E eu fiquei muito impressionado com o trabalho da Vigilância de Saúde
2561 Nacional, que já tem um grupo trabalhando especificamente nessa área. Mas o nosso
2562 grande problema no plano para a saúde são as subnotificações. Então, eu não consigo
2563 efetivamente, com os dados gerados pelo SUS somente, monitorar a questão de
2564 contaminação e tudo. Mas eu quero saber se essa é uma nota persistente ainda também
2565 em relação à análise dos dados que foram apresentados. É só isso.

2566 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**
2567 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – Vamos só ouvir assim. Você pode ficar aqui,
2568 mas vamos ouvir o segundo já. E na sequência, você comenta, por favor.

2569 **O SR. EDUARDO FARIAS TOPÁZIO – SUPLENTE (Governo do Estado – Bahia) –**
2570 Também, Eduardo Topázio [ininteligível] Bahia. Dar parabéns pela iniciativa, pelo
2571 trabalho. E queria registrar um aspecto que é similar ao que ele estava falando, mas tem
2572 uma relação bem relativa. Nós fizemos um trabalho na Bahia, conjunto com a Secretaria
2573 de Saúde e o Banco Mundial financiando. E a gente, na época, tinha a questão desligada
2574 do monitoramento ambiental, da qualidade da água e do ambiente em geral. E a gente
2575 tentou fazer com a Vigilância Sanitária um painel, desenvolver um sistema de

2576 monitoramento, que era a questão de a presença de arboviroses e a relação climática.
2577 Porque as arboviroses, geralmente, dependem muito da temperatura, do clima, num
2578 período para a gente criar uma relação de alerta. A gente, infelizmente, falta de recursos.
2579 A gente não avançou, mas o projeto está em andamento. E outro aspecto que eu queria
2580 também chamar a atenção é que nós, do órgão de meio ambiente do Estado da Bahia e
2581 recursos hídricos, o órgão de meio ambiente e recursos hídricos, ele, na realidade, fez o
2582 monitoramento da área do oeste, uma área muito grande de agricultura e expansão. E a
2583 gente teve a maior dificuldade de identificar algumas moléculas, agrotóxicos em geral.
2584 Primeiro, para o tipo que era realmente aplicado, que não é uma coisa genérica.
2585 Segundo, o laboratório que poderia analisar. Não tínhamos alguns deles, alguns
2586 elementos que eram produzidos e aplicados no Brasil, isso na água, está? A gente não
2587 encontrou laboratório dentro do Brasil, no máximo São Paulo, ligado à universidade,
2588 mesmo assim não querendo se comprometer efetivamente com alguns processos, que
2589 eram métodos ainda não devidamente regularizados, regulamentados, digamos assim,
2590 normais, que nos causou um pouco de perplexidade. Como é que a gente... Ah, e outro
2591 detalhe conclusivo, aí tem a ver com o meio ambiente direto, é que a gente não conseguia
2592 ter o registro qual era o tipo de agrotóxico que era aplicado na área, quando, na realidade,
2593 não é o órgão de meio ambiente que dá, mas tinha um setor agrícola que registra quem
2594 é que está usando com aquela famosa receita não médica, a receita para usar o
2595 agrotóxico. Quer dizer, tem que ter lá a agência de agricultura para isso. E a gente não
2596 conseguia saber, para inclusive direcionar uma tremenda qualidade da água. Isso aqui
2597 fica uma reflexão, porque isso realmente, o trabalho que vocês estão fazendo, é
2598 incentivador para que a gente aprimore nossos procedimentos e avance nessa questão,
2599 que é fundamental para a gente fazer o nosso serviço, como serviço público, de prestar
2600 essa informação, no mínimo, para a sociedade. Porque o agrotóxico não é proibido, mas
2601 o controle dele tem que ser feito de forma que ele não extrapole as funções objetivas do
2602 qual ele é tratado. E esse tipo de trabalho que vocês fizeram é de fundamental
2603 importância para a gente ter consciência, eu sou engenheiro-sanitarista, quando você
2604 coloca a questão de na água tratada ter presente, eu tive essa discussão com a empresa
2605 de saneamento da Bahia, e eles também tinham dificuldade de identificar o que é que

2606 estava lá, e isso é fundamental para estar dizendo, respeito a todos nós que estamos
2607 aqui, está fora daqui também, era isso aí, obrigado.

2608 **A SRª ELIANE IGNOTTI - SUPLENTE (Ministério da Saúde - MS)** – Obrigada pelas
2609 perguntas, que são motivadoras do nosso trabalho. Então, respondendo ao
2610 representante do Amazonas, o problema da subnotificação, especialmente relacionada a
2611 impactos decorrentes da exposição a agrotóxicos, é um fato, é bastante conhecido, e não
2612 é exclusivo de um ou de outro território, ele é um fato. Mesmo assim, enquanto
2613 epidemiologistas, a gente consegue lidar com essa subnotificação. Há mecanismos que
2614 a gente vem aprimorando para isso. Até porque em várias localidades, não é segredo
2615 para ninguém, os profissionais de saúde têm enfrentamentos para fazer esses registros.
2616 Então, eles têm que lutar para manter esses registros. Nós podemos lidar com isso
2617 fazendo linkage com dados de mortalidade, com dados de uso, e é nisso que a gente
2618 vem aprimorando as análises. O que está colocado aqui são registros de fato de
2619 notificação compulsória. O que é feito, por exemplo, quando ocorre um caso de hepatite,
2620 tuberculose, o que nós chamamos de notificação compulsória, são essas notificações de
2621 intoxicação, intoxicações exógenas. Que, inclusive, nós estamos aprimorando a ficha de
2622 notificação para que venha com maior detalhamento, não apenas a respeito de
2623 agrotóxicos, mas de todo tipo de intoxicação exógena. Então, é um problema, sim. Ainda
2624 assim, nós temos dados que orientam, que podem orientar políticas públicas. Porque se
2625 a gente se apegar só à questão é ruim, é subnotificado, não, tem problemas, mas a gente
2626 tem como trabalhar. O outro aspecto é a fala do representante da Bahia. Nós temos, no
2627 país, apenas quatro estados com autonomia para monitorar agrotóxico em água hoje. Eu
2628 acho que não dá para entrar nesse detalhamento, mas a gente resolve isso, tenta resolver
2629 isso com parceria com a Fiocruz. Então, imaginem que nós temos uma rede, uma
2630 logística montada, que não seria necessário se todos os estados tivessem autonomia,
2631 mas nós temos uma logística montada no SUS, em que amostras de água de todos os
2632 estados são organizadas de tal forma que vão para o laboratório da Fiocruz. Existe uma
2633 portaria que regulamenta a norma de qualidade da água para consumo humano, que
2634 consta de eu vou chamar de 40 parâmetros, seja o agrotóxico ou o metabólico dele, e do
2635 que está na norma, mas o que é feito de rotina são mais de 100 itens, e inclusive os
2636 estados, os profissionais de saúde dos estados influenciam essa lista. Eles demandam,

2637 eles pedem, essa ou aquela substância. Mas é um desafio, é um desafio, porque cada
2638 vez mais entram novas substâncias, formulações, é sem dúvida um desafio. É assim que
2639 estamos hoje, trabalhando numa parceria com o laboratório da Fiocruz, que tem essa
2640 capacidade ampliada. Eu quero destacar um aspecto da minha fala, que eu usei para
2641 chamar a atenção de vocês, mas é preciso fazer uma adequação. Quando eu disse que
2642 determinada substância é detectada na água, detectada, não foi quantificado, eu falei, foi
2643 detectado, ele aparece, aparece um sinal qualitativo na análise laboratorial. Não quer
2644 dizer que esteja acima de um limite definido como ponte de corte para risco à saúde
2645 humana, mas é detectado. E esses limites, nós estamos agora, para o próximo ano, em
2646 fase de revisão também na norma de qualidade da água, que tem que ser feita de tempos
2647 em tempos, a partir de novas evidências científicas. É isso.

2648 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**
2649 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA) –** Excelente. Muito obrigado, Eliane. Assim, pois
2650 não. Conselheiro Eduardo. E agora de manhã, quando a Flávia viu falar sobre o relatório
2651 GEO, ela me chamou de João Paulo, e só minha mãe me chamou de João Paulo quando
2652 estava brava, quando estava brava, que era João, quando é João Paulo, que a situação
2653 está esquisita.

2654 **O SR. EDUARDO ARMOND CORTES DE ARAÚJO – TITULAR (Centrais Sindicais e**
2655 **Confederações de Trabalhadores da Área Urbana – CNTI e CNTC) –** Ela falava assim,
2656 Eduardo, eu ó, corri. Bom, uma pergunta para a professora, nós estamos, eu sou da
2657 CNTI, da representação da CNTI, dos trabalhadores da indústria aqui, e represento, sou
2658 do Sindicato da Construção Pesada do Estado de Minas Gerais, que trabalha nas áreas
2659 de mineração, como terceirizados, e trabalha nas áreas, inclusive, de dragagem,
2660 drenagem, depois do rompimento de barragens. Então, nós estamos acompanhando
2661 duas questões, com muita dificuldade. Uma é a questão da qualidade do ar, a gente
2662 conseguiu algumas informações, a partir de um documento que foi feito pelo TCE, que
2663 aponta resultados do SUS, mas a gente não conseguia puxar essa questão, que aponta
2664 que a questão da qualidade do ar, nas mineradoras, de ferro, na região de Minas Gerais,
2665 todas elas estavam acima do limite, e isso impactava, e tinha coincidência com internação
2666 e mortalidade também de crianças na cidade. Ninguém consegue linkar uma coisa com
2667 a outra. E a outra informação, da Fiocruz, que fez um levantamento sobre crianças em

2668 Brumadinho, depois do rompimento, eles analisaram 300 e poucas crianças, e todas,
2669 100%, estavam com metais pesados no organismo. Como que a gente consegue
2670 identificar a fonte disso? Porque quando é o trabalhador, como o nosso trabalhador está
2671 ali trabalhando a questão da dragagem, da drenagem, é óbvio, ele está ali direto lidando,
2672 mas as crianças, é um negócio que me ficou, ou é através do consumo de água na região
2673 como um todo. A gente quer cruzar essas questões, tanto o ar quanto a água, para
2674 trabalhar a questão especificamente nas empresas de mineração, nos municípios
2675 mineradores, no caso de Minas Gerais.

2676 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**
2677 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA) –** Essa é de tese de doutorado.

2678 **A SR^a ELIANE IGNOTTI - SUPLENTE (Ministério da Saúde - MS) –** Obrigada pela
2679 pergunta. Essa é uma pergunta realmente muito difícil. Foi constituído um grupo
2680 específico, uma área técnica específica, para lidar com essa questão de Mariana,
2681 Brumadinho, Minas Gerais organizado numa coordenação. Mas, para analisar esse tipo
2682 de fato, é preciso usar um método chamado avaliação de risco à saúde humana, que
2683 identifica os contaminantes, a via de exposição, a dose resposta. É possível, é possível,
2684 é complexo. É complexo, não é simples assim, e não é um tipo de dado que entra, por
2685 exemplo, num painel. Vocês vejam que quando eu falo de painel, são dados descritivos.
2686 Quando o representante da Bahia, eu peço desculpas, porque eu não me lembro o nome,
2687 falou de arbovirose, clima. Esse tipo de associação demanda, no caso aqui, modelos
2688 matemáticos de associação com ajustes de variáveis que não cabem num painel. Neste
2689 caso, não é esse tipo de modelo, mas também não cabe num painel. É possível que as
2690 fontes de exposição sejam várias, mas deve ter uma prioritária. Eu acho que assim
2691 simplifica.

2692 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**
2693 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA) –** Essa questão do receituário agrônômico é um
2694 problema de fato, porque ele não é algo que é disponibilizado publicamente, então não
2695 se sabe. E sabemos também que esse problema de contaminação por agrotóxico só vai
2696 piorar, porque a mudança recente na legislação agravou o processo, e para você ter uma
2697 ideia da gravidade disso, retirou o Ministério do Meio Ambiente do processo de discussão
2698 da regulamentação da lei. Então, realmente, é um grande problema que nós vamos

2699 enfrentar. Eu vou pedir depois para o Alberto falar um pouco sobre essa experiência do
2700 carbossulfano, da importância dos dados, mas na sua apresentação, porque agora nós
2701 temos ainda a Larissa Godoy, que vai apresentar a Estratégia Nacional Oceano Sem
2702 Plástico, ENOP, que tivemos o prazer de aprovar no Dia Mundial do Meio Ambiente,
2703 depois teremos a Rosângela Maria Ribeiro Muniz do IBAMA, que vai fazer a
2704 apresentação sobre o relatório de pneumáticos inservíveis, e finalmente o relatório anual
2705 de acompanhamento da qualidade do ar, pelo lado do Alberto Maluf, é uma ocasião que
2706 ele poderá falar sobre essa história aqui que eu citei. Então, vamos lá. Larissa, por favor.

2707 **A SR^a. LARISSA CRUZ GODOY – (Chefe da Divisão de Combate à Poluição Marinha**
2708 **do Departamento de Oceano e Gestão Costeira – MM) –** Boa tarde a todos e a todas.

2709 Eu sou Larissa Godoy, eu estou como chefe de divisão de combate à poluição marinha
2710 no Departamento de Oceanos Gestão Costeira do Ministério do Meio Ambiente, que é
2711 ligado à Secretaria Nacional de Mudança do Clima. Tivemos o prazer, realmente, depois
2712 de muita luta, de aprovar e ter publicado o decreto da Estratégia Nacional Oceano Sem
2713 Plástico, que eu vou contar um pouco para vocês de como isso foi construído, quais são
2714 os principais pontos em relação a esse novo decreto e fazer um informe de como que
2715 nós vamos dar continuidade ou começar mesmo a implementação, considerando que o
2716 CONAMA é um dos órgãos de acompanhamento da implementação da estratégia. Então,
2717 a estratégia ela se baseia em alguns pontos bastante importantes, porque antes nós
2718 tínhamos um plano nacional de combate ao lixo no mar, que de fato não endereçava a
2719 questão da poluição por plástico. Depois, recentemente, já em 2023, a gente começou a
2720 fazer um levantamento para revisão do plano, que não teve efetividade, que foi feito em
2721 2019, e nós percebemos que a nossa estratégia tinha que ser um pouco mais focada do
2722 que quando a gente fala de lixo no mar. Quando se fala de lixo no mar, pode ser qualquer
2723 coisa, mas 80% do resíduo sólido que está no mar ou na zona costeira é plástico. Então,
2724 a gente precisava endereçar e dar nome a isso. Como tem sido a discussão internacional
2725 do acordo global para enfrentamento da poluição por plástico. Então, nós fizemos a
2726 revisão, focamos na questão da poluição por plástico, nas principais fontes, terrestres e
2727 marinhas, porque o nosso foco é a poluição oceânica, o ciclo completo do produto
2728 plástico, que vai da seleção da matéria prima para a produção do produto até a
2729 destinação final. A cooperação institucional que faltou na outra iniciativa que havia. Toda

2730 a proposta é baseada em ciência e com bastante participação social. Bom, a poluição
2731 marinha por plástico é bastante conhecida, talvez ela seja o que mais chama a atenção
2732 na mídia, nos meios de comunicação, mostrando como o plástico que sai do sistema de
2733 coleta ou de tratamento dos resíduos, ele acaba parando, no final, ele acaba parando no
2734 oceano. Geralmente, o que é visível é o tamanho, o que nós chamamos de macroplástico,
2735 mas a gente sabe que boa parte do plástico que está contaminando o ambiente marinho
2736 é o microplástico. Então, existem estudos que estimam que 99% do plástico que está
2737 contaminando o oceano, está na zona coluna d'água e no fundo marinho. Então, esse
2738 plástico que a gente vê, que é o macroplástico, que já é muita coisa, ele seria apenas 1%
2739 daquilo que está contaminando. Então, é um dado bastante alarmante. Então, os
2740 principais impactos são sobre os hábitos, a biodiversidade, principalmente esses
2741 ecossistemas sensíveis da zona costeira, os manguezais, os recifes de corais, o impacto
2742 dos serviços ecossistêmicos, a regulação do clima, as próprias comunidades que vivem
2743 nas zonas costeiras as mais vulneráveis e alguns setores de forma bastante direta, como
2744 o setor da pesca, da navegação, do turismo e a saúde humana. Falando em saúde
2745 humana, já foi detectado como vocês já devem ter visto por aí, noticiado na imprensa,
2746 microplástico no corpo humano e em diversos órgãos, inclusive na placenta, no leite
2747 materno. Então, isso é uma coisa que preocupa bastante. E a poluição por plástico, ela
2748 não é uma questão somente ambiental, ela é uma questão também de saúde pública e
2749 de qualidade. As principais fontes são as terrestres, 80% do lixo que chega, do plástico
2750 que chega no oceano, vem de fontes terrestres, principalmente por conta das bacias
2751 hidrográficas e questões de saneamento, mas também a gente tem algumas fontes que
2752 são as fontes marinhas, que vêm de atividades humanas que são realizadas no mar,
2753 principalmente a pesca e algumas atividades de transporte marítimo e os portos. Bom, a
2754 gente, quando foi fazer a proposta da estratégia, a gente se baseou na hierarquia de
2755 gestão de resíduos, que já está na lei da Política Nacional de Resíduos Sólidos e
2756 construiu isso, uma visão para ver se isso se aplicaria também à questão da gestão dos
2757 resíduos no ambiente marinho, por quê? Muitos têm algumas falsas soluções, muitas
2758 vezes, são apresentadas e eu acho que no Plano Nacional de Combate ao Lixo no Mar
2759 anterior, esse foco era muito dado na questão da remoção, mas nós sabemos que tanto
2760 sob o ponto de vista financeiro, sob o ponto de vista econômico, sob o ponto de vista

2761 técnico, a retirada do plástico, já no ambiente marinho, principalmente, ela é, hoje,
2762 praticamente impossível. Enquanto você tem mutirões de limpeza de praia, que são
2763 importantes, enquanto sensibilização pública, mas não é isso, nem Ecobolt, nada desse
2764 tipo de solução tecnológica é que vai fazer um real enfrentamento da poluição por resíduo
2765 plástico. Então, a não geração desse resíduo plástico é o foco. Então, olhamos para o
2766 ciclo de vida completo do plástico, pensando da aquisição da matéria-prima, que 99% do
2767 plástico produzido no mundo é de fontes fósseis, e para sair do ciclo de vida linear, que
2768 é da produção até uma destinação final, que se der muita sorte ambientalmente
2769 adequada, mas pensar na circularidade e nisso considerando também os processos de
2770 reciclagem, etc., para evitar que esse plástico chegue no ambiente marinho. Isso é uma
2771 recomendação de relatórios técnicos, isso é uma recomendação da ciência, e esse
2772 documento do PNUMA, que foi publicado, se não me engano, em 2020, ele mostra que
2773 não adianta tomar medidas para enfrentamento da poluição por plástico, se essas
2774 medidas de upstream, do início da cadeia, de redução da geração, não forem tomadas.
2775 A gente participa de vários fóruns, inclusive como eu disse no início da discussão do
2776 tratado, para até nos qualificar e trazer uma proposta que são as linhas de ações que
2777 estão no anexo do decreto e que mostram quais são os caminhos que a gente deve
2778 seguir, para que a gente faça o enfrentamento da poluição por plástico no oceano. A
2779 gente inicialmente fez um acordo de cooperação técnica com a Universidade de São
2780 Paulo, fizemos vários eventos, webinários, oficinas para colher várias visões, várias
2781 opiniões, e muitas vezes para que os nossos parceiros pudessem também junto aprender
2782 um pouco mais sobre os impactos da poluição por plástico. Porque a própria equipe do
2783 MMA não tinha essa dimensão de quanto isso era grande e como isso precisava ser feito.
2784 Então a gente contou com essa coalizão de cientistas brasileiros de diversas
2785 universidades que nos ajudaram dentro das suas áreas de especialidade, dentro do ciclo
2786 de vida completo do plástico, a perceber tanto a questão da produção ou das emissões
2787 da produção e do ciclo de vida completo, como que é o vazamento desse plástico, o que
2788 esse plástico causa, seja na biodiversidade, seja na saúde humana. Aqui estão os
2789 webinários que a gente realizou, estão disponíveis na página da Cátedra da Unesco para
2790 a Sustentabilidade do Oceano da Universidade de São Paulo. A gente sempre procurou
2791 trazer um tema que relacionasse poluição por plástico a outra perspectiva ambiental ou

2792 econômica, como economia circular ou mudança do clima. A estratégia é fruto de uma
2793 cooperação institucional bastante forte, inclusive com o Ministério da Saúde, o Ministério
2794 da Pesca, o Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação e o Ministério da Indústria e
2795 todos esses parceiros, principalmente a ANAMMA e a ABEMA, que apoiaram muito a
2796 discussão e sabem a importância de a gente ter hoje uma estratégia nacional para
2797 enfrentamento.

2798 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**
2799 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA) –** E a Marinha brasileira que contribuiu muito.

2800 **A SR^a. LARISSA CRUZ GODOY – (Chefe da Divisão de Combate à Poluição Marinha**
2801 **do Departamento de Oceano e Gestão Costeira – MM) –** Pois é, a Marinha estava ali
2802 em cima, eu não citei, mas a Marinha com certeza é um dos grandes parceiros nesse
2803 enfrentamento. Bom, isso aqui é o caminho que a gente percorreu entre fazer as oficinas,
2804 fazer os webinários, participar dos eventos internacionais onde se discutia poluição por
2805 plástico, até que em outubro de 2025 a gente conseguiu ter o decreto publicado.
2806 Secretário, a gente queria que tivesse sido no Dia Mundial do Meio Ambiente, que estava
2807 sendo o NOC e tal. Nós nos preparamos para isso, mas, infelizmente, isso não
2808 aconteceu. De qualquer forma, eu vou passar aqui, aqui são alguns dados, depois o
2809 pessoal vai compartilhar da participação que houve na construção da estratégia, está
2810 tudo documentado. A estratégia, então, visa orientar e coordenar políticas públicas para
2811 prevenção, para redução e eliminação da poluição por plástico no oceano. Os eixos de
2812 implementação são esses oito, então, vão desde propostas de regulamentação,
2813 normatização, passando para o desenvolvimento de ciência, tecnologia, inovação,
2814 fomento, financiamento. E a coisa talvez mais importante que eu tenha para falar para
2815 vocês hoje aqui é a questão da governança que foi estabelecida no decreto. Então, a
2816 gente tem três instâncias de acompanhamento, três colegiados que vão fazer o
2817 acompanhamento da implementação da estratégia Nacional Oceano sem Plástico. Um
2818 deles, e talvez o principal, é o CONAMA, a Comissão Interministerial para os Recursos
2819 do Mar, a CIRM, que é coordenada pela Marinha, e o Fórum Nacional de Economia
2820 Circular, que é coordenado pelo Ministério da Indústria, Comércio e Serviços. Então, por
2821 que o Conselho Nacional do Meio Ambiente? Porque ele talvez seja o primeiro, porque
2822 ele é o colegiado mais importante da política nacional de meio ambiente, e porque ele

2823 tem as representações de todos os interessados em discutir a questão da poluição por
2824 plástico. Pode ser que não exista uma representação direta da indústria X ou da indústria
2825 Y ou da ONGA ou ONGB, mas os setores todos estão representados. Então, a gente,
2826 como a poluição por plástico é uma questão realmente bastante complexa, que perpassa
2827 vários setores e vários interessados, desde os afetados, como quem afeta,
2828 principalmente, que também quer discutir isso, a gente achou que o CONAMA poderia,
2829 por ser também um órgão de implementação da PNRS e da Política Nacional do Meio
2830 Ambiente, o órgão que pode fazer o acompanhamento da implementação da estratégia
2831 de uma forma bastante eficiente. Paralelamente a isso, a gente vai construir, já
2832 começamos a trabalhar um plano de ação federal dentro da CIRM, nesse plano, nós
2833 vamos juntar todas as ações dos órgãos federais, porque a CIRM é um colegiado que
2834 tem uma representação governamental, prioritariamente, o GERCO, que é o Grupo de
2835 Coordenação do Gerenciamento Costeiro, coordenado pela Secretaria Nacional de
2836 Mudança Do Clima, ele não, ele tem algumas outras representações, Sociedade Civil,
2837 ANAMMA, ABEMA etc. Então, nós vamos discutir essa ação federal, o plano de ação
2838 federal na CIRM, para ser aprovada por esse colegiado, que também tem um caráter
2839 deliberativo. E, antes de sair a estratégia, a gente já tinha discutido o Plano de Ação
2840 Federal da Zona Costeira, e uma das ações do Plano de Ação Federal da Zona Costeira
2841 é justamente a elaboração desse plano de ação para enfrentamento da poluição por
2842 plástico. E, por último, mas não menos importante, o Fórum Nacional de Economia
2843 Circular, que é coordenado pelo MDIC, tem a participação, principalmente, dos setores
2844 ligados à produção e à comercialização, e que também tem o seu papel, que precisa ser
2845 desenvolvido, para que acompanhe a implementação da estratégia. Era isso que eu tinha
2846 para falar para vocês, muito obrigada, e estou à disposição.

2847 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**
2848 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – Parabéns. Por favor, conselheira. Não, porque
2849 ninguém te vê, ninguém te ouve, ninguém te escuta.

2850 **A SR^a. LISIANE BECKER – TITULAR (Instituto MIRA-SERRA – Entidades**
2851 **Ambientais)** – Elisiane, MIRA-SERRA, eu fiquei muito impactada, porque não é a minha
2852 área, é o oceano, mas eu fico pensando nas duas correntes principais oceânicas, das
2853 Malvinas, Malvinas, eu acho, e a do Brasil, que se encontram na região sul, ali no Rio

2854 Grande do Sul, que é uma área de alta biodiversidade, como é que não é, não fica essa
2855 questão dos plásticos, dos microplásticos, se confluindo nessas duas correntes, nessa
2856 área de alta riqueza biológica? E, talvez, se fosse importante, eu não via ali a FURG,
2857 porque a gente tem uma universidade federal, que eu acho que seria interessante
2858 convidar, porque ela está bem localizada nessa conferência, então fica a minha sugestão.

2859 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**
2860 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – Excelente, sugestão para vocês considerarem
2861 ela na secretaria. Muito bem. Excelente. E não havendo mais nenhuma manifestação...
2862 Ah, sim, pois não, Pedro Ivo. Enquanto o Pedro Ivo chega, vou pedir para a Rosângela
2863 já se aproximar do dispositivo para o próximo painel.

2864 **O SR. PEDRO IVO – TITULAR (Associação Civil Alternativa Terrazul)** – Primeiro,
2865 parabenizar pela iniciativa, muito importante, muito relevante, e dizer que, do lado da
2866 Sociedade Civil, nós temos várias campanhas para a abolição dos plásticos nos oceanos.
2867 Nós temos aí a campanha nacional pela eliminação do plástico, acho que já está
2868 dialogando com o Ministério, mas eu quero reforçar essa rede da Sociedade Civil,
2869 coordenada pela Oceania. Tivemos agora na COP uma agenda imensa e extensa sobre
2870 essa questão e também a importância de dialogar com os povos do mar, desses
2871 processos todos, porque são realmente um parceiro fundamental. Então, deixar aqui, em
2872 nome da Sociedade Civil, os parabéns, porque é realmente uma iniciativa fundamental e
2873 recomendar que esse diálogo se estabeleça também com o programa através dessa rede
2874 que é coordenada pela Oceania. Obrigado.

2875 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**
2876 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – Excelente, Pedro. Obrigado. Vamos, então,
2877 para o próximo item aqui da nossa pauta, o penúltimo, que é a apresentação dos dados
2878 sobre a destinação adequada de pneumáticos inservíveis, cumprindo uma determinação
2879 da Resolução 416 de 2009, que vem sendo feita permanentemente, essa informação
2880 trazida permanentemente pelo IBAMA. Por favor.

2881 **A SR^a. ROSÂNGELA MARIA RIBEIRO MUNIZ (Diretora de Qualidade Ambiental –**
2882 **IBAMA)** – Boa tarde, pessoal. Boa tarde a todos, a todas. Secretário. Eu sou Rosângela
2883 Muniz, Diretora de Qualidade Ambiental no IBAMA, analista ambiental da casa há 15

2884 anos. Se você me permitir, eu posso falar dois minutos sobre a questão da Eliane de
2885 agrotóxicos. O IBAMA está participando sob a coordenação do Ministério de
2886 Desenvolvimento Agrário do Programa Nacional de Redução de Agrotóxicos, um
2887 programa instituído por decreto pelo Presidente Lula, muito importante. E nós temos feito
2888 essa política de tentar manter a competência do IBAMA no âmbito da nova lei de
2889 agrotóxicos. É só para falar, aproveitar aqui, nesse fórum tão importante do Sisnama, que
2890 nós estamos fazendo a construção de uma estratégia de combate à aplicação ilegal e
2891 irregular de agrotóxicos. Porque impacto na saúde humana, impacto no meio ambiente,
2892 nos corpos hídricos, no solo, sem falar dos alimentos mesmo. Mas, porque assim, se
2893 você começar a ponta da cadeia, o que o IBAMA faz? O IBAMA faz uma avaliação
2894 ambiental desse produto, o resultado dessa avaliação vai para a bula do produto. Então,
2895 aqui o IBAMA já faz um monte de restrições sobre o uso desse produto, que ele não
2896 deveria estar, por exemplo, sendo jogado na beira de curso hídrico ou próximo de
2897 comunidades, muito menos em terra indígena, que tem acontecido. Então, a outra ponta,
2898 que é a do uso, da aplicação, é uma competência dos órgãos estaduais de meio
2899 ambiente. Então, eu queria fazer já um chamado para a ABEMA, para a ANAMMA, para
2900 a gente fazer, construir essa estratégia de combate à aplicação ilegal de agrotóxicos.
2901 Porque a avaliação que o IBAMA faz é super relevante, mas as pessoas continuam
2902 fazendo aplicação ilegal com vários impactos. Por outro lado, a CGU está fazendo um
2903 canal único de recebimento dessas denúncias. Estamos trabalhando junto com o MMA,
2904 com a Secretaria de Comunidades Tradicionais e Quilombolas, porque elas são muito
2905 atingidas. Por isso, para fazer um mapa de calor das denúncias, direcionar a fiscalização
2906 do IBAMA, mas nós precisamos dos OEMAS nesse combate. É fundamental. Então, a
2907 gente vai procurar vocês depois.

2908 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**
2909 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – Eu vou propor aqui já, Marcela, que esse seja
2910 um tema de uma reunião da Tripartite, para a gente poder tratar disso. Apresentem com
2911 calma. A ABEMA e a ANAMMA participam. A gente pode discutir isso com mais detalhes,
2912 porque realmente esse é um assunto absolutamente crítico. Então, parabéns pela ideia
2913 e a iniciativa. E vamos já pautar isso na Tripartite.

2914 **A SR^a. ROSÂNGELA MARIA RIBEIRO MUNIZ (Diretora de Qualidade Ambiental –**
2915 **IBAMA)** – Ok. Então, vou passar para a parte do relatório de pneumáticos. A
2916 apresentação desse relatório anual no CONAMA está prevista na Resolução 416, porque
2917 o IBAMA faz o controle da destinação ambientalmente correta do pneumático inservível,
2918 como vocês sabem, é um passivo ambiental super grave, tanto para o meio ambiente
2919 quanto para a própria saúde pública. Pode passar. Quer dizer, eu que estou passando.
2920 Posso passar. Então, esse relatório de pneumáticos, o ano base é 2024, a gente está
2921 com um certo delay ainda por conta da pandemia, mas eles foram apresentados esses
2922 dados num relatório eletrônico. O IBAMA disponibiliza tanto para os fabricantes quanto
2923 para os importadores para eles dizerem quantas toneladas e quantas unidades eles
2924 destinaram. A CONAMA fala que o fabricante e o importador precisam, em uma relação
2925 de um para um, tudo o que ele fábrica, tudo o que ele importa, ele precisa destinar. Então,
2926 basicamente, a gente usa essa fonte de informação. Um dado importante de referência
2927 para nós é esse dado do mercado de reposição de pneus. Então, eu parto o total de
2928 pneus que eu vou olhar se foi destinado ou não, esse chamado mercado de reposição,
2929 que ele é composto pela soma do total de pneus produzidos mais o total de pneus
2930 importados menos a soma do total de pneus exportados e de aqueles que equipam
2931 veículos novos. Então, isso aqui é a totalidade que eu tomo como referência. Esse
2932 mercado vem mudando um pouco a configuração. Historicamente, a gente tinha mais
2933 pneus no mercado fabricados no Brasil do que importados. E agora, acho que nos últimos
2934 dois anos, esse mercado está mudando. Tem mais pneus importados no mercado
2935 brasileiro do que fabricantes. Isso aqui é importante também, daqui a pouco vocês vão
2936 ver em relação a outro dado que nós temos. Então, isso aqui eu já falei. A gente vai fazer
2937 a conversão em peso dos pneus comercializados no mercado de reposição considerando
2938 o desconto de 30% em peso pelo fator de desgaste do pneu novo. E aí eu tenho essa
2939 relação de um para um, tanto a fabricante quanto o importador precisam destinar. Aqui o
2940 quadro resume, vocês vão aqui perceber que os importadores, isso aqui é histórico,
2941 sempre destinam menos do que os fabricantes. O fabricante nacional, ele destina às
2942 vezes até mais do que 100% da meta e o importador ele fica aí quase nunca chega a
2943 90%. Então, isso é um problema crônico que nós estamos discutindo com a MDIC, porque
2944 a indústria nacional de pneus, evidentemente, está preocupada com isso, porque eles

2945 têm todo um investimento nessa destinação etc. E os importadores historicamente não
2946 têm feito o dever de casa. Então, mas no total a gente tem um percentual altíssimo de
2947 cumprimento de meta de destinação de 94%, quase 95%. Então, de qualquer forma, essa
2948 logística reversa de pneus é muito bem-sucedida, de forma geral. Já tem um bom tempo
2949 que o mercado já está bem estruturado em relação a isso. Então, aqui você tem a curva
2950 histórica do cumprimento da meta. As verdes são os importadores. Então, você vê que
2951 ele está sempre abaixo do fabricante. E eu chamo a atenção para vocês que em 2015
2952 teve um salto de 77% para 85% de destinação dos importadores. O que aconteceu aqui?
2953 O IBAMA começou a autuar os importadores que não destinavam. Então, a gente fez
2954 uma campanha, uma operação bem ampla de autuações. Então, teve como resultado daí
2955 para frente nós estamos sempre no patamar de 80%, 90% de destinação pelos
2956 importadores. Mas ainda é preocupante até pelo volume de pneus que eles estão
2957 colocando no mercado e não estão destinando. Esse aqui é o valor global da destinação.
2958 Também fica ali sempre abaixo de 100% em razão dos importadores. E aqui as
2959 tecnologias que estão usadas...

2960 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**
2961 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA) –** Aquela queda ali foi no período da...

2962 **A SR^a. ROSÂNGELA MARIA RIBEIRO MUNIZ (Diretora de Qualidade Ambiental –**
2963 **IBAMA) –** Pandemia. Espera aí que eu estou... errando o botãozinho aqui. É. Realmente
2964 em 2020, ela só foi se recuperar lá para 2022. Aqui são as tecnologias utilizadas para
2965 destinar os pneus, destinação ambientalmente correta. Eu tenho ainda... A maior
2966 destinação é do coprocessamento pelas cimenteiras, para a fabricação do clique.
2967 Granulação. A laminação, que é um processo artesanal. Granulação. É a destinação
2968 ambientalmente correta porque volta para o processo produtivo, mas a indústria
2969 propriamente dita é uma indústria um pouco mais poluente, mas de qualquer forma é
2970 uma economia circular aqui. E a laminação tem crescido também, que é uma destinação
2971 mais artesanal para a fabricação de vários tipos de objetos a partir da borracha do
2972 plástico. Do pneu. Isso aqui é muito importante para o pessoal da ANAMMA,
2973 principalmente os pontos de coleta de pneus inservíveis. Eu vou mostrar o mapa aqui,
2974 onde estão esses pontos de coleta. E a gente também precisa se articular com os
2975 municípios, para a gente fazer de vez em quando um monitoramento nesses pontos de

2976 coleta, porque tudo começa ali. As destinadoras coletam esses pneus e destinam para
2977 uma daquelas tecnologias que eu falei. Então é importante que esses pontos de coleta
2978 às vezes eles declaram no nosso relatório que tem esses pontos de coleta naquele
2979 município, mas o IBAMA não tem perna para ir lá monitorar para ver se de fato esse ponto
2980 de coleta está bem estruturado, ele existe. Então eu acho que seria bom depois a gente
2981 conversar um pouco com a ANAMMA para ver se pelo menos duas vezes por ano a gente
2982 faz uma campanha de monitoramento desses pontos de coleta.

2983 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**
2984 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA) –** A ANAMMA e a ABEMA, não é?

2985 **A SR^a. ROSÂNGELA MARIA RIBEIRO MUNIZ (Diretora de Qualidade Ambiental –**
2986 **IBAMA) –** A ABEMA sim, com certeza. Eu falo município porque está pertinho do
2987 município esse problema. O problema não, a solução, na verdade. Então a gente tem
2988 vários arranjos para a implantação dos pontos de coleta de forma compartilhada. às
2989 vezes a destinadora ela mesma monta os pontos de coleta, às vezes a empresa monta,
2990 mas tem vários pontos de coleta. Então aqui você tem um mapa, Minas Gerais, quer
2991 dizer, por região. A região sudeste é a que tem mais pontos, até pelo adensamento
2992 populacional, depois vem sul, nordeste, centro-oeste e norte. No total, 1.197 pontos de
2993 coleta no Brasil em 2024. Nós temos um painel de BI no IBAMA, que vocês podem
2994 acessar por esse endereço, para ver os pontos de coleta bem distribuídos e o próprio
2995 relatório completo. Agora em 2025, a gente deu uma modernizada na nossa instrução
2996 normativa, nós introduzimos uma inovação que é esse licenciamento de importação não
2997 automática para produtos sujeitos ao controle ambiental pelo IBAMA. O IBAMA não faz
2998 anuência de pneu novo, de importação de pneu novo, porque não é competência nossa.
2999 A nossa competência é cuidar de resíduo, não de produto novo. Mas para a gente ter
3000 acesso aos dados da importação, para depois a gente ter como referência na destinação,
3001 nós estamos implantando junto com o novo processo de importação que o MDIC
3002 construiu junto com a Receita Federal, o Ministério da Fazenda, que vai ser um grande
3003 avanço no comércio exterior do Brasil, o novo portal, o portal único de importação e
3004 exportação. E entre essas principais medidas, a gente vai ter justamente um tratamento
3005 administrativo para monitorar as operações de importação de pneus. É difícil ter acesso
3006 a esses dados, quem importou, qual a quantidade que importou, porque são dados

3007 considerados pela Receita Federal como sigilosos, sigilo fiscal. Então o IBAMA estava
3008 com muita dificuldade de ter acesso a esses dados, agora com o novo portal, o portal
3009 único de comércio exterior, a gente vai ter por meio desse tratamento de monitoramento
3010 das operações de importação. É isso, pessoal. Se alguém tiver alguma dúvida, estamos
3011 à disposição. Queria agradecer à equipe por sempre me assessorar na construção desse
3012 relatório.

3013 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**
3014 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA) –** Pois não, Marçal?

3015 **O SR. MARÇAL FORTES SILVEIRA CAVALCANTI – TITULAR (Associação Nacional**
3016 **de Municípios e Meio Ambiente - ANAMMA) –** Marçal Cavalcanti, Presidente da
3017 ANAMMA. Rosângela, contem conosco na questão dos agrotóxicos, mas antes disso,
3018 nós temos uma dificuldade imensa Brasil afora, com as embalagens de agrotóxico. Nós
3019 estamos com um problema muito sério no Brasil. Tenho recebido reclamação dos
3020 municípios que as prestadoras para esses grandes serviços não têm ido buscar essas
3021 embalagens nas fazendas. A gente precisa montar uma ação mais efetiva de fiscalização,
3022 que é um cartel que só uma empresa toma conta, só ela faz e ela que dá os dados, ela
3023 que diz que recolheu. E tem ficado o Brasil afora na região de Salvador, da Bahia,
3024 Tocantins, Piauí e Maranhão. Está tendo uma dificuldade imensa. Então, essa é uma
3025 ação que é uma poluição que tem ficado e eu estou à disposição para isso. E lá no estado
3026 de Alagoas, com relação aos pneus, a gente tem feito uma campanha sistemática com o
3027 Governo do estado, com o novo Secretário Judiciário e com o Governo e com os municípios,
3028 no recolhimento dos pneus e a programação eles levam para as cimenteiras, eles levam
3029 para tudo e tem efetivamente, como nós temos lá em Alagoas, não tem mais lixões, então
3030 fica fácil porque se recolhe e leva todos esses por lixões, mas essa é uma política que
3031 conta conosco, se precisar da ANAMMA, dos Secretários para fiscalizar e ajudar, nós
3032 estamos à disposição.

3033 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**
3034 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA) –** Muito obrigado, Marçal.

3035 **O SR. EDUARDO ARMOND CORTES DE ARAÚJO – TITULAR (Centrais Sindicais e**
3036 **Confederações de Trabalhadores da Área Urbana – CNTI e CNTC) –** Só vou repetir o

3037 Marçal, quer dizer, Eduardo Armond, da CNTI, representante da Confederação Nacional
3038 dos Trabalhadores da Indústria. O nosso companheiro da CONTAG não veio hoje, não
3039 está aqui, mas eles têm uma discussão muito grande sobre essa questão de agrotóxico,
3040 então pedi para incluir na tripartite a convocação da Sociedade Civil, notadamente os
3041 companheiros da CONTAG, colocar os trabalhadores à disposição para essa discussão
3042 da questão do agrotóxico, inclusive na questão da vigilância, porque são centenas,
3043 milhares de sindicatos de trabalhadores rurais pelo país, que pode facilitar esse processo.

3044 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**
3045 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – Excelente, muito bom. E não havendo mais
3046 ninguém se manifestando, vou parabenizar mais uma vez o IBAMA, por meio da
3047 Rosângela e sua equipe, por essa ação permanente de longo prazo, que vem sendo feito
3048 rigorosamente a todo ano, parabéns pelo trabalho. E vamos então ao último item, que é
3049 o Relatório Anual de Acompanhamento à Quase do Ar 2025, com o nosso Secretário
3050 Adalberto Maluf, Secretário do Ambiente Urbano, qualidade ambiental e recursos
3051 hídricos. Por favor. Chegou a vez.

3052 **O SR. ADALBERTO MALUF – TITULAR (Ministério do Meio Ambiente e Mudança do**
3053 **Clima)** – Agora posso.

3054 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**
3055 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – Agora finalmente fazemos jus ao seu
3056 brilhantismo, companheiro Adalberto.

3057 **O SR. ADALBERTO MALUF – TITULAR (Ministério do Meio Ambiente e Mudança do**
3058 **Clima)** – Boa tarde, Ministro Capobianco, Presidente do CONAMA. Prazer enorme estar
3059 com vocês e só respondendo aquele tema do carbofurano, carbossulfano, destacar essa
3060 importância dessa relação muito proveitosa que o Ministério do Meio Ambiente tem com
3061 o Ministério da Saúde, na criação de dados e evidências, consolidamos muitos estudos
3062 para mostrar o impacto não só do carbossulfano, o carbofurano, o metabólico, mas o
3063 carbossulfano. Isso foi apresentado pelo Ministério de Relações Exteriores para
3064 diferentes instâncias do Governo brasileiro e o Brasil que nas últimas três COPs, com
3065 exceção dessa última, COP de BRS, Basiléia, Roterdã e Estocolmo, havia sido o país
3066 que levantou a mão para que esse agrotóxico não entrasse na lista do anexo C de

3067 Roterdã. Depois de toda essa cooperação e criação desses dados, o Brasil decidiu se
3068 abster. Então, ao não levantar a mão, pedindo para que esse agrotóxico não fosse listado,
3069 o carbossulfano, que já é proibido no mundo inteiro, até aquele momento, com exceção
3070 do Brasil, finalmente entrou na lista de restrição de Roterdã e aí as certificadoras...

3071 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**
3072 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – Olha a importância de dados, foi com dados
3073 muito relevantes que a gente mostrou para o centro de Governo que realmente isso tem
3074 que ser feito, apesar da oposição ferrenha, eu não vou dizer de quem, mas vocês podem
3075 imaginar.

3076 **O SR. ADALBERTO MALUF – TITULAR (Ministério do Meio Ambiente e Mudança do**
3077 **Clima)** – E aqui a gente está sobre mais um tema, falando do relatório anual de qualidade
3078 do ar, que também é uma disposição da resolução 506, que coloca para a gente prestar
3079 conta todos os anos, essa mesma resolução aprovada aqui por esse plenário no ano
3080 passado, que nos deixou muito otimistas em ter o Brasil agora com padrões, que também
3081 colocou lá que o PRONAR deveria ser encaminhado para o CONAMA em até 180 dias,
3082 ele foi encaminhado mas infelizmente não conseguimos analisar hoje. Aqui fala-se
3083 rapidamente sobre a equipe que fez esse relatório, equipe técnica de qualidade
3084 ambiental, a gente tem uma parceria com a Federal de Santa Catarina e numa coleta de
3085 dados com todas as OEMAS, a gente viu que a maior parte dos estados já faz algum tipo
3086 de coleta ou estudos relacionados à qualidade do ar, com exceção de alguns, como
3087 Goiás, Piauí, Rio Grande do Norte, que ainda não o fazem. Nós tivemos um aumento
3088 bastante significativo desde 2023 para cá, no aumento de estações de monitoramento,
3089 isso já é fruto do lançamento da rede amazônica de qualidade do ar, que o MMA fez junto
3090 com o Instituto Ar, uma colisão respirar e vários membros do Ministério Público, órgãos
3091 de controle, então a gente vê ali no gráfico aqueles últimos dois anos, como 2023 e 2024,
3092 a gente teve um salto bastante significativo ali de 250 para quase 450 estações de
3093 monitoramento. Lembrando que a gente teve a aprovação da Política Nacional de
3094 Qualidade do Ar em 2024, ela consolidou as regras do que o Ministério do Meio Ambiente,
3095 o que os estados e os municípios têm que fazer, o PRONAR, que a gente discutiria hoje,
3096 é exatamente isso, a regulamentação disso que está previsto em lei, porque ter a rede
3097 de monitoramento, que é um dos instrumentos da política, já estava previsto no PRONAR

3098 lá em 1989, e como a gente viu muitos estados ainda não conseguiram fazer, por isso a
3099 importância da gente aprovar o PRONAR para deixar essas regras claras de como vão
3100 ser feitas, mas a gente decidiu nessa parceria com a Universidade Federal de Santa
3101 Catarina, de transformar o relatório anual numa ferramenta mais inclusiva e participativa
3102 do ponto de vista de inclusão da academia e do mundo científico. Então a gente começou
3103 não só colocar as estações e os dados, mas permitir com que ela exporte muitos
3104 relatórios históricos da qualidade do ar para poder avaliar diferentes políticas públicas.
3105 Vê que lá de 2022, no último relatório que tinha ainda quando a gente entrou aqui em
3106 2023, nós saltamos de 395 para mais de 577 estações, um aumento de quase 46%,
3107 expandindo bastante na região norte. Cumprimentar aqui o Secretário Taveira,
3108 Amazonas foi o estado que mais conseguiu colocar estações de monitoramento, uma
3109 boa parte deles com estações indicativas, os sensores de baixo custo, em articulação
3110 com as federais, o Ministério Público e o Tribunal de Contas, dentro da rede amazônica
3111 de qualidade do ar, que o MMA teve a honra de lançar lá no nosso auditório. Então a
3112 gente vê que também a região centro-oeste expandiu bastante, Mato Grosso, Mato
3113 Grosso do Sul, mas ainda tem alguns buracos ali, como eu comentei hoje, Piauí, Rio
3114 Grande do Norte, a Sergipe também, Sergipe, Goiás, ainda não tem nenhuma estação
3115 de monitoramento, o que obviamente dificulta muito a criação do inventário ou qualquer
3116 tipo de política pública, se a gente mal tem os dados reais e tem que ficar usando só
3117 dados de satélites, sem a comprovação no local. Então a gente teve esse aumento de
3118 46%, o que mostra que as coisas estão acontecendo, os estados estão atuando, estão
3119 fazendo. E as forças e as instituições de apoio judiciário, em especial o Ministério Público,
3120 vem fazendo muita conversão de multa, inclusive a gente intermediou algumas para a
3121 compra dessas estações e a gente espera que agora com esse novo acordo que o MMA
3122 assinou com a Fiocruz no ano que vem a gente consiga completar esse mapa. Então
3123 agora o relatório anual que vira essa plataforma de qualidade do ar, ela consegue ter
3124 dados mais representativos ali, porque no PRONAR a gente está criando as bacias e o
3125 conceito de regiões para a emissão de poluição com os diferentes poluentes, também
3126 uma representação um pouco mais temporal. Então a gente disponibiliza agora a série
3127 histórica de dados de qualidade do ar, não só o dado daquele dia, como era antes, ele
3128 ficava sempre o dado das últimas 24 horas, aí agora ele atualizando, se você quiser, você

3129 baixa todo esse histórico e também algumas ferramentas para poder fazer análises
3130 qualitativas relacionadas à população, onde vive a população, qual é a qualidade do ar
3131 que impacta naquela população. Também tivemos essa disponibilização mais visual das
3132 séries temporais sobre qual tipo de estação era, se eram referências ou as estações
3133 indicativas e com isso permite que a gente tenha essa visão um pouco maior. Quando a
3134 gente viu aqui o gráfico do Vigiar, que o Ministério da Saúde pega esses dados e traduz
3135 ele em custos para a saúde pública, que acho que nos ajuda muito, a saber o custo da
3136 não ação, porque como você mostrou aqui, são 51 mil mortes. Então a cada 3 meses que
3137 a gente atrasa a implementação de políticas, são mais 14 mil mortes evitáveis que
3138 ocorrem no Brasil. Então a inação tem um custo para a saúde pública. Então para a gente,
3139 a gente vê e o gráfico do Vigiar mostra, em especial se a gente for por regiões que, por
3140 exemplo, a região amazônica, você tem uma qualidade do ar muito boa, até junho, aí de
3141 julho começa a piorar, setembro ela está entre as piores qualidades do ar do mundo e
3142 depois volta. Então Associar, e o PRONAR traz esse instrumento do manejo integrado
3143 do fogo e as questões de fogo e desmatamento, que trouxeram essa triste realidade que
3144 o relatório traz, de que as cidades mais poluídas do Brasil estão todas hoje na região
3145 amazônica. No antigo arco do desmatamento, ali pegando ali de Rondônia, sul do
3146 Amazonas, Pará, ali norte do Rio Grande do Mato Grosso, indo ali para cima. Então a
3147 importância de a gente combater a questão do desmatamento e das queimadas também
3148 pela ótica da qualidade do ar. Também trouxemos essas visualizações um pouco mais
3149 dados mais visuais para poder mostrar esses picos que a gente tem durante os diferentes
3150 meses para fazer um monitoramento mais histórico e também trazendo análise de
3151 tendências. A gente trouxe inclusive no PRONAR a modelagem atmosférica como um
3152 novo instrumento. A gente contratou um grupo de não sei quantos pesquisadores lá na
3153 Federal de Santa Catarina, tem uns 20 pesquisadores de doutorado e mestrado na
3154 Federal de Santa Catarina com TED nosso só para fazer modelagens desses dados, para
3155 ver como a gente qualquer tipo de política pública, o impacto que ela teria na redução ou
3156 não. Então, para cumprir os padrões de qualidade do ar que esse CONAMA decidiu lá
3157 na resolução 506 que tipo de políticas precisavam ser feitas. Então, ao trazer a ciência
3158 mais próxima e essas modelagens para a gente, nos ajuda muito a entender para onde
3159 vai. Também trouxemos essa nova figura da ultrapassagem, mostrando quais são os dias

3160 do ano que excedem o padrão máximo permitido pela OMS que é uma maneira de você
3161 ver bem, se passa um dia, dois dias, dez dias o impacto na saúde é um. Agora, se você
3162 tem ali, por exemplo, naqueles vermelhos, mais de 100 dias do ano tivemos
3163 ultrapassagem de algum dos parâmetros. Obviamente, isso impacta muito mais na
3164 saúde, em especial dos públicos mais vulneráveis. Essas 51 mil mortes, a grande maioria
3165 delas de crianças ou idosos, que são aqueles que mais sofrem com o impacto da
3166 qualidade do ar. Então, hoje, no nosso último levantamento, mostra que 17 unidades da
3167 federação estão com projetos em andamento nesse momento, para ampliação da rede
3168 de monitoramento, o que nos deixou bastante satisfeito, teve um aumento muito
3169 significativo da atuação dos estados. A gente lançou o projeto agora lá na COP, junto
3170 com a Fiocruz, para a instalação de cinco estações de monitoramento de material
3171 particular 2.5 de referência nas grandes cidades da Amazônia, então Belém, Manaus,
3172 Porto Velho, Rio Branco e Santarém, também recursos do MMA com a Fiocruz, para que
3173 a gente tenha essas estações de referência dentro desses estados. A gente está
3174 financiando cinco e a Fiocruz colocou recurso para mais três. Então, a gente vai ter oito
3175 estações de referência nos estados do Amazônico, que vai preencher muito aquele
3176 vácuo, aí só vai faltar mesmo ali esses quatro estados que eu comentei, Goiás, Sergipe,
3177 Piauí e Rio Grande do Norte, que ainda não têm as estações. Então, a incorporação
3178 dessas estações indicativas de baixo custo, a gente vê como uma tendência global muito
3179 grande, mas elas precisam ter essas estações de referência para fazer a calibragem, por
3180 isso esse esforço do MMA de se complementar ao trabalho que os estados vêm fazendo
3181 com o guia técnico. Então, desde a publicação da resolução, seja lá da 491 e a nossa
3182 atualização da 506, onze unidades da federação já publicaram seus relatórios de
3183 qualidade do ar, em poucos anos atrás eram quatro, eu lembro quando eu cheguei aqui
3184 tinham quatro relatórios, agora temos onze, então mais do que dobrou, quase triplicou,
3185 Distrito Federal, Goiás, Mato Grosso, Ceará, Acre, Espírito Santo, São Paulo, Rio, Minas,
3186 Paraná e Rio Grande do Sul. Então, hoje praticamente quase 40% das unidades da
3187 federação já tem os relatórios que são o terceiro e último passo antes de poder fazer o
3188 plano de gestão da qualidade do ar. Também do ponto de vista de divulgação, a gente
3189 trouxe algumas ferramentas, a partir de agora tem os relatórios anuais, os boletins diários
3190 mensais, as séries históricas de dados que podem ser baixadas, a plataforma informativa

3191 com essa classificação lá dos dias excedentes, todas as coisas com gráficos mais visuais
3192 e não só uma planilha de Excel como a gente tinha antes. Isso mostra como a gente
3193 ainda tem uma diferença muito grande entre a capacidade dos estados e o que os
3194 estados vêm fazendo. Então, a maior parte dos estados tem departamentos, tem
3195 unidades, a gente viu lá no debate do PRONAR, por exemplo, que foi copresidido com o
3196 INEA do Rio de Janeiro ou a CETESB em São Paulo, a CETESB enviava sete, cinco a
3197 sete técnicos em todas as doze reuniões técnicas que a gente teve do PRONAR. Então
3198 você vê que tem equipes, tem gente comprometidas com a agenda. Já alguns estados,
3199 não tem uma pessoa que cuida do tema, então espero que o PRONAR possa ser
3200 aprovado um dia para que esses estados entendam a importância de também lidar com
3201 a qualidade do ar que é não só um comando legal, quanto um direito constitucional. Lá
3202 no artigo 225 e 227 que todos nós bem conhecemos. Então, para finalizar, esses
3203 relatórios agora eles vão fazer análise não só dos dados e da rede de monitoramento,
3204 mas tentando ter uma análise mais qualitativa relacionada à qualidade do ar em relação
3205 ao impacto dos grandes centros populacionais. O banco de dados agora ele é um banco
3206 de dados nacional padronizado que antes você até conseguia baixar as séries históricas
3207 de São Paulo ou do Rio de Janeiro, mas não tinha do resto do país. Agora a gente tem
3208 um banco de dados unificado de dados de todos e essas ferramentas de análise que a
3209 gente já desenvolveu algumas e pretende desenvolver outras na parceria com a Federal
3210 de Santa Catarina para avaliar tendências temporais dos diferentes poluentes. Então, por
3211 exemplo, o ozônio que é um problema muito grande na região metropolitana de São
3212 Paulo, por exemplo, de Campinas. Então, como que o ozônio se comporta em relação ao
3213 nox, aos voc, ao metano? Essa interação complexa que ocorre na atmosfera, que só a
3214 gente tendo avaliação dos dados segregados, a gente consegue atuar de uma maneira
3215 mais efetiva. E para consolidar, então, acho esses avanços na manutenção da rede, na
3216 redução de concentração de alguns poluentes que a gente já observa em algumas
3217 regiões, lançamos ontem, não é Taísa? Lançamos ontem o inventário nacional de
3218 emissões de fontes móveis, atualização, o primeiro havia sido feito em 2011, 2012, ficou
3219 aí um grande tempo sem fazer, a gente não só publicou a atualização, quanto num acordo
3220 de cooperação com a Coalizão Clima e Ar Limpo da ONU, no CCAC, que o Brasil
3221 copreside, a gente captou recursos e fez o Banco de dados histórico. Então, a gente tem

3222 hoje 40 anos de informação sobre os inventários de poluição. Pela primeira vez fizemos
3223 um inventário de material particular e também de Black Carbon, segregando o carbono
3224 negro do material particular, que é um poluente climático de vida curta, além de ser um
3225 poluente local. E a gente pretende até o começo do ano também lançar o outro, que é o
3226 primeiro inventário feito no Brasil, Inventário Nacional de Emissão de Fontes Fixas. Com
3227 isso, o Ministério do Meio Ambiente cumpre já aquelas recomendações que estão
3228 previstas na política nacional, embora ela desse 4 anos para o MMA cumprir esses
3229 inventários, a gente, em menos de 2 anos, já deve entregar todo. Então, acho que é muito
3230 importante a gente ter esses dados, tentar superar esses desafios das desigualdades
3231 regionais, em especial para lidar com essas populações mais vulneráveis em relação à
3232 poluição que a gente tem no Brasil como um todo. Então, essas compilações um pouco
3233 mais abrangentes podem servir como instrumentos de planejamento, gestão e
3234 aperfeiçoamento das políticas públicas. A Ministra Marina Silva nos cobra muito para
3235 fazer política pública baseada em evidência, baseada em dados, por isso esse esforço
3236 do Ministério de poder divulgar esses dados para que a Comunidade Acadêmica, a
3237 Sociedade Civil possam avaliar e a gente espera que com essa consolidação das
3238 informações, a padronização metodológica, a gente fortaleça, inclusive, a capacidade
3239 institucional dos estados e municípios. Foram quase 15 mil pessoas no curso de EAD,
3240 fizemos quatro cursos online, EAD sobre gestão da qualidade do ar, a maior parte
3241 servidores municipais estaduais e esperamos que isso contribua para aprimorar com a
3242 política nacional de qualidade do ar, integrando os diferentes estados e cumprindo os
3243 compromissos nacionais e internacionais no tema. Obrigado, Presidente.

3244 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**
3245 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA) –** Tudo bem, Adalberto. Eu, me pareceu, pelo
3246 que ouvi da evolução recente do esforço dos estados em avançar na rede de
3247 monitoramento, nesses procedimentos, me pareceu um pouco contraditório o pedido de
3248 vista hoje feito aqui. Fiquei um pouco surpreso ao ver os dados de como está avançando,
3249 é óbvio que dificuldade, todos nós no sistema público temos dificuldade, mas olha o
3250 esforço que foi feito e como avançou. Talvez a gente pudesse ter tido a felicidade de
3251 avançar um pouco mais hoje. Por favor, o Secretário Eduardo Taveira, com a palavra no
3252 microfone. No microfone, por favor.

3253 **O SR. EDUARDO COSTA TAVEIRA – TITULAR (Secretário de Estado do Meio**
3254 **Ambiente e Presidente da ABEMA) –** Oi, Capo, só uma... não é réplica, mas é só uma
3255 questão...

3256 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**
3257 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA) –** É uma tréplica.

3258 **O SR. EDUARDO COSTA TAVEIRA – TITULAR (Secretário de Estado do Meio**
3259 **Ambiente e Presidente da ABEMA) –** Os estados são muito desiguais na aplicação dos
3260 recursos para avançar. O estado do Amazonas montou uma rede muito simplificada, com
3261 equipamentos de baixo custo que não cobrem todos os monitoramentos necessários.
3262 São equipamentos menores que a gente conseguiu com o projeto, inclusive, durante a
3263 COP lá em Dubai, com a Coreia, que tem duas empresas grandes lá no Amazonas, a
3264 Samsung e a LG, que financiaram o projeto. Então, não foi recurso diretamente apoiados
3265 com o estado. E, para que a gente possa implementar, de fato, os sistemas de
3266 monitoramento, como a CETESB tem, por exemplo, tem equipamentos que chegam a
3267 500 mil dólares para você fazer a implementação na dimensão do Amazonas. Seria um
3268 recurso efetivo para você monitorar, em especial, as áreas de maior pressão. Então, há
3269 como avançar. Eu concordo muito com você. Você tem mecanismos de simplificar e
3270 comprovar que há avanço, mas eles não cobrem todas as demandas. E, efetivamente,
3271 se você robustece, eu acho que hoje São Paulo é, sim, a referência que a gente tem. A
3272 gente, de fato, está falando de um processo bilionário de implementação. Mas, também
3273 concordo, é uma questão de escolha. Um estádio de Copa do Mundo é um bilhão. Então,
3274 prioridades.

3275 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**
3276 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA) –** Só uma coisa que eu acho importante, todos
3277 nós aqui, que somos, tem muitos aqui que são servidores de carreira, são servidores
3278 permanentes. E tem alguns que são servidores temporários e passageiros, como é o meu
3279 caso. Mas, quando nós estamos na linha de frente de implementação de políticas
3280 públicas, nós sabemos muito bem que não há nenhuma possibilidade de recursos, de
3281 viabilizar nada que não seja aprovado e definido como uma determinação. Então, se nós
3282 fôssemos depender de ter recursos para fazer qualquer coisa, em qualquer área, não só
3283 na área ambiental, de ter antes um entendimento de onde vai ter o recurso, qual é o

3284 recurso necessário para depois aprovar uma lei, aprovar uma resolução, aprovar um
3285 decreto, nós estaríamos literalmente no lado da pedra. Então, eu só queria chamar
3286 atenção para isso. Eu acho que nós aqui temos responsabilidade, enquanto servidores
3287 públicos temporários ou permanentes, em fazer avançar as ações. Nós temos uma lei
3288 que determina que isso seja feito, e nós temos uma resolução que tenta organizar para
3289 que isso, de fato, seja feito. Eu não posso em hipótese alguma concordar que antes de
3290 eu fazer algo que é uma determinação legal e é necessário para a qualidade de vida das
3291 pessoas, que alguém me diga que eu vou ter dinheiro suficiente para fazer. É fazendo,
3292 construindo, andando e fazendo o que a gente vai conseguir. O Amazonas é uma prova
3293 disso. Usou da sua criatividade, fez uma parceria na COP 28 em Dubai, conseguiu
3294 equipamentos de baixo custo, uma parceria, conseguiu um recurso extraorçamentário
3295 para viabilizar, teve o apoio da Secretaria de Qualidade Ambiental do Governo Federal e
3296 começou a fazer. E está fazendo. É assim que nós temos que trabalhar. Fazer. Nós temos
3297 que fazer, nós temos que fazer e a nossa obrigação é fazer.

3298 **A SR^a ELIANE IGNOTTI - SUPLENTE (Ministério da Saúde - MS)** – Obrigada. Sobre
3299 esse tópico da rede de monitoramento, eu gostaria de ressaltar que o mundo mudou e
3300 está mudando rápido. Então, essa percepção de que uma estação de monitoramento
3301 completa tem que ser no modelo CETESB, que bom que existe o modelo CETESB, as
3302 coisas mudaram. Nós temos que nos preocupar com uma rede de referência que
3303 possibilite a calibração de sensores de baixo custo, que é isso que está sendo montado
3304 em parceria do MMA com a Fiocruz, por exemplo. Então, e que em contato com a equipe
3305 do MMA, os Estados podem incorporar, ampliar essa rede, que vai disponibilizar dados
3306 online, que é diferente do que acontece em muitas empresas privadas, que cumprem a
3307 legislação, mas não disponibilizam os dados online, nós precisamos de dados online.
3308 Esses dados online de uma rede de estação de referência é o que calibra também os
3309 dados modelados por satélite. Então, uma coisa está interligada à outra e a gente vai
3310 dando robustez à informação relativa à qualidade do ar no Brasil. Então, gente, eu só
3311 quis complementar isso, que é menos complicado do que parece. As tecnologias estão
3312 mudando e o pessoal do MMA está muito antenado e de parabéns, nossos grandes
3313 parceiros. Obrigada.

3314 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**
3315 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – Bom, é fazer fazendo. Fazer fazendo. Mas
3316 para isso tem que ter o compromisso em fazer. Acho que essa é a questão central que a
3317 gente deve evoluir. Aliás, agora tem também os monitoramentos por satélite. Está se
3318 avançando muito nisso. Monitoramento de metano por satélite. Tem muitas tecnologias
3319 que facilitam, diminuem custo e tornam mais eficientes esse processo, mas, repito, só
3320 tem uma coisa que nenhuma tecnologia resolve, que é a vontade política. Sem vontade
3321 política não tem solução. Precisamos ter vontade política e fazer. É isso, pessoal. Opa!
3322 Por favor, nossa representante do Sul. Já é informe? Não, então, eu só estava querendo
3323 saber se esse assunto estava encerrado. Então, a pergunta foi essa. Ninguém mais
3324 inscrito. Agora passamos a sessão de informes. Por favor. Vamos lá. Por favor. Alguém
3325 projetou antes de eu vir.

3326 **A SR^a. LISIANE BECKER – TITULAR (Instituto MIRA-SERRA – Entidades**
3327 **Ambientais)** – Não se assuste com o tamanho porque não é tudo isso, está? É só
3328 contextualizando, que eu vou falar sobre coisas novas e coisas antigas. Como estamos
3329 vendo aqui na plenária, hoje são coisas novas. Eu vou falar sobre coisas antigas, que
3330 não se resolveram com toda a tecnologia que nós temos. Nós participamos de um projeto
3331 colaborativo com verba da Rampel Foundation da Noruega, através da SOS Mata
3332 Atlântica e Rede Jornal da Mata Atlântica. Então, as três regiões fizeram, cada região,
3333 um projeto. E a nossa região sul, então, com a participação da PREMAVE, Mater natura,
3334 SPVS e MIRA-SERRA, desenvolveram um projeto. Então, foram várias ações dentro
3335 desse projeto, alguns colaborativos entre uma que outra entidade, mas sempre com uma
3336 coordenando. Mas todas participando. Esse é um relatório técnico parcial, que eu trouxe
3337 só com foco no termo de cooperação para intervenção na vegetação nativa do bioma
3338 Mata Atlântica. Essa é uma coisa que eu estou me debruçando, particularmente, faz
3339 desde 2000. Então, já são 25 anos que eu estou me debruçando sobre o tema, quando
3340 houve a possibilidade de o município fazer licenciamento de impacto local. Lá em 2000,
3341 quando não tinha ainda a lei complementar 140. Então, das ações, eu só pontuei, não
3342 descrevi, quem quiser eu posso mandar o relatório completo. Tem muitos anexos. Então,
3343 combate a flexibilização da lei da Mata Atlântica, dentro das ações gerais, que foram
3344 feitas por todas, pode passar. O fundamento está tecnicamente...

3345 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**
3346 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – Desculpa, qual é exatamente o informe? Você
3347 quer apresentar? Se fosse caso de uma cama reunião para você apresentar o relatório
3348 agora. Qual é o informe exatamente?

3349 **A SRª. LISIANE BECKER – TITULAR (Instituto MIRA-SERRA – Entidades**
3350 **Ambientais)** – É o último ponto que tem hoje.

3351 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**
3352 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – Como?

3353 **A SRª. LISIANE BECKER – TITULAR (Instituto MIRA-SERRA – Entidades**
3354 **Ambientais)** – É o último ponto que tem. Então, essa... Fundamental, tecnicamente, é a
3355 necessidade de elaboração de mapas estaduais da aplicação da lei da Mata Atlântica, a
3356 partir do mapa nacional. Aí, nós temos a coisa antiga, que não fica nova. Nós
3357 continuamos com mapas ultrapassados, e que nós não temos condições de termos uma
3358 lei que nos disponibiliza a intervir na Mata Atlântica, mas não temos um mapa, não temos
3359 uma referência, para fazê-lo. Eu gostaria que o senhor passasse o mapa.

3360 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**
3361 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – Conselheira, desculpa, eu sou um dos maiores
3362 imobiliários. Trabalhei a minha vida inteira com a Mata Atlântica, eu acho muito
3363 importante. Agora, essa sessão são informes.

3364 **A SRª. LISIANE BECKER – TITULAR (Instituto MIRA-SERRA – Entidades**
3365 **Ambientais)** – Informes de eventos.

3366 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**
3367 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – Mas, então, você vai informar. Então, eu teria
3368 que incluir, como foi incluído o relatório sobre o quadrado A, a gente pode incluir, numa
3369 reunião do CONAMA, a apresentação do seu relatório. O que você não pode é pegar um
3370 informe, que é para você informar ao plenário de alguma atividade que vai ocorrer, de
3371 algum evento, e apresentar um relatório.

3372 **A SRª. LISIANE BECKER – TITULAR (Instituto MIRA-SERRA – Entidades**
3373 **Ambientais)** – Eu posso tornar isso dessa forma agora, então. Também posso informar
3374 o que está acontecendo.

3375 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**
3376 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA) –** Não, não. Esse não é um debate ambiental.
3377 Um informe não é para debater. Alguém vai trazer um informe sobre uma... Eu não estou
3378 entendendo exatamente qual é o seu objetivo.

3379 **A SRª. LISIANE BECKER – TITULAR (Instituto MIRA-SERRA – Entidades**
3380 **Ambientais) –** Não estou querendo debater. Toda reunião, antes até anos atrás que eu
3381 estou aqui, eu sempre pedi, assim como outros Conselheiros, para a implementação da
3382 Lei do Fundo de Restauração da Mata Atlântica. Isso é um pedido, certo? Então, todos
3383 os informes vêm aqui alguém, ou então na entrada. Na tribuna. Eu agora estou querendo
3384 só apresentar rapidamente, se não tivesse interrompido, eu acho que já tinha terminado.

3385 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**
3386 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA) –** É uma questão de... Eu sou copresidindo aqui,
3387 eu tenho obrigação de seguir a ordem. Eu não tenho nada contra o que você apresenta,
3388 eu acho ótimo. Desde que seja no formato correto. Você peça para incluir na pauta do
3389 CONAMA uma apresentação do relatório.

3390 **A SRª. LISIANE BECKER – TITULAR (Instituto MIRA-SERRA – Entidades**
3391 **Ambientais) –** Eu pedi ontem e pedi hoje.

3392 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**
3393 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA) –** Sim, mas não está na pauta, minha
3394 Conselheira querida. Esse é o problema. Então, vamos deixar para uma reunião. Não
3395 adianta ficar correndo.

3396 **A SRª. LISIANE BECKER – TITULAR (Instituto MIRA-SERRA – Entidades**
3397 **Ambientais) –** Eu só queria pedir uma coisa, então. Posso aproveitar? Porque eu estou
3398 aqui justamente só para isso. Eu vim aqui só para isso. Não foi só para te ver. A questão
3399 dessa intervenção, está acontecendo o quê? Está havendo uma defaunação. Total
3400 defaunação. Por quê? Nós temos mapas, nós não temos localizações. Eu só queria
3401 passar três figurinhas, três imagens. Essa aqui do mapa da Portaria 09/2007, que tem
3402 uma maravilhosa edição. Eu tenho a publicação. Não existe mais na internet. Não tem
3403 mais. E nós temos a atualização logo ao lado. Vocês veem a diferença que é. Nem o
3404 gestor público consegue fazer alguma coisa com aquele segundo mapa. Muito menos a

3405 Sociedade Civil. Áreas que eram extremamente de alta importância para a
3406 biodiversidade, simplesmente desapareceram no mapa, mas elas continuam lá. Então,
3407 estão sem ações prioritárias como prevê a atualização. Pode passar. Outro mapa aqui,
3408 no caso do Rio Grande do Sul, é a gestão da Mata Atlântica incorporando parte do
3409 Pampa, porque nós não temos uma legislação, não tínhamos uma legislação para o
3410 Pampa. Então, atualmente a gestão da Mata Atlântica se restringe. A aplicação dos
3411 termos de cooperação, Estado-Município. Praticamente todos os municípios estão
3412 fazendo intervenções. E nós temos representação no Ministério Público, que já tirou essa
3413 parceria, de dois municípios que estão respondendo o processo, inclusive os criminais.
3414 Pode passar. E nós temos o nosso antigo mapa da Mata Atlântica, que não foi
3415 incorporado do IBGE. Isso é uma coisa que pode ver as datas anteriores. Pode passar
3416 debaixo. Isso aqui compara com o que está sendo usado. Então, nós temos ali o mapa
3417 de biomas do IBGE 2004. E o de cima, vejam a diferença que é da região sul, ali do Rio
3418 Grande do Sul. A complexidade que é para gerenciar território, terra e água. Com esse
3419 mapa que difere do mapa de biomas. Até hoje, não foi possível, com toda a tecnologia
3420 do mundo, nós unirmos, fazemos um mapa que contemple a lei de aplicação da Mata
3421 Atlântica. Então, nós já pedimos isso no Estado. É muito difícil, eu vejo assim, quase não,
3422 é impossível fazer uma gestão adequada, tanto para o município do Estado, quando nós
3423 não temos uma apropriação de material que seja condizente para a aplicação da política
3424 pública mental. Isso, inclusive, eu estou pedindo, estou pedindo, estou pedindo, inclusive,
3425 mandei já duas moções para o Conselho Nacional da Biosfera da Mata Atlântica, nós
3426 fomos em empresa aqui, não podemos estar lá, estamos aqui. Mas também pedindo isso
3427 para que o Ministério do Meio Ambiente realmente se debruce, porque está impossível,
3428 está impossível. Obrigada.

3429 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**
3430 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – Obrigado, Conselheira. Eu só queria
3431 esclarecer para não parar, para não pairar nenhuma dúvida, o seguinte, o CONAMA, ele
3432 opera em termos de decisão, ele opera com resoluções, moções ou recomendações. A
3433 senhora não encaminhou nenhuma proposta de moção, de recomendação nem de
3434 resolução. Segundo, outra possibilidade de o CONAMA operar na tribuna livre, aonde o
3435 Conselheiro vem e fala de um problema que ele considera relevante. Outra opção, a

3436 senhora também não apresentou. Outra opção, apresentar um relatório sobre uma
3437 política pública ou qualquer, a senhora também não solicitou. Então, eu só queria deixar
3438 claro o seguinte, não tem nada contra a sua apresentação, mas para todos os demais
3439 Conselheiros, que fique claro o seguinte, tem caminhos, vamos organizar melhor para
3440 que não se use o espaço de informes para apresentar algo tão importante quanto esse,
3441 porque se perde, você vê, não foi aproveitado o próprio Conselheiro da ANAMMA que
3442 pediu para que a gente acelerasse. Então, repito, seria melhor encaminhar isso de forma
3443 mais organizada para a diretoria do CONAMA para ver como poder aproveitar, está bom?

3444 **A SRª. LISIANE BECKER – TITULAR (Instituto MIRA-SERRA – Entidades**
3445 **Ambientais)** – Eu agradeço a explicação, estou ciente disso, só que realmente eu pedi
3446 por informes, porque nós temos um tempo muito limitado aqui na tribuna livre, então não
3447 seria possível. Na outra vez que eu apresentei sobre as enchentes, foi nesse mesmo
3448 espaço, então me desculpe, mas realmente eu não sabia dessa, porque já tinha um
3449 precedente.

3450 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**
3451 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – Vamos melhorar, vamos melhorar. Vamos
3452 melhorar juntos, obrigado. Bom, um minuto para cada, por favor, ou 30 segundos,
3453 demorar para subir a escada.

3454 **A SRª. MARIA HELOISA DIAS – TITULAR (Instituto Amigos da Reserva da Biosfera**
3455 **da Mata Atlântica)** – Heloisa Dias, sou do Instituto Amigos da Reserva da Biosfera Mata
3456 Atlântica, da bancada Sociedade Civil. Bom, primeiro, a gente quer aqui, eu fiquei de
3457 passar os nossos parabéns para o DSisnama pela realização do diagnóstico junto com a
3458 IPEA, do diagnóstico sobre o Sistema Nacional de Ambiente, e falar da nossa expectativa
3459 em relação a um plano de gestão e de governança do Sisnama conjunto. Espero nisso
3460 aí a gente ter oportunidade de vários, de ajustar várias questões, não só em relação ao
3461 conselho, mas a todos os entes, e principalmente, em nome da bancada, da participação
3462 social. Então, em nome da Marcela, da Mônica, do Secretário, parabenizar mais uma vez
3463 esse excelente trabalho que está sendo feito, que há muitos anos não era feito. E
3464 agradecer também as explanações que foram feitas aqui. Depois eu vou fazer uma
3465 moção sugerindo que a gente tenha uma capacitação específica sobre esses planos. A
3466 gente cria um ciclo de preparação e capacitação porque são dados muito importantes

3467 para o nosso dia a dia e a gente passa muito rápido. Tanto no plano, nos planos que
3468 foram apresentados do Governo, do Plástico e tudo mais. E queria falar que a gente
3469 também está ansioso aqui para uma audiência pública e todos aqueles que puderem
3470 apoiar e participar e celebrar. Hoje a gente tem mais uma iniciativa de criação de um
3471 parma, que iria a Araçatuba, em Santa Catarina, e Paraná, pelo ICMBio. E vai ter uma
3472 consulta pública, já que nós discutimos tantas consultas públicas hoje, vai ter uma
3473 consulta pública agora em janeiro. Então, quem puder apoiar, trabalhar e acompanhar
3474 essas iniciativas para que a gente consiga ampliar as nossas coisas. É na região de
3475 montanhas. Como hoje a gente só teve um voto contrário, que a gente sabe muito bem
3476 o porquê, a gente agradece aqui todo o apoio para essas áreas e para esse
3477 reconhecimento. É isso, por enquanto. Vou fazer as moções e recomendações.

3478 **O SR. GUSTAVO BERNARDINO MALACCO – TITULAR (Associação para a Gestão**
3479 **Socioambiental do Triângulo Mineiro – ANGA) –** Gustavo, Associação ANGA, região
3480 sudeste. Primeiro, também, reforçar o elogio, um ano bem complexo, especialmente no
3481 âmbito Legislativo, mas o Executivo aqui fez o seu papel. Então, externar agradecimento
3482 da Marcela, principalmente, todo o carinho à Secretaria Executiva e a equipe e também
3483 a Ministra e o Ministro hoje. Bom, rapidinho, eu acho que, não era um assunto, mas surgiu
3484 um problema hoje que eu acho que a gente tem que fazer uma reflexão para o próximo
3485 ano, que é regulamentar melhor essa questão do pedido de vista. Acho que está virando
3486 uma coisa protelatória. Eu ia falar essa fala do Adalberto, hoje o Secretário Adalberto, foi
3487 muito feliz em dizer, protelar a política pública em detrimento da vida das pessoas é uma
3488 certa irresponsabilidade. Eu sou muito defensor de direito de pedido de vista em Minas,
3489 a gente, inclusive, passou por um processo de perseguição, de diminuir os prazos, mas
3490 os gestores públicos têm que ter, os Conselheiros como gestores públicos, têm que ter
3491 responsabilidade nas suas ações também, ao entender, não estou citando
3492 especificamente um, mas a gente vê vários exemplos nesse Conselho, parece uma
3493 atitude protelatória. E eu acho que a gente devia pensar um pouco mais, de pensar,
3494 talvez, instrumentos que a gente pudesse, então, um caso como o de hoje, que acho que
3495 é um assunto urgente, o PRONAR, de pensar, regulamentar isso, diminuir esse período
3496 relator, e, às vezes, fazer uma reunião online, especificamente para tratar um assunto
3497 que é de interesse nacional. Acho que esse Conselho precisa se debruçar para isso, para

3498 que a gente possa preservar vidas, preservar a questão ambiental, que é o que a gente
3499 está aqui hoje. Eu acho que é isso, desejo a todos e a todas um bom resto de ano,
3500 também, Ministro, e agradeço por toda a parceria. Obrigado.

3501 **O SR. PEDRO IVO – TITULAR (Associação Civil Alternativa Terrazul)** – Rapidinho,
3502 eu sou o Pedro Ivo, da Terrazul, pelo Centro-Oeste. A gente tem estabelecido diálogos
3503 com outros Conselheiros de outros Conselhos, nós aqui da bancada da Sociedade Civil
3504 do CONAMA, principalmente aqueles que têm muito a ver conosco, e um deles é a
3505 Comissão Nacional dos ADS, que vai se reunir dia 18, então, eu queria informar aos
3506 Conselheiros todos aqui que foi convocada a Conferência Nacional dos ADS lá na COP,
3507 e já está consolidada essa conferência, vai ser no primeiro semestre do ano que vem, eu
3508 acho que é um tema de diálogo muito importante com a gente do CONAMA, porque tem
3509 tudo a ver os ADS com a nossa agenda. E, no dia 18, haverá a reunião da Comissão, e
3510 a bancada da Sociedade Civil, lá em diálogo com a bancada do CONAMA, aprovou um
3511 documento que será levado dia 18, que eu gostaria de ler rapidamente, que é a derrubada
3512 dos vetos do PL da devastação prejudica a implementação dos objetivos do
3513 desenvolvimento sustentável no Brasil. A bancada da Sociedade Civil da Comissão
3514 Nacional dos ADS do Brasil, órgão vinculado à Secretária-Geral da Presidência da
3515 República, vem a público manifestar seu mais veemente repúdio à maioria do Congresso
3516 Nacional, que derrubou os vetos do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva,
3517 ao chamado PL da devastação. A derrubada dos vetos tem implicações diretas em
3518 desmontar o Sistema Nacional de Meio Ambiente, incluindo o licenciamento ambiental,
3519 abrindo espaço para que os matadores, grileiros, mineradoras, garimpeiros, empresas
3520 sujas, que vivem um arrepio da lei, promovam ações que prejudicam o tão almejado
3521 desenvolvimento sustentável do país e as políticas públicas de proteção ao meio
3522 ambiente e de enfrentamento ao aquecimento global, atingindo diretamente as
3523 populações mais vulneráveis e a maioria da sociedade que vive e mora no campo e na
3524 cidade. O esforço conjunto dessa Comissão Nacional dos ADS de implementar uma
3525 agenda de sustentabilidade até 2030, a partir da retomada da equinoides pelo atual
3526 Governo Federal, pode ser comprometida com as ações deletérias promovidas por esse
3527 tipo, por esse processo no Congresso Nacional. Deletérias promovidas a partir dessa
3528 nova boiada que pretende passar por todos os biomas brasileiros. A decisão dessa

3529 atitude da maioria do Congresso Nacional repercute negativamente em escala global,
3530 principalmente pelos compromissos que o Brasil fez na COP 30 de construir um mapa do
3531 caminho para proteger as florestas e reduzir combustíveis fósseis, como também pelo
3532 esforço de implementação da Agenda 2030. Os vetos atingem em cheio os 18 ADS,
3533 porque o PL da devastação assegura a manutenção de um modelo de desenvolvimento
3534 que a ciência classifica como insustentável e que tem apresentado enormes prejuízos ao
3535 Brasil e ao mundo, penalizando de maneira perversa e desproporcional as camadas mais
3536 vulneráveis da população. Nesse sentido, a bancada da Sociedade Civil da Equinoides
3537 manifesta seu mais veemente protesto frente à maioria do Congresso Nacional,
3538 antiambientalista, antipopular e lesa-pátria e está junta com a sociedade na resistência
3539 civil, política e jurídica contra os vetos. A bancada recomenda também que os deputados
3540 federais e senadores que votaram nesses retrocessos recebam o repúdio dos cidadãos
3541 e cidadãs do próximo processo eleitoral para que tenhamos um Congresso livre de
3542 retrocesso e alinhado com um projeto democrático, popular e sustentável de nação. A
3543 ideia é aprovar isso dia 18 e endereçar ao Presidente, ao Congresso Nacional e à
3544 Assembleia da ONU que lida com os ADS. Essa é uma proposta construída junto com a
3545 bancada aqui da Sociedade Civil do CONAMA.

3546 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**
3547 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA) –** Muito bem. Então, senhoras e senhores,
3548 queria agradecer mais uma vez a reunião que se estendeu até as 16h17. Foi uma reunião
3549 muito produtiva. Feliz Natal para todos vocês. Boa entrada e se preparem que o ano que
3550 vem teremos muitas atividades importantes. Lembrando também que teremos em março,
3551 logo depois do CONAMA, a reunião, a COP 15 de espécies migratórias. A Convenção de
3552 Espécies Migratórias será em Campo Grande, em pleno Pantanal, para que a gente
3553 possa dar mais essa contribuição a uma convenção internacional. Muito obrigado a todos.
3554 Parabéns e até a próxima.